



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM SOCIOLOGIA**

**AGLAILTON DA SILVA BEZERRA**

**TRABALHO INFORMAL: AMBULANTES NOS TRANSPORTES COLETIVOS  
DE FORTALEZA - CE**

**Fortaleza, Ceará**

**2020**

AGLAILTON DA SILVA BEZERRA

TRABALHO INFORMAL: AMBULANTES NOS TRANSPORTES COLETIVOS  
DE FORTALEZA - CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Mônica Dias Martins

Fortaleza, Ceará

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Estadual do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Bezerra, Aglailton da Silva.

Trabalho informal: Ambulantes nos transportes coletivos de Fortaleza / CE [recurso eletrônico] / Aglailton da Silva Bezerra. - 2020.  
136 f.

Dissertação (Mestrado acadêmico) -  
Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Programa de Pós-graduação em Sociologia - Mestrado, Fortaleza, 2020.

Orientação: Prof. Dr. Monica Dias Martins.

1. Trabalho informal. Questão social.  
Vendedores ambulantes. Precarização.. I. Título.

TRABALHO INFORMAL: AMBULANTES NOS TRANSPORTES COLETIVOS DE  
FORTALEZA/CE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS/UECE, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia

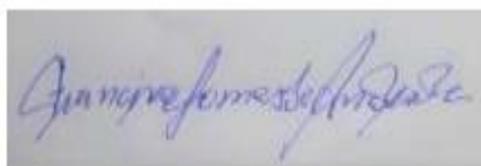
Aprovada em: 04/08/2020

BANCA EXAMINADORA



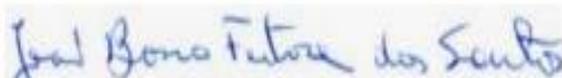
---

Prof.ª Dr.ª Mônica Dias Martins  
(Orientadora)  
Universidade Estadual do Ceará – UECE



---

Prof. Dr. Francisco Gomes de Andrade  
Faculdade Terra Nordeste – FATENE



---

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos  
Universidade Estadual do Ceará – UECE

A todos e todas que acreditam em um mundo onde o horizonte seja a coletividade, a sensibilidade, o afeto fraterno.

À minha mãe, Luciene da Silva Bezerra; A meu pai, Raimundo Ferreira Bezerra e minha irmã, Samara da Silva Bezerra.

Ao meu querido avô que caminhou comigo esse tempo todo mesmo não estando fisicamente presente, te amo!

Aos meus amigos e amigas.

## AGRADECIMENTOS

Chegar nesse momento significa lembrar muitas coisas que aconteceram e que acontecem quando se é pobre, preto, gay e oriundo de um ensino público com fragilidades e que te faz pensar sobre a não possibilidade de fazer parte de outros espaços antes ocupados por uma parcela populacional que não me contempla. Essa dissertação não é minha, ela pertence a todos/as jovens filhos/as da classe trabalhadora que sonham em ingressar em uma universidade pública. Agradeço a Jesus por me possibilitar um olhar que voltado para a defesa das pessoas oprimidas, que me faz acreditar todos os dias em um novo amanhecer. Agradeço a minha mãe **Luciene da Silva Bezerra**, mulher negra e periférica que sofre os ditames de uma sociedade patriarcal, mas nunca me abandonou. Agradeço ainda ao meu pai, **Raimundo Ferreira Bezerra**, que diante de suas limitações e maneira singular de ver a vida, me apoiou mesmo sem demonstrar nitidamente. Agradeço a minha querida irmã, **Samara da Silva Bezerra**, que sempre apostou que iria dar certo, esteve aqui do meu lado e me ensinou e me ensina que a vida não é fácil. Dedico com todas as minhas forças esse trabalho ao meu avô, **Antônio Maciel Bezerra**, que foi e continua sendo meu maior apoio quando se trata em sonhar em meio às adversidades. Agradeço a professora **Mônica Dias Martins** por ter aceitado esse desafio e me possibilitado crescer a cada encontro; ao professor **Francisco Andrade** por sempre ter colocado pulgas atrás da minha orelha por meio de suas inquietações e provocações; ao professor **João Bosco** por ter me incentivado com seu olhar sensível sobre a informalidade. Agradeço a todas as pessoas que passaram pela minha vida e continuam aqui fazendo morada como amigos e amigas. Destaco (mesmo sendo difícil devido à quantidade) a minha amiga e irmã que a vida me deu, **Lucilma Freitas**, que nunca me deixou desistir e mesmo de longe está pertinho de mim. **Evelane Mendonça** e **Ana Clara**, vocês conseguem todos os dias me dizer o que eu não consigo enxergar tão facilmente: somos fortes e nosso vínculo é capaz de romper qualquer barreira existente em nossa frente. **Ingrid Pontes**, **Bruna Costa**, **Sâmia Ferreira** e **Ana Luísa**, vocês fazem parte desse processo tão ativamente que talvez não percebam. Destaco com toda alegria do mundo

vocês, minhas inspirações de resistência: **Leustene Vieira** (meu irmão mais velho), **Hélida Lopes** (minha descoberta das ciências sociais), **Larissa Oliveira** (aquela que me perturba com seus pensamentos gritantes), **Jean Vicente** (aquele que eu acolhi, o meu eterno “aluno” que de aluno não têm nada), **Ítalo Almeida** (o psicanalista mais querido do mundo); **Laís Oliveira** (o encontro certo nos momentos tristes); **Priscila** (aquela que é mãe, irmã, amiga, conselheira e que me acolhe); **Maryanna** (o ombro amigo que sempre esteve aqui, mesmo que agora com fraturas, mas sempre está aqui dentro do meu coração); **Max** (meu consultor da vida, meu psicólogo do caos); **Ozaneide** (minha eterna amiga), **Tainan** (obrigado amiga por sua singularidade na minha vida); **Jeyse** (um dos pilares mais sólidos da minha caminhada); **Renata** (amiga que o eterno Jarí uniu a mim), **Kelvia** (seu apoio nessa trajetória toda foi importante); **Monique Vieira** (a neném mais fofa que caminhou comigo também durante esse percurso me apoiando em tudo), **Brenda** (minha companheira e amante do pôr do sol); **Marcielle** (meu porto seguro em momentos onde a partilha é o caminho mais certo). Meus agradecimentos ainda se estendem para aquelas que o tempo não apaga o nosso vínculo e que os encontros sempre são verdadeiros, **Talícia e Jeyce**, eu não tenho palavras pra descrever nossa irmandade. Esse trabalho também é de e para vocês. Não posso deixar de citar os espaços de pesquisa, grupos de estudos e todas as pessoas que estão vinculados/as a eles, os quais tanto fomentaram saberes e desafios: **PPGS** – Programa de Pós-Graduação em Sociologia/ UECE; **Turma 18** do mestrado em Sociologia; **GETES** – Grupo de Estudos sobre Trabalho, Educação e Sociedade/ FATENE; **LAPRATICAS** – Laboratório de Ensino e Práticas Sociais/ UECE; **GERE** – Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações Étnico-Raciais, Gênero e Educação/ UECE-UNILAB; **COVIO** – Laboratório de Violências e Conflitualidades/ UECE; **ECOS** – Grupo de Estudos e Intervenção comunitária sobre Educação Não formal; Juventudes e Combate às opressões. Vocês foram fundamentais para que eu pudesse compreender que é necessário romper a bolha e avançar contra a maré da história tentando desenvolver outras narrativas, as minhas.

## **“Florescer de si**

Dentro de mim um movimento me perturba.

Uma perturbação sem explicação, sem teoria que a  
defina.

O corpo reage e me aquece como se algo estivesse  
desabrochando.

Penso ser só mais uma pitada de dor depois de um dia  
cansativo.

Dentro de mim todos os dias esse vai e vem me  
incomoda.

Como se estivesse a me cutucar, às vezes lentamente  
e outras com uma intensidade maior.

Penso ser um desajuste, afinal não somos perfeitos.

Penso isso e aquilo e as respostas sempre são  
imprecisas.

Dentro de mim eu posso sentir o pulsar da indefinição de  
outro dia.

Seria assustador se não estivesse acostumado.

Então decido seguir e a caminhada me revela  
monstruosas novidades.

Dentro de mim floresce uma flor e sua sensibilidade me  
faz acreditar nas belezas da vida, na magia presente em  
todos os lugares.

Dentro de mim eu floresço e transpareço minha  
singularidade de uma narrativa individual que não se  
contenta com o mesmo, desabrocha todos os dias.”

(Aglailton Bezerra)

## RESUMO

A presente pesquisa tem como foco as configurações do trabalho na contemporaneidade. Pauta-se na percepção das correlações de forças estabelecidas pelo capital diante de sua consolidação. Desse modo, destacam-se como principais categorias: trabalho, trabalho informal, questão social e precarização. O trabalho informal adquire centralidade nesta produção ao perceber o reinventar das práticas cotidianas dos trabalhadores/as, consequência do crescente antagonismo na sociedade capitalista. Essa realidade manifesta o conceito das lutas de classes hoje. Portanto, o olhar analítico desta pesquisa fomenta a compreensão das condições de trabalho dos vendedores/as ambulantes nos coletivos urbanos da cidade de Fortaleza no Estado do Ceará. O percurso metodológico possibilitou a apreensão teórica das categorias mencionadas, em articulação com os objetivos da pesquisa: Compreender a representação de trabalho informal para os vendedores ambulantes dos coletivos de Fortaleza; identificar as estratégias discursivas utilizadas por esses trabalhadores e trabalhadoras para realização da venda; analisar o perfil desses sujeitos, percebendo suas fragilidades sociais e o contexto que enfrentam. Para isso, utilizou-se como método a observação participante nos transportes coletivos e os registros feitos no diário de campo, no período de março de 2018 a fevereiro de 2020. Como forma de alcance dos objetivos propostos, foi desenvolvida duas entrevistas semiestruturadas e esse número se deu devido os desdobramentos da pandemia provocada pelo Corona Vírus<sup>1</sup>. As entrevistas foram realizadas no Terminal de Integração de ônibus que se localiza no bairro Siqueira, popularmente chamado Terminal Siqueira. Para coleta dos dados e fundamentação da observação participante, utilizou-se do ônibus Grande Circular 051, o qual percorre um trajeto de aproximadamente 3h e 20 min, assim me fiz presente nessa rota, percorrendo-a na sua totalidade e fazendo os registros, durante muitas semanas dentro do

---

<sup>1</sup> O ano de 2020 foi marcado por uma pandemia que assolou o mundo inteiro e trouxe desdobramentos inúmeros, o qual o mais central foi à morte de milhares de pessoas. O vírus e o temor em relação a ele, bem como o despreparo da Saúde Pública causou a necessidade de isolar-se em seus lares como forma de autoproteção e proteção da coletividade de pessoas. Assim, o alcance presencial para realização das entrevistas com os vendedores/as ambulantes ficou comprometido diante desse cenário.

período de mestrado. A análise qualitativa da informalidade no trabalho foi enriquecida através das entrevistas. A aproximação com o campo representou uma forma de amadurecimento sobre o fenômeno social estudado e culminou em uma inspiração etnográfica para compreensão da realidade. Desse modo, é possível perceber o trabalho informal como reflexo da sociedade atual, tendo como alicerce a dominação e subordinação ao capitalismo. Os trabalhadores/as na condição de precarização tendem a assumir, em muitos casos, a informalidade como saída para sobreviver.

**Palavras-chave:** Trabalho informal. Questão social. Vendedores ambulantes. Precarização.

## ABSTRACT

This research focuses on contemporary work configurations. It is guided by the perception of the correlations of forces established by capital in view of its consolidation and hegemonic appropriation of the means of production. Thus, the main categories stand out: work, informal work, social issues and precariousness. Informal work and its consequences are central to this production. Thus, there is a need to reinvent the daily practices of male and female workers, which is now seen, especially by the humanities, as a consequence of the growing antagonism in capitalist society. This reality manifests what Marx had warned about class struggles. Therefore, the analytical look of this research fosters the understanding of the working conditions of street vendors in urban collectives in the city of Fortaleza in the state of Ceará. Informal work takes on new connotations throughout history seeking to meet the demands caused by unemployment, and thus, the individuals who are in this circumstance seek ways to mitigate this reality, hence the emergence of informality in an accelerated and continuous way. The bus, perceived as a work tool, breaks with the logic of coming and going and is massively occupied by salespeople, with various tactics designed and organized in order to reach a targeted audience, passengers. The methodological path followed enabled the theoretical apprehension of the categories mentioned, in conjunction with the research objectives: Understand the representation of informal work for street vendors in the collectives of Fortaleza; identify the strategies, such as speeches, used by these men and women to make the sale; analyze the profile of these subjects, realizing their social weaknesses and the context they face. For that, participant observation in public transport and the records made in the field diary, from March 2018 to February 2020 were used as a method. The qualitative analysis of the studied social phenomenon, informality at work, was enriched through interviews with salespeople and salespeople. It is also worth highlighting the importance of approaching the field as a way of maturing on the theme, which culminated in an ethnographic inspiration for understanding reality. In this way, it is possible to perceive informal work as a reflection of current society, having domination and

subordination to capitalism as a foundation. Workers in precarious conditions tend to assume, in many cases, informality as a way out to survive.

**Keywords:** Informal work. Social issues. Street vendors. Precariousness.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 QUESTÃO URBANA E DESIGUALDADE SOCIAL.....</b>	<b>24</b>
2.1 Fortaleza, uma história.....	25
2.2 A cidade em um contexto periférico.....	32
<b>3 PERCEPÇÕES DOS/AS VENDEDORES/AS AMBULANTES: INSPIRAÇÕES ETNOGRÁFICAS.....</b>	<b>38</b>
3.1 - <i>“Veio na mente pra fazer aquilo aí e não conseguia emprego”</i> : Perfil dos/das vendedores/as ambulantes dos transportes coletivos em Fortaleza.....	42
3.2 - <i>“Dá um tapa no desemprego e uma rasteira na criminalidade”</i> : vendedor ambulante, histórias e interfaces: classe, gênero e raça.....	45
3.2.1 Racismo estrutural e informalidade.....	46
3.2.2 Gênero e informalidade.....	56
3.3 - <i>“Esse é meu trabalho, é dessa forma que eu sobrevivo”</i> : Compreensão e características do trabalho informal.....	66
<b>4 TRABALHO INFORMAL NA CONTEMPORANEIDADE.....</b>	<b>79</b>
4.1 Trabalho e sociabilidade capitalista: uma relação necessária?.....	81
4.2 Precarização e neoliberalismo: duas faces de uma mesma moeda..	91
<b>5 QUESTÃO SOCIAL E AS CARACTERÍSTICAS DE UMA SOCIEDADE ANTAGÔNICA.....</b>	<b>106</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>129</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O despertar para o tema desta pesquisa surge ao perceber, no cotidiano, o avançar da informalidade em Fortaleza e o aumento de sujeitos desempregados/ as. Essa percepção se dá inicialmente com a manifestação de ambulantes que, naquele momento, tinham rompido as formas de vendas realizadas em locais públicos e passaram a atuar em espaços não utilizados pelo comércio: o ônibus coletivo.

Nesse sentido, tornou-se comum e, com o passar dos anos, naturalizado pela sociedade fortalezense o ir e vir desse público com o intuito de *driblar o desemprego e a criminalidade*<sup>2</sup>, frase recorrente e integrante dentre as muitas narrativas que compõem o cenário diário desses vendedores/ as. Assim, o embarque na linha 338, Siqueira Canindezinho, linha que uso em minha rotina pessoal, trouxe inquietações na observação dessas pessoas, pois pude identificar e, conseqüentemente, analisar tal movimento como um fenômeno social.

Enquanto passageiro, o ônibus tinha uma funcionalidade objetiva, o ato de transportar. Contudo, na perspectiva de ambulantes o ônibus assumia formas diferenciadas de garantia de suas vendas. As narrativas dos/ as vendedores/ as ambulantes, ora fortaleciam o trabalho informal, ora desprezavam, negavam aquela realidade por não ser um emprego formal, registrado em carteira. Essas distintas visões me levaram a formular uma questão central: em que medida aquela ação se configurava como uma prática trabalhista?

Nesse sentido, pensar a informalidade em seu processo de ascensão, hoje, requer estabelecer conexões que combinem a abordagem conjuntural com a análise estrutural. A pesquisa se propõe a desenvolver olhares sobre as múltiplas configurações da vida em sociedade. Essa busca se estabelece de maneira plural na tentativa de atender perspectivas críticas que favoreçam interpretações sobre a realidade. Assim, a ciência não se esgota nem permite enxergar os fenômenos sociais de maneira limitada; pelo contrário, é possível perceber um movimento dinâmico que proporciona sua infinitude.

---

<sup>2</sup> É comum perceber o uso desse enunciado como estratégia, sobretudo, de alcance dos/as passageiros/as e provocar a venda de seu(s) produto(s), seja qual for.

A pesquisa nos leva a problematizar os fenômenos sociais do e no cotidiano, e, assim, permeia o interesse de reflexão da ciência e de suas contribuições para o desenvolvimento societário:

[...] nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos. (MINAYO, 2001, p.16)

É relevante a contribuição decorrente do entendimento reflexivo e sistemático dos fenômenos sociais como base fundamental para consolidação das ciências humanas, além de campo estratégico acerca da percepção das diversas realidades vinculadas a contextos sociais, históricos, culturais e políticos heterogêneos. Dessa forma, o olhar que se propõe a ser científico esteve e está atrelado ao cotidiano e suas manifestações empíricas que têm como pressuposto o senso comum ou conhecimento vulgar. O ato de conhecer, portanto, sempre esteve presente na humanidade e se fortalece com os filósofos na Grécia Antiga ao buscar uma maior compreensão ontológica do ser social:

Por esse mesmo motivo, considera-se que os primeiros filósofos não tinham uma preocupação principal com o conhecimento enquanto conhecimento, isto é, não indagavam se podemos ou não conhecer o Ser, mas partiam da pressuposição de que o podemos conhecer, pois a verdade, sendo aletheia, isto é, presença e manifestação das coisas para os nossos sentidos e para o nosso pensamento, significa que o Ser está manifesto e presente para nós e, portanto, nós o podemos conhecer. (CHAUÍ, 2000, p. 137)

O ato de conhecer, nos leva a pensar possibilidades múltiplas de reflexão desses sujeitos em agrupamentos sociais diversos e atreladas à sua conjuntura histórica. Esse movimento contínuo consolida a necessidade de apreensão da realidade social em suas variadas faces, as quais garantem interpretações que rompem com o aparente e visualizam, na vida concreta, um

campo de amadurecimento científico, mesmo que sua interpretação não dê conta da dimensão global.

Sabe-se que, para a pesquisa, o movimento da realidade social e suas demandas, e as perspectivas teórico-metodológicas encarregadas de reconstruir essa realidade, são dimensões fundamentais à sua finalidade. A ideia básica é não esquecer que a teoria não pode ser outra coisa senão a (re) construção em nível do pensamento do próprio movimento da realidade. Neste sentido, toda e qualquer teoria, por maior que tenha sido o rigor do método, será sempre muito mais limitada do que a realidade em si. Em outras palavras, qualquer conhecimento é aproximado e construído, ou seja, o conhecimento pressupõe um método de raciocínio, nunca uma verdade. (OSTERNE *et al*, 2013, p. 161)

É importante considerar que a reconstrução dos fenômenos sociais, entendendo sua dinamicidade e limitação, se revela como desafio. Assim, esta pesquisa dialoga com as manifestações do trabalho informal, tendo como lócus os ônibus na cidade de Fortaleza, a qual se dedica ainda à compreensão desse público trabalhador diante de sua atuação nesses transportes coletivos, bem como à análise científica de suas percepções sobre as práticas trabalhistas não formais por eles/elas vivenciadas. Apresentando ainda os seguintes objetivos: compreender a representação de trabalho informal para os/as vendedores/as ambulantes inseridos/as nos transportes coletivos de Fortaleza; identificar as estratégias discursivas utilizadas por esses trabalhadores/as para a realização da venda e analisar o perfil desses sujeitos tendo em vista suas possíveis fragilidades sociais diante do contexto que enfrentam cotidianamente.

O trabalho desenvolvido por esses sujeitos está interligado a uma condição estrutural, sendo consequência de uma sociedade desigual, em que as populações ocupam lugares e status diferenciados e estratégias de permanência distintas materializando-se, portanto, como uma possibilidade em meio a um cenário econômico desfavorável. O cotidiano dos/as trabalhadores/as informais nos transportes coletivos exige uma maior adaptação a esse meio e um equilíbrio que norteia sua atuação e possibilita estratégias de sobrevivência diante do avanço constante do capital.

A “informalidade” do trabalho representa a contramão do sistema vinculado da carteira de trabalho onde as regras são caóticas e aleatórias, se constituindo verdadeiras práticas de darwinismo social. (MENEZES, 2008, p. 03)

Desse modo, é possível identificar os seguintes questionamentos: os vendedores ambulantes presentes nos ônibus se reconhecem em situação de trabalho informal e condições precarizadas? Seu ofício está vinculado a uma condição de pobreza provocada por antagonismos societários? Quais estratégias são utilizadas para a venda de seus produtos?

O objeto de estudo surge do contato direto e diário com esses sujeitos, enquanto usuário desse transporte coletivo. Por muitas vezes, questionei-me sobre o motivo que teria levado esse público a perceber a possibilidade da informalidade do trabalho no ônibus, tendo em vista a presença predominante desses trabalhadores em outros locais, tais como praças e feiras.

30 de maio de 2018, uma tarde. Nesse momento, pessoas de vários bairros esperavam o ônibus Grande Circular II no terminal Siqueira, localizado na cidade de Fortaleza. Quando o mesmo chega, apressadamente as pessoas vão ingressando em busca de uma cadeira vazia, mas nem todos conseguem sentar e uma parcela desse público fica em pé. O ônibus faz uma rota bem extensa e contempla diversos bairros, daí o número elevado de passageiros/as. Contudo, isso não impede que um homem, aparentemente com idade de 35 a 45 anos, negro e baixo, ingresse no ônibus e, assumindo a atividade de vendedor ambulante, comece a desenvolver seu ofício. Porém, diferentemente dos demais vendedores/as ambulantes antes de iniciar seu discurso, relata um conflito vivido poucos minutos antes, dizendo: *além de não ter trabalho, não deixam a gente trabalhar*. Na ocasião, o vendedor estava enfurecido com obstáculos criados pela fiscal e indigna-se com o fato de não poder exercer sua atividade informal. *Isso é um trabalho, hoje o desemprego é grande, por isso tem muitos vendedores fazendo isso aqui*. Os passageiros demonstram certo receio diante do tom enfurecido e a venda do produto é comprometida naquela ocasião. O vendedor trazia em

mãos biscoitos sequilhos dentro de uma mochila que seriam vendidos por um valor de 2 reais cada.

**Fonte: Diário de campo, 30 de maio de 2018.**

Como demonstra o relato acima, o diário de campo permite uma maior aproximação com o público pesquisado. O vendedor citado apresenta características peculiares a sua realidade social e encontra-se em situação de tensão com outras pessoas que circulam ou trabalham formalmente nos terminais de ônibus. *Isso é um trabalho, hoje o desemprego é grande, por isso tem muitos vendedores fazendo isso aqui*, narrativa que revela as condições que emergem diante de suas vidas ao não acessar um emprego de carteira assinada, o qual ocasiona a defesa de sua prática trabalhista como uma atividade digna diante das demais.

A inquietação sobre a forma de apropriação do ônibus foi um fator preponderante no desenvolvimento dessa pesquisa, sobretudo, ao perceber discursos que se distanciavam ou diferenciavam a atuação desses sujeitos da compreensão de trabalho, com características formais.

O ônibus, meio de transporte que garante o deslocamento a diversas localidades da cidade, passa a ser visto como um instrumento de mercantilização propícia ao trabalho informal. Diante da realidade vivida de desemprego, os sujeitos reinventam seu trabalho cotidiano. Enquanto transporte ele não apresenta, inicialmente e com olhos externos, condições satisfatórias como local de vendas devido sua estrutura, dinamicidade e constante movimento de embarque e desembarque de um número considerável de pessoas.

Portanto, a presente pesquisa surge na perspectiva de compreensão da realidade desses indivíduos e sua vinculação com trabalho informal, o qual é produto das expressões da questão social diante da conjuntura capitalista em ascensão e domínio. E, ainda, se propõe a analisar a categoria trabalho e sua relação com o sistema capitalista, investigando acerca da precarização e informalidade dos/as vendedores/as ambulantes nos coletivos de Fortaleza.

A subalternidade, em seu campo de estudo, é percebida a partir da sua interação com o sistema econômico dominante, o qual tem como horizonte o

capitalismo que condiciona uma situação de invisibilidade, pois o termo pode ser visto:

[...] não apenas como uma palavra clássica para o oprimido, mas como representação aos que não conseguem lugar em um contexto globalizante, capitalista, totalitário e excludente, no qual o “subalterno é sempre aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já não o é”. (FIGUEIREDO, 2010, p. 85)

Assim, torna-se necessário analisar, de modo dialético<sup>3</sup>, o trabalho informal nos transportes coletivos e suas formas multifacetadas de concretização. Pontua-se a indispensabilidade de reflexão acerca dessa prática trabalhista e dos perfis, construídos socialmente, do conjunto de vendedores/as que estão nos ônibus da cidade, relacionando essas realidades com o avanço do sistema capitalista na sua condição de hegemonia atrelado à conjuntura neoliberal.

A pesquisa apresenta as seguintes hipóteses:

1. O trabalho informal é visto como uma estratégia de superação de uma realidade social de não inclusão de um contingente de trabalhadores nos espaços de trabalho formal. Nesse sentido, os/as vendedores/as ambulantes criam meios para consolidar seu ofício, seja qual for, e alcançar um determinado público de consumidores. Contudo, a prática informal trabalhista é inferiorizada e agrega uma conotação permeada de negação, marginalização.
2. O vendedor ambulante nos ônibus utiliza-se de diversas abordagens para atrair o seu público-alvo, sendo o discurso um elemento central dessa estratégia. A aceitação de seu

---

<sup>3</sup> Segundo Antônio Carlos Gil (1987), a dialética se manifesta como um quadro de referência no tocante aos procedimentos metodológicos e têm como princípios: 1. Luta dos contrários, todos os objetos e fenômenos apresentam aspectos contraditórios, que são organicamente unidos e constituem a indissolúvel unidade dos opostos; 2. Transformação das mudanças quantitativas em qualitativa; 3. Negação da negação. (GIL, pág. 32). Dessa forma, a realidade social é percebida diante desse movimento que se manifesta através das contradições sem negar os reflexos culturais, históricos e políticos que permeiam esse meio.

ofício e compra de seu produto estão atreladas a um condicionante social que faz o/a usuário/a do transporte coletivo se sensibilizar e identificar com a narrativa proferida, tendo como direcionamento a manifestação de um olhar caritativo, muitas vezes apelativo.

3. Os vendedores ambulantes no transporte coletivo são oriundos de uma realidade antagônica e, conseqüentemente, expressões da questão social no sistema capitalista e materialização de um corpo subalternizado, empobrecido, o qual é fruto ainda de um recorte de classe, raça, gênero e território preponderante. Visto como inferior, este público é formado por sujeitos oriundos de camadas sociais em situação de submissão, são homens, mulheres, jovens e idosos que não tiveram acesso a condições de ascensão social.

O texto é composto por cinco capítulos, iniciando por esta introdução que aborda a temática em destaque desta dissertação, suas hipóteses, caminho metodológico e considerações finais. O segundo capítulo traz uma análise sobre a cidade de Fortaleza, sua história e cenário contemporâneo com o intuito de refletir sobre a questão urbana e seus desdobramentos na atual conjuntura. O terceiro analisa os achados da pesquisa em campo e abraça possibilidades etnográficas sobre as percepções dos/as vendedores/as acerca de sua atuação hoje nos coletivos, bem como se alinha com as observações coletadas no diário de campo como subsídio interpretativo. O quarto capítulo aborda a fundamentação teórica sobre trabalho, tendo como horizonte a análise marxista e marxiana, e suas repercussões na contemporaneidade através de uma reflexão em torno da precarização do trabalho. O quinto capítulo apresenta um debate sobre questão social e sociedade antagônica diante de suas expressões no cotidiano em meio a tensões, compreendendo o desemprego como marca característica desse contexto.

O caminho metodológico foi permeado por algumas dificuldades em consequência do próprio campo escolhido. Adentrar um ônibus e percorrer vários trajetos na tentativa de observar esse público me fez perceber as

inúmeras dificuldades que eles e elas enfrentam no seu cotidiano, tais como a insegurança e violência urbana, lotação e precarização do serviço prestado nesses coletivos, disputas entre as pessoas com seus desejos diferenciados ao percorrer a cidade em um ônibus, movimento intenso e estradas mal conservadas. A observação participante foi fundamental para dirigir meu olhar sobre a realidade em busca de visualizar suas nuances.

A opção teórica configura uma não neutralidade e revela a trajetória intelectual dos autores selecionados para fundamentar esta dissertação. Suas escritas acontecem dentro de um campo analítico que se articula com seus posicionamentos políticos e suas visões de sociedade; assim, este caráter militante que acompanha a leitura das obras de referência está presente no modo de tecer minhas reflexões.

Nas considerações finais, destaco a existência de uma realidade estruturada dentro das contradições presentes em sociedade e que as visualizam como necessárias para a manutenção do sistema capitalista. Assim, a informalidade tende a crescer e ser incorporada como natural no imaginário social diante da não absorção formal de trabalho da totalidade das populações. Vender em um transporte coletivo significa identificar as conotações analíticas referentes ao momento histórico em que o trabalho ganha contornos intrínsecos a um ideário de precarização e flexibilização, apresentando traços relacionados com a padronização dos corpos em meio à exploração e consolidação incisiva das lutas de classes, tais como o racismo estrutural, machismo, desigualdade territorial e de classe.

## 2. QUESTÃO URBANA E DESIGUALDADE SOCIAL

Apresentar a cidade de Fortaleza como espaço que permeia uma realidade globalizada, requer perceber aspectos centrais no tocante à organização societária em face do avanço dos ideais capitalistas. Nesse sentido, a cidade é local de manifestação direta das contradições sociais estabelecidas historicamente. Ainda neste capítulo, tendo como ponto de partida as relações de trabalho, desenvolvo uma análise crítica das lutas de classe contemporâneas frente à realidade urbana, ancorada nas reflexões de Ermínia Maricato (2015) e Rolnik (1995).

Fortaleza representa o lócus de um território urbanizado com traços que revelam sua história e seus desdobramentos ao longo da formação do Ceará, pensando seu processo de desenvolvimento no âmbito social, político, econômico e cultural. Hoje, ocupa um espaço privilegiado no cenário nacional voltado para o mercado turístico e para a adesão de diversos públicos em busca de disponibilidades de lazer, frente a uma realidade globalizada.

A exemplo de outras cidades, o crescimento econômico é um dos principais motivadores das áreas urbanas conhecidas no discurso popular como cidades grandes. Importante problematizar no cotidiano o sentido simbólico do termo cidade grande para a vida de muitas pessoas. A vila de Fortaleza, ao se consagrar como cidade e capital, não está isenta desse processo e expõe o mesmo aspecto competidor nas relações econômicas. Com o avanço da industrialização e urbanização se consolida a ideia de cidade como local da prosperidade em detrimento do campo.

Diante das ponderações levantadas, questiona-se: a cidade manifesta a ideia de um espaço de prestígio e poder frente às regiões interioranas? Quais atores sociais comandam a tomada de decisão nesses espaços urbanos? As camadas populares idealizam a cidade como estratégia de sobrevivência?

## 2.1 FORTALEZA, UMA HISTÓRIA

Fortaleza, em seu processo de reconhecimento como vila e, posteriormente, cidade, nasce em meio a um cenário de disputas territoriais oriundas do processo de colonização do território brasileiro. As condições de consolidação das diversas cidades no país acompanham o ritmo de tomada desses territórios a fim de garantir acúmulo de riquezas com base na escravidão indígena e negra. A mesma ainda traz no seu nome uma herança de seus traços de defesa e poderio, simbolizado no Forte de Nossa Senhora da Assunção.

A referida cidade é parte de um movimento de disputas e exploração da força de trabalho em prol de consolidação da urbanização, fruto da Revolução Industrial, a qual acarreta desdobramentos a nível mundial no tocante ao fortalecimento do sistema capitalista.

O território, conhecido como Brasil, vivenciou uma realidade brutal com a chegada dos portugueses, associada historicamente ao fenômeno de “descoberta” do Novo Mundo. É importante ressaltar o teor ideológico subjacente ao termo descoberta, pois remete a negação dos povos já existentes e corresponde ao fortalecimento de uma ocupação com interesses expansionistas dos colonizadores europeus. Tal conquista é vista como exercício frequente por domínio e controle de “novos” locais e, conseqüentemente, de seus povos, processo no qual Portugal ganha centralidade; afinal, a possibilidade de acumulação de riquezas saltaria aos olhos dos colonizadores.

O Brasil tem uma história muito particular, ao menos quando comparada a de seus vizinhos latino-americanos. Para cá veio quase a metade dos africanos e africanas escravizados e obrigados a deixar suas terras de origem na base da força e da violência; depois da independência, e cercados por repúblicas, formamos uma monarquia bastante popular por mais sessenta anos, e com ela conseguimos manter intatas as fronteiras do país, cujo tamanho agigantando mais se assemelha ao de um continente. Para completar, como fomos uma

colônia portuguesa, falamos mais uma língua diversa da dos nossos vizinhos. (SCHARCZ, 2019, pág. 11-12)

Nesse ínterim é possível perceber que a história do Brasil, desde a invasão dos europeus aos dias contemporâneos é escrita por meio de práticas autoritárias que colocam a terra e seus habitantes a serviço de uma minoria detentora que garantia, por meio da violência e do poder econômico, sua consolidação enquanto senhores das terras e promoveria uma relação de controle dos povos indígenas e dos africanos escravizados.

Desse modo, a trajetória do Ceará e de Fortaleza é decorrente dessa realidade histórica que coloca o Brasil como colônia de Portugal e impõe estratégias que se manifestam nos dias atuais. O ato de colonizar indica uma relação de dominação e subordinação que permeia a disputa de poder entre Estados e povos. O projeto de colonização português teve como principal instrumento a escravidão, conforme suas particularidades.

A colonização ultrapassa a perspectiva de aproveitamento das terras consideradas não exploradas, seu horizonte se dá na apropriação brutal desses territórios como garantia de uma maior sustentação econômica, por meio da exploração, de Portugal bem como da concorrência com outros países numa corrida sem freios por riquezas.

Caio Prado Júnior, em *A formação do Brasil contemporâneo* (1961), discorre sobre este processo:

Para os fins mercantis que se tinham em vista, a ocupação não se podia fazer como nas simples feitorias, com um reduzido pessoal incumbido apenas do negócio, sua administração e defesa armada; era preciso ampliar estas bases, criar um povoamento capaz de abastecer e manter as feitorias que se fundassem e organizar a produção dos gêneros que interessassem ao seu comércio. A idéia de povoar surge daí, e só daí. (1961, Pág. 24)

Com a intensificação da colonização, a mineração possibilitou ainda mais acúmulo à Coroa Portuguesa. No Brasil, a urbanização se dá de modo tardio, mas relaciona-se a história do país no tocante ao seu processo de exploração.

[...] as formações urbanas brasileiras devem ser objeto de interesse científico; que não constituem um conjunto de dados aleatórios, mas são parte de uma estrutura dinâmica – a rede urbana – que deve ser compreendida, quando se almeja o conhecimento daquelas. Que essa estrutura está sujeita a um processo de origem social – processo de urbanização – que determina o aparecimento daquelas formações, cuja explicação exige o conhecimento do sistema social da Colônia, no qual se desenvolve, e da política de colonização portuguesa, no seu sentido mais amplo. Que as relações entre a política de colonização e o processo de urbanização expressam-se por uma ordem eventualmente elaborada em teoria, mas necessariamente elaborada na prática [...] (FILHO, 1968, pág. 15)

Compreender o projeto de dominação associado à colonização revela os objetivos e as perspectivas de Portugal: poder e riqueza. Para alcançar tal propósito não hesita em empregar diversas práticas de violência relacionadas com a materialidade da colonização, tais como o processo de objetificação do corpo negro, seja homem ou mulher, e violação das culturas indígenas bem como o extermínio de suas vivências e histórias.

Desse modo, o projeto colonizador português, bem como a própria urbanização, apresenta aspectos peculiares e não estão dissociados da estrutura que rege as relações sociais do sistema capitalista.

Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de

cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo. (GALEANO, 2015, p. 18)

A colonização pode ser vista também como instrumento ideológico, um projeto pensado com vista a dominar terras e povos em prol da propriedade privada e de um público em detrimento de outro, no qual os europeus se sobrepõem. O traço colonizador ainda se apresenta na contemporaneidade diante de uma condição de subordinação do país no que diz respeito os demais, bem como as várias formas de opressão enraizadas na história e no tempo presente, bem como o racismo que determina através de seu caráter ideológico a subordinação de um povo em relação a outro, visto que ao povo negro foi determinada a condição de animalização como instrumento fundamental para a construção do país.

A chegada de uma esquadra lusa à costa da América do Sul em 1500 pode ser entendida como um episódio do movimento da expansão marítima e comercial europeia. Posteriormente, os portugueses viriam a designar essa porção territorial com o nome Brasil. Entretanto, passaria mais de um século até que ocorresse a primeira tentativa de colonização do Ceará de que se tem registro. (SILVA FILHO, 2001, p.17).

É possível, no caso do Ceará, identificar o traço de povos indígenas anteriormente à chegada dos portugueses, holandeses e franceses e identificar os vestígios deixados pela inclusão do povo negro escravizado. O referido estado se torna capitania de Pernambuco e posteriormente uma província. Vários personagens participam na construção do território cearense e, conseqüentemente, fortalezense, tais como índios, negros, portugueses.

A ocupação da capitania do Ceará pelos conquistadores europeus ocorreu de forma tardia, se a comparamos com o processo de conquista do litoral açucareiro. Na área açucareira, a conquista

começou já no início do século XVI enquanto que na região que se tornou o lócus da pecuária, ela só aconteceu, para o mundo colonial, no final do século XVII e início do seguinte. (PINHEIRO, 2007 pág. 17)

A ocupação tardia do território, que viria a ser conhecido como Ceará ocorre de modo a atender os interesses de terras e riquezas dos portugueses, que necessitavam de gado para a produção açucareira. Embora a história oficial não destaque, a vinda dos europeus foi adiada devido ao enfrentamento com os indígenas que lutavam ferozmente contra os colonizadores e, em algumas ocasiões, foram vencedores.

A penetração nas localidades interioranas causava choque entre os indígenas e portugueses, um encontro de interesses diferenciados no tocante ao uso da terra.

É importante ressaltar que o território tinha significado diferenciado para os povos indígenas e para os colonos. Para estes últimos, a terra era sobretudo um meio de produção, enquanto que para os indígenas, além de ser um dos meios que lhes garantia a sobrevivência, o território constituía-se em um valor simbólico, através do qual se definia a própria identidade. (PINHEIRO, 2007 pág. 18)

Conforme pontua Pinheiro, é perceptível à existência de dois mundos em confronto, algo que remete a luta de e reforça os interesses particulares dos grupos em divergência. Os confrontos entre os povos nativos e os colonizadores aconteciam mediante as suas necessidades e interesses voltados para atendimento de seus anseios particulares e esse fato era mediado pelo trabalho e sua exploração dos corpos indígenas tendo como alicerce o trabalho da igreja com seu caráter doutrinador diante de uma postura autoritária do cristianismo. Assim, a ideia utilitarista do lucro é vista exclusivamente pelos portugueses com teor violento atrelado à exploração.

Ao longo do percurso histórico, a pecuária garantiu o avanço do Ceará, o qual constituiu aldeamentos que se tornarão vilas. Fortaleza é criada em 1726 como uma dessas vilas.

A cidade nasce ao redor do Forte de Nossa Senhora da Assunção, mas anteriormente à sua existência o Forte de São Thiago também apresentava significado, sendo construído por Pero Coelho, em 1603, com a finalidade de combater os franceses, bem como é possível identificar outro Forte construído pelos holandeses, Forte de Schoonenborch<sup>4</sup>. Sua importância inicialmente decorre da necessidade de estabelecer um espaço estratégico para manter o domínio português sobre as terras.

Martim Soares Moreno chega às terras cearenses em 1612 e estabelece o Forte de São Sebastião, no território hoje conhecido como Barra do Ceará, um dos bairros da cidade. A criação da Vila de Fortaleza, localizada no Forte de Nossa Senhora da Conceição, também buscava segurança diante dos invasores. Por esta razão, Aquiraz<sup>5</sup> deixa de ser vila principal do Ceará.

Após a constante insistência das autoridades locais ao monarca português, no sentido de transferir a câmara para o povoado do forte, garantindo-lhe maior proteção, decide-se pela criação de uma segunda vila, instalada no aglomerado da Fortaleza a 13 de abril de 1726 – data em que hoje se comemora o aniversário da cidade. (SILVA FILHO, 2001, pág. 21)

A história de Fortaleza e do Ceará é atrelada a excursões, ocupações e tomadas em prol de disputas particulares, onde os fortes construídos com uso da força de trabalho indígena, mesmo diante das estratégias criadas como forma de resistência diante da tentativa de uso indevido de seus corpos. Assim,

---

<sup>4</sup> O Forte foi batizado em homenagem ao governador holandês de Pernambuco e entregue aos portugueses em 1654 após a derrota sofrida. É importante destacar que o aumento populacional que ia sendo evidente ao redor dos Fortes foi preponderante para o surgimento da cidade de Fortaleza.

<sup>5</sup> Aquiraz foi inicialmente escolhida sede da Vila do Ceará devido seu potencial no tocante a autonomia dos proprietários rurais e o avanço da pecuária, mas perde o título para Fortaleza diante de conflitos políticos das autoridades locais estabelecendo a Vila de Fortaleza em 13 de abril de 1726.

como o envio de homens e mulheres negros/as representou uma contribuição significativa no processo de consolidação do projeto colonizador português.

A produção algodoeira foi fundamental para o estabelecimento da Vila enquanto sede administrativa e política. Intensifica-se o fluxo do algodão que fomenta o caráter de capital do estado e eleva seu patamar diante das demais cidades do interior. Aos poucos a cidade vai se urbanizando e integrando novas construções como ferrovias, fábricas que fazem emergir uma elite de origem urbana.

Hoje, Fortaleza conta com 119 bairros distribuídos em regionais, as quais apresentam caráter visivelmente desigual. Tornou-se uma cidade turística nacionalmente e internacional que acompanha a corrida para garantia de permanência desse rótulo em comparação as demais cidades. É importante salientar que seu território manifesta os antagonismos sociais, mesmo sendo necessário observar suas particularidades.

As regionais são divididas da seguinte forma: A cidade é distribuída em 7 Regionais (I, II, III, IV, V, IV e Centro), as quais têm propósito administrativo na organização dos serviços públicos principalmente

Segundo os dados colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em 2019 o número aproximado de habitantes em Fortaleza gira em torno de 2.669.342 pessoas, sendo sua área de unidade territorial de 312,407 km<sup>2</sup>.

A porcentagem de pessoas que atuam em trabalhos formais gira em torno de 32%, pesquisa feita em 2017 pelo IBGE. Esse dado será revelador para a problematização em torno do trabalho informal e do avanço dos/as vendedores/as ambulantes nos transportes coletivos que remete ao dado que 68% da população ocupam outras formas de trabalho não consideradas formais.

Segundo o IBGE nos indicadores de trabalho e renda colhidos em 2018 através do Sistema de Indicadores Sociais – SIS é possível mensurar que é existente uma parcela populacional enquadrada nas seguintes categorias: População desocupada (6,1%), população subutilizada (5,5%), população

ocupada como empregado sem carteira assinada (6,7%), população ocupada como trabalhador por conta própria (4,1%) e população ocupada como trabalhador doméstico sem carteira (14,5%). Esses dados nos revelam a pluralidade de vinculação trabalhista diante das realidades sociais, o qual o dado trabalhador por conta própria convoca a uma maior atenção para estes e estas que representariam uma parcela dos/as interlocutores/as desta pesquisa.

No que diz respeito ao processo de caracterização de perfis dessas pessoas que se encontram nas categorias mencionadas acima, é possível identificar ainda, via consulta ao IBGE, que o número de homens que trabalham por conta própria é menor do que o das mulheres (homens – 1,5% e mulheres 4,9%). No tocante a cor ou raça, as pessoas brancas assumem um patamar maior em relação as pessoas negras ao visualizar os dados referente aos trabalhadores/as com vínculo formal e empregadores, observa-se que pessoas brancas ocupam 2,7% enquanto as pessoas brancas apenas 0,9%.

## 2.2 A cidade em um cenário periférico

O que pode ser compreendido como cidade? Como ela ganha forma? Quais seus principais condicionantes de permanência? Quem têm direito à cidade? A cidade comumente é vista pelo imaginário coletivo como espaço de desenvolvimento social e, principalmente, econômico, que, por sua vez, promoveria a seus habitantes a um status superior ao dos que habitam no campo. Dessa forma, cidade foi concebida, historicamente, como local privilegiado que repercute no processo migratório massivo de pessoas vindas do interior.

A questão urbana está vinculada a fatores que permeiam a ideia de domínio da terra e condições de exploração desses diversos territórios atrelados ao emergir das cidades<sup>6</sup>. Cabe pensar o território urbano,

---

<sup>6</sup> Acerca desse aspecto, David Harvey (2012, p.74) confirma que *Desde o início, as cidades emergiram da concentração social e geográfica do produto excedente. Portanto, a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre sua distribuição repousa em umas poucas mãos. Esta situação geral persiste sob o capitalismo,*

principalmente, enquanto reprodutor das questões sociais que caracterizam um país desigual e conflituoso. Assim, as cidades coexistem por seus traços binários, tais como pobres e ricos; casas e barracos; centro e periferia; cidadão e marginal; formalidade e informalidade; emprego e desemprego; bairros nobres e favelas.

A cidade capitalista, como forma histórica específica, reuniu condições das quais o capitalismo não poderia prescindir para continuar seu processo de expansão e desenvolvimento. Ela é portadora de grande e importante parcela do trabalho realizado anteriormente, o trabalho morto, isto é, o trabalho já objetivado, que é indispensável à exploração do trabalho vivo, isto é, a força de trabalho produzindo mais-valia. Ela é fundamental também para a manutenção e o aprimoramento constante da divisão social do trabalho que possibilita o funcionamento do capital, na medida em que realiza uma aproximação dos componentes que realizam o processo produtivo. (LORENA, 2012, pág. 94)

A análise da questão urbana no Brasil revela que as cidades acompanham o processo de formação do país e refletem os traços delineados pela história. Tal reflexão se inclina como postura política diante das diversas transformações vividas ao longo dos tempos.

A cidade pode ser objeto de diversas abordagens: pode ser lida como um discurso (como querem os semiólogos e semióticos); pode ser abordada pela estética – ambiente de alienação e dominação por meio da arquitetura e urbanismo do espetáculo; como manifestação de práticas culturais e artísticas mercadológicas ou rebeldes; como legado histórico; como palco de conflitos sociais; como espaço de reprodução do capital e da força de trabalho, entre outras. Essas

---

*claro, mas como a urbanização depende da mobilização de excedente, emerge uma conexão estreita entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização. Os capitalistas têm de produzir excedente para obter mais-valia; esta, por sua vez, deve ser reinvestida a fim de ampliar a mais-valia. O resultado do reinvestimento contínuo é a expansão da produção de excedente a uma taxa composta – daí a curva lógica (dinheiro, produto e população) ligada à história da acumulação de capital, paralela à do crescimento da urbanização sob o capitalismo.*

diferentes ou dispersas formas de ver as cidades certamente tornam mais difícil situá-las como um objeto central estruturador das relações sociais. (MARICATO, 2015, pág. 19)

Como campo de reflexão sociológica, a cidade é vista como espaço de antagonismos relacionados intimamente com o sistema capitalista. Sendo assim, suas mediações se darão de modo a atender os requisitos desse contexto, tais como transformá-la em mercadoria vendável dentro de seus limites territoriais.

O desenvolvimento da produção capitalista está diretamente relacionado ao crescimento urbano. Ao longo da história, algumas cidades são transformadas em centros de gigantesca aglomeração humana, resultando disso uma facilitação do processo de reprodução do capital. Com uma imensa massa de trabalhadores desempregados vindos do campo, criam-se exércitos excedentes de trabalhadores à disposição das necessidades do capital. (LORENA, 2012, p. 95)

Historicamente falando, as cidades antecipam a existência do sistema capitalista (Maricato, 2015) e conseqüentemente, as mais diversas desigualdades sociais. Hoje, a cidade é medida pelo tempo e comprada como mercadoria ocasionando o uso de modo limitado por seus habitantes, pois para muitos/as a cidade é, preferencialmente, o espaço de trabalho. A cidade representa um símbolo do capital que possibilita enxergar esse território como estratégia de acumulação, daí a significativa industrialização e construção de fábricas com perspectivas pensadas previamente, tal como absorver mão-de-obra barata e fortalecer a burguesia.

A cidade é o lugar por excelência de reprodução da força de trabalho. Não há como não entender essa formulação. O mundo está se urbanizando crescentemente e, nas cidades, a moradia, a energia, a água, o transporte, o abastecimento, a educação, a saúde, o lazer não têm solução individual. (MARICATO, 2015, p. 23)

O trabalho é uma categoria central na análise da cidade, pois constrói e reformula o espaço urbano cotidianamente, ao passo que as relações sociais são engendradas cada vez mais na lógica produtivista.

As relações coisificadas ocorrem através da mediação do dinheiro. A cidade continua crescendo, atraindo pessoas, aspirando trabalho, separando indivíduo, gerando conflitos (latentes ou não), criando preconceitos. (CARLOS, 2018, p. 14).

Carlos (2018) pontua a relação entre as mudanças nas cidades e no cotidiano de seus habitantes:

A vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez com que se reproduz a cidade. O lugar da festa, do encontro quase desaparecem; o número de brincadeiras infantis nas ruas diminuí – as crianças quase não são vistas; os pedaços da cidade são vendidos, no mercado, como mercadorias; árvores são destruídas, praças transformadas em concreto. Toda via, o mesmo modo de vida urbano que expulsa das ruas as brincadeiras infantis, aprisionando crianças e adolescentes, produz e reproduz o seu inverso, e joga nas ruas centrais ou nos cruzamentos de alta densidade crianças vendendo coisas ou roubando. (CARLOS, 2018, pág. 19)

A cidade apresenta um movimento próprio e direcionado. Tal movimento se encontra interligado com a lógica do discurso que prega a necessidade do desenvolvimento contínuo avanço do acúmulo de riquezas que definem o projeto de sociedade atual, o qual também está alicerçado em um tempo peculiar que direciona a necessidade de produção constante e, conseqüentemente, modificação desse mesmo território, sem levar em consideração as histórias construídas coletivamente. A população perde a identidade e o fortalecimento coletivo no que diz respeito a pertença e atenta-

se a pensar a cidade como espaço exclusivamente de trabalho e não de convivência.

A cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato. O excedente é, ao mesmo tempo, a possibilidade de existência da cidade – na medida em que seus moradores são consumidores e não produtores agrícolas – e seu resultado – na medida em que é a partir da cidade que a produção agrícola é impulsionada. (ROLNIK, 1995, p. 16)

A cidade, portanto, manifesta uma condição permanente de consolidação de uma sociedade antagônica, sendo palco desse antagonismo, segundo Maricato (2015). Além disso, representa construções sociais estabelecidas historicamente que reforçam esse *status quo* contemporâneo de disputas e correlações de forças em busca do domínio, sobretudo, econômico e político. Assim conflitos e disputas, bem como exploração são características centrais desse meio. Perceber essas relações significa identificar um movimento de distanciamento entre campo e cidade, o qual não é neutro, pelo contrário é instituído como projeto pelo sistema capitalista.

Quando se visualiza a cidade como instrumento de desenvolvimento pessoal diante das condições de pauperismo social, percebe-se automaticamente o campo como espaço não provedor dessa condição, a modernização capitalista o nega e classifica-o como atrasado. Nesse interim é eminente reconhecer as estratégias mercantis que configuram a divisão do trabalho presente nas inúmeras cidades e que confirmam a necessidade de centralização do poder como contributo para sua posição hierárquica em relação ao campo principalmente.

A expansão do caráter mercantil da cidade se dá quando se constitui uma divisão de trabalho entre cidades. Quando isso acontece, as atividades podem se especializar ainda mais na medida em que a

produção deverá suprir uma demanda muito mais ampla do que a do mercado local. A condição para que isto aconteça é que esta divisão do trabalho interurbana esteja politicamente unificada, ou seja, que o território alcançado esteja sob um poder único e centralizado. (ROLNIK, 1995, pág. 26-27)

A cidade pode ser vista de diferentes formas e será percebida por interpretações outras conforme a apropriação individual do seu espaço. Para os detentores dos meios de produção, será o espaço do negócio, das trocas e da acumulação via crescimento econômico desigual com fins determinados. Para a classe trabalhadora, será o espaço de trabalho, onde a venda da sua força de trabalho potencializará uma garantia de continuidade nesse espaço urbano, bem como representa ainda a tentativa de alcance por melhores condições também atreladas à necessidade de ocupação remunerada, seja qual for.

### 3. PERCEPÇÕES DO/SAS VENDEDORES/AS AMBULANTES: INSPIRAÇÕES ETNOGRÁFICAS

“Sou mais um vendedor ambulante... se você ver que eu mereço... Eu sou pó, sou cinza, do pó vim e para o pó eu voltar, a recompensa vem de Deus”, relata cordialmente um jovem vendedor negro que embarca no coletivo no Terminal de Integração do Siqueira, ele oferece seu produto, faz sua divulgação e desce em seguida. O ônibus 051 – Grande Circular ao chegar no Terminal de Integração de Messejana (12h40min) dá uma parada e como seu trajeto é bem mais completo passando em outros terminais, algumas pessoas começam a questionar se o mesmo iria continuar. O motorista, aparentemente cansado, responde: Infelizmente! Algumas mulheres começam a criticar tal resposta dizendo que ele não era grato pelo emprego. Poucos minutos depois o ônibus segue seu destino com poucas pessoas. Logo na primeira parada após a saída do Terminal uma vendedora embarca (uma mulher com aproximadamente 25 a 28 anos e negra) e começa sua divulgação dizendo: “Estou aqui honestamente pessoal trabalhando, vendendo esses produtos: jujuba, xilito de churrasco, pipoca e amendoim”. A vendedora fala ser mãe de uma filha com transtornos mentais e essas vendas seriam para ajudar em casa, pois suas despesas eram altas. “Se Deus tocar no coração de vocês pra me ajudarem...”, com essas palavras ela começa a percorrer no corredor do ônibus com uma bandeja que comportava os seus produtos mencionados e, após algumas paradas, ela desembarca. Na Avenida Washington Soares, uma das avenidas da cidade que congrega universidades, shoppings centers, escolas, fórum, clínicas dentre outros pontos comerciais, um senhor embarca e pede colaboração na doação de uma passagem “será que tem alguém que pode ajudar em uma simples unidade do seu passecard?”. Uma senhora se sensibiliza e paga a sua passagem, em seguida ele começa sua distribuição, eram balas de gengibre que custavam, segundo ele, 2 reais e ele tinha um número reduzido de material pois estava voltando pra sua casa que ficava em Cascavel, outro município. Ele emite um discurso voltado para uma percepção bíblica: “o pouco com Deus é muito e o muito sem ele, aí é que não vale nada”. Ele também desembarca paradas depois e após o seu desembarque outro vendedor entra no coletivo e faz o mesmo procedimento solicita que alguém pague sua passagem, pois declara

estar sem crédito, “as condições não tão boa”. Ele estava sem mercadoria e seu objetivo era pedir doação para comprar seus produtos na bomboniere do próximo Terminal. “Eu tô sem ter de onde tirar, não sou só eu que tô passando por dificuldade, muitos estão, eu sei”, relata ele ao se deparar com semblantes de negação de alguns passageiros devido a ocorrência elevada de vendedores que já haviam embarcado. Fonte: Diário de campo, 01 de novembro de 2019.

O referido relato consultado no diário de campo é fruto da observação feita no mês de novembro de 2019 no período da tarde no ônibus Grande Circular (051). É possível perceber um considerável número de ambulantes que utilizam esse espaço para realizar suas vendas, ou seja, consolidar sua prática de trabalho e contar com uma colaboração efetiva dos demais passageiros/as, os quais muitos/as são pessoas que já conhecem esse trabalho e até mesmo os/ as vendedores/as, bem como seus discursos e formas de abordagem. Concebe-se ainda nesta realidade antagônica que os/as mesmos/as estão inseridos/as, na grande maioria, são pessoas negras e com condições financeiras limitadas ou nulas. Disto isto eles/ elas entram e descem com muita facilidade e rapidez, pois isso garante um maior número de vendas no final do dia.

No caso da mulher sua maternidade é utilizada n discurso como forma de alcance dos usuários do coletivo, bem como o fato de sua filha ter transtorno mental. Muitos/as andam com laudos médicos como instrumento de comprovação do que se fala e maior sensibilização. Contudo, a situação de pauperismo não garante que sempre eles/as estejam a postos com todas as condições necessárias para efetivação da venda, daí é possível atentar para vendedores/as, no caso relatado, homens, que solicitam doações de passagens e valores para compra de seus materiais e, assim, início de suas vendas em outros coletivos. O discurso religioso é bem forte e está presente em boa parte das falas e pode ser percebido como meio de acalanto diante de suas realidades concretas que não são favoráveis, “*o pouco com Deus é muito e o muito sem ele, aí é que não vale nada*”. Assim, seus cotidianos são esquematizados diante dessa rotina.

A proposta deste capítulo é, portanto, promover uma análise que apresente inspirações etnográficas mediante as observações realizadas e registradas no diário de campo no período de pesquisa, bem como o debate fruto das entrevistas. Para tanto, foram pensadas seções que tentassem responder e alcançar o plano analítico da pesquisa bem como seus objetivos e hipóteses. A primeira sessão busca problematizar o perfil dos dois entrevistados, articulando suas histórias com a categoria vendedor ambulante. A segunda, por sua vez, relaciona essas pessoas vinculados/as a uma totalidade societária que revela que a classe, gênero e raça são preponderantes ao pensar essa prática de trabalho como fruto das expressões da questão social.

A relação entre as categorias pauperismo, questão social, capitalismo, desigualdade são presentes e reais, sendo personificadas na vida desses/as vendedores/as possibilitando um olhar socioantropológico com inspirações etnográficas ao longo do processo de pesquisa.

O trabalho como vendedor/a ambulante é comum, principalmente, nas grandes cidades chegando a ser naturalizado devido ao grande número de pessoas que desenvolvem habilidades através da venda de inúmeros produtos, alcançando homens, mulheres, pessoas idosas e até crianças. No caso das crianças é possível inferir o crime atrelado a tal ofício preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, mesmo que na sua aplicabilidade seja comum diante de realidades sociais que impõem tais atividades informais, sem muitas formas de questionamento.

Essas pessoas assumem essa função como estratégia de sobrevivência entrelaçada com uma estrutura de sociedade que se consolida e é fortalecida cotidianamente com o avanço do sistema capitalista. Mediante suas formas de concretização, hoje apoiadas, sobretudo, na relação entre Estado e contexto neoliberal<sup>7</sup>, percebe-se essa relação ancorada no discurso que coloca o mercado como uma das formas de superação dos ditos problemas sociais e

---

<sup>7</sup> No tocante a essa relação, Guiraldelli (2014) colabora ao perceber o neoliberalismo como um projeto presente e baseado na sociabilidade capitalista que intensifica as expressões da questão social e atinge a classe trabalhadora nas suas diversas manifestações em sociedade.

questiona qualquer ação estatal que venha interferir no andamento dessa posição de favorecimento conquistada.

A questão social se modifica e alcança a classe trabalhadora nas suas diversas expressões dialogando diretamente com o contexto e sociabilidade presente não se desprendendo, logo, do projeto de sociedade ordenado. O sistema capitalista assume, portanto, ferramentas ao longo de sua consolidação o que o coloca hoje numa posição imperialista, assumindo seu patamar acumulativo e explorador próprio de sua filosofia de existência, consequência da industrialização que colabora diretamente para a apropriação de novas formatações no mundo do trabalho. Guiraldelli (2014, pág. 104) afirma que:

Nesse cenário, contraditoriamente, se propaga a ideia de uma era do capital marcado pelo avanço no campo técnico-científico, com crescimento e desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que se aprofunda a miséria, a violência, a exploração, a opressão, a xenofobia e a degradação do trabalho. Ou seja, a questão social, entendida como o conjunto dos antagonismos expressos na relação capital versus trabalho se manifesta com novos contornos, acirrando as desigualdades sociais.

Essa estrutura de sociedade pautada nos ditames do capital é assentada em fundamentos que preconizam as diversas formas de opressão, as quais são produtos deixados pela luta de classes na contemporaneidade. Dessa forma, contata-se que existe um direcionamento histórico que marca o local desses e dessas que se encontram nessa posição de subalternidade e inferioridade, são pessoas idosas, homens, mulheres, jovens e crianças com território determinado, em grande parte nas favelas a margem dos centros comerciais das cidades, empobrecidos/as, negros/ as que não tiveram acesso à educação e postos de trabalho que os colocassem numa posição de cidadãos/ãs.

A informalidade alcança as pessoas em situação desfavorável economicamente falando, propiciando alternativas de subsistência e, não deixando de lado, respostas impostas a esse contexto que estão incluídos/as.

A forma como se dão essas respostas são múltiplas e se apresentam minimamente dentro da informalidade do trabalho como campo propício para se pensar instrumentos de fuga de suas condições subalternas enquanto pessoas pobres. A venda nos transportes coletivos se tornou, conseqüentemente, e diante das alterações do mundo do trabalho e avanço das formas modernas de exploração, uma alternativa abraçada por muitos/as.

A compreensão de trabalho informal, bem como seus desafios, limitações e possibilidades serão os temas centrais da terceira sessão e as falas coletadas serão vistas como ponto central de análise, ao passo que elas revelam essas características na contemporaneidade. Ainda nesta parte é possível captar de questões sobre o ato de vender dentro de um coletivo, quais suas peculiaridades e como são pensadas as formas de alcance a esse público passageiro.

Este capítulo aproxima a realidade concreta através das entrevistas, observação e registros feitos nos diários de campo ao longo do desenvolvimento da pesquisa e fundamenta interpretações no campo da sociologia do trabalho sobre a informalidade e precarização trabalhista na contemporaneidade.

### **3.1 – “VEIO NA MENTE PRA FAZER AQUILO AÍ E NÃO CONSEGUIA EMPREGO”: Perfil dos/das vendedores/as ambulantes dos transportes coletivos em Fortaleza**

A permanência desses trabalhadores nos terminais de ônibus e nos transportes é proibida e isso acarreta diversos conflitos, sobretudo ao se pensar que a presença dessas pessoas nesses lugares corresponde à necessidade de trabalho seja formal ou informal e a subsistência pessoal e da família. “O nosso trabalho é digno!” fala contundente dentro dos espaços onde a informalidade impera e não se encontra restrita ao espaço do ônibus. Defender a venda ambulante se tornou e vem sendo incorporada como meio de garantia de uma vida que fuja do que se concebe por marginalidade, ou

seja, tal atuação refere-se ao processo de transformação ou busca por uma dita dignidade e cidadania frente aos ditames autoritários da sociedade contemporânea.

Desse modo, é possível mensurar que as pessoas que vendem nos transportes coletivos apresentam nitidamente expressões que correspondem a determinações históricas no que diz respeito à sua classe social determinante quando se ativa a ideia de pobres e ricos e seus interesses particulares divergentes, o qual aos/as pobres sobria o lugar da submissão ou precarização incorporada na informalidade trabalhista.

Quem são eles e elas? O que determina seu ingresso no mercado de trabalho informal? Como conseguem seus produtos? Como se dá o contato com o público interno dos passageiros? São questionamentos que surgem quando nos deparamos com essa população em crescimento todos os dias.

Os vendedores e vendedoras ambulantes são pessoas que buscam o título de cidadãos/ãs dentro desse cenário de disputas societárias e que utilizam o trabalho como instrumento fundamental para tal ação, pois caso contrário, temem ser vistos como possíveis marginais. Entendo o termo marginal de forma estigmatizada, voltado à condenação e exclusão social daqueles/as que seriam perigosos/as.

“Poder ter a capacidade de realizar esse trabalho, sim trabalho!. Agradeço a Deus por ter a capacidade de correr atrás dos meus objetivos.” No dia 14 de dezembro de 2018 um jovem pula a catraca do ônibus Canindezinho (338) e pede desculpas pela ação empreendida. Logo em seguida começa a oferecer bombons em troca de qualquer valor. O jovem negro afirmava ter dificuldades de encontrar um trabalho, mas reforçava que seu trabalho era digno e que as condições que ele vivia não garantiram um maior “sucesso” em sua vida.

**Fonte: Diário de campo, 14 de dezembro de 2018.**

*Sim trabalho!* para eles e elas que vivenciam a realidade cotidiana dentro dos coletivos urbanos o que se busca primordialmente é a manutenção de suas vidas diante de todas as fragilidades que se apresentam. Tal ação não se configura como escolha ou opção central dentro de outras possibilidades. Adentrar esse espaço de trabalho diante do que é oferecido como possibilidade se torna um caminho atraente na frente das suas demandas pessoais, sobretudo no que toca a alimentação.

Grande parte das pessoas que se encontram vendendo informalmente nos transportes coletivos apresenta um histórico escolar nulo ou interrompido em algum momento de sua vida enquanto criança ou adolescente, o acesso à educação foi violado. A trajetória vivida representa uma parte de um passado no qual as crianças eram vistas como pequenos adultos e, portanto, deveriam assumir responsabilidades outras que não apenas o direito ao lazer através de brincadeiras e convivência com seus pares. Como consequência desse histórico de negações, as ocupações trabalhistas se darão de modo desordenado e fora do campo do desejo pessoal. *Antes trabalhei na cozinha, zelador. Trabalhava no Shopping Riomar na cozinha pra servir a comida pro trabalhador, servia limpava... (Interlocutor 01)*

O Interlocutor 01 relata ter tido o seu Ensino Fundamental interrompido ainda nos primeiros anos e isso interferiu diretamente nos espaços, segundo ele, onde trabalhou anteriormente. Como não teve acesso a uma educação completa, relata o entrevistado, a consequência futura seria o desenvolvimento de trabalho que estivesse à disposição e não necessariamente o que lhe agradava enquanto profissional. *Antes limpava carro no sinal e vi no ônibus uma forma honesta de trabalhar (Interlocutor 01)*. Assim, como é preeminente a fala que direciona um olhar para uma aceitação não natural da sua função, ou seja, é possível perceber um processo de incorporação de suas atuais habilidades no campo da informalidade.

Rapaz, sei lá eu até já me acostumei com isso, pra mim isso vem fazendo parte do meu dia-a-dia, porque é uma forma de trabalhar mesmo, entendeu?. Mas se tivesse oportunidade de emprego em outro trabalho eu queria com certeza. (Interlocutor 02)

Ao ser questionado sobre a definição que era dada ao trabalho informal nos ônibus, o Interlocutor 02 confirma o processo de naturalização de sua realidade e das dificuldades de superação. Segundo ele, as vendas fazem parte do seu dia-a-dia e a rotina é incorporada como horizonte sem muitas outras ramificações que propiciem uma garantia de remuneração, mesmo que sendo mínima.

É possível inferir, portanto, que as pessoas que usam o transporte coletivo como instrumento de trabalho, mesmo diante dos conflitos vivenciados e da insegurança diária, são oriundas de uma realidade subalterna e pauperizada, no qual o acesso às políticas públicas, sobretudo a de educação de Educação, foi ineficaz para colaboração de outras perspectivas que não a formação de mão-de-obra barata.

### **3.2 - “Dá um tapa no desemprego e uma rasteira na criminalidade”. Vendedor ambulante, histórias e interfaces: classe, gênero e raça**

Uma jovem negra embarca no ônibus 355 – Siqueira José Bastos à noite. A mesma revelou seu nome, Tainara Nádia, e relatou ainda trabalhar com poesias nos transportes coletivos e não usar os produtos vistos como convencionais, referindo-se aos demais vendedores e vendedoras. Antes da apresentação de seu trabalho, ela usa o espaço do transporte coletivo para afirmar que suas produções apresentavam um caráter revelador no que diz respeito às opressões que ela identifica enquanto mulher, jovem, negra e moradora da periferia, “*não sei se é por que eu sou negra ou tenho cabelo assanhado, mas não quero mudar meu jeito [...]*”. Ela relata ainda sofrer diversos preconceitos e olhares que denunciavam uma rejeição, pois aparentemente sua existência estava representando um corpo marginalizado historicamente. “*Menina chata que vive reclamando*”, refere-se ela, enquanto poetisa, para ressaltar a necessidade de sermos uma sociedade que defenda a pluralidade e que se coloque contrária a qualquer forma de governo que não respeitasse as questões de gênero, raça e classe, como

consequência disso a mesma assume diante dos relatos e reclamações dos/as usuários do transporte, essa característica de ser chata. Fonte:

**Diário de campo, em 17 de novembro de 2019.**

A informalidade, conforme o relato coletado no diário de campo se representa, sobretudo, por interfaces que dialogam com um corpo definido. Ou seja, os vendedores e vendedoras ambulantes terão raça, classe e território definidos, são jovens, mulheres, homens, idosos/as e, até mesmo, crianças oriundas das percepções contidas na observação participante durante a trajetória de suas viagens.

Nádia é bem incisiva ao colocar sua posição enquanto corpo não aceito naturalmente na sociedade contemporânea, afinal causa medo e esse medo é fruto de uma construção histórica que nega uma pluralidade, que rejeita, conseqüentemente, a existência de outros sujeitos/as que ultrapassem a universalização do que viria a ser um cidadão ou cidadã nos moldes capitalistas.

A informalidade também caminha com a necessidade obrigatória de repensar seu local enquanto vendedor/a. Assim, é possível perceber que os diversos marcadores sociais, que assolam e caracterizam uma sociedade antagônica, serão definidores no tocante o trabalho informal.

### **3.2.1 Racismo estrutural e informalidade**

A sociedade brasileira aponta um conjunto de eventos/acontecimentos presentes em sua constituição que apontam um cenário construído com base em algumas noções que adjetivam sua consolidação de forma histórica. Não sendo isentas de sua propagação, é possível relacionar esse contexto, perante sua materialização no contexto contemporâneo, através de algumas caracterizações: autoritarismo, desigualdade, controle, antagonismo, violência, exploração e opressões, as quais apresentam papel fundamental no

fortalecimento de discursos emitidos com base nas relações de poder e estabelecimento de papéis sociais determinados culturalmente e socialmente, frente o avanço das lutas de classes estabelecidas e visitadas na historiografia nacional.

A relação antagônica de sociedade, no qual o Brasil está inserido e corresponde a sua produção sócio-histórica, permite perceber que a luta de classes é um fator primordial para a realização de uma análise reflexiva de todo esse percurso, não podendo estar desvinculada dos aspectos raciais que emergem e são marcantes, diria inclusive determinantes, para a formação desse país. O racismo, outra palavra que é identificada diante dessa abordagem interpretativa, frente a essa sociabilidade emite traços peculiares no tocante às relações estabelecidas no passado e que denotam aspectos conflituosos nos dias atuais.

Afinal, o que é racismo? Qual seu alcance na sociedade atual? Questiona-se ainda se ele existe. O racismo faz parte de uma teia de relações estruturadas com o objetivo central de propor perfis socialmente aceitos, perfis nos quais são vistos a possibilidade de crescimento, avanço atrelado ao sistema capitalista. Desse modo, é possível considerar que a sociabilidade brasileira é marcada pela negação de corpos negros o qual tonifica corpo a uma sociedade estruturada nos aspectos raciais que tendem a desumanizar as populações negras.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam. [...] A discriminação racial, por sua vez, é a atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. Portanto, a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força, sem o qual não é possível atribuir vantagens ou desvantagens por conta da raça. (ALMEIDA, 2018, p.25)

O racismo, palavra corriqueira e negada no discurso público, está presente e se manifesta de forma visível nos dias atuais determinando e indicando, nitidamente, quem foi e quem são os integrantes dos grupos de sujeitos/as que apresentam privilégios determinados historicamente e que conduzirão a uma polarização, por hora velada, ao passo que é facilmente identificada, ou seja, apresenta caráter estrutural.

[...] o racismo é decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que “ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. [...] o uso do termo estrutura não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. *O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática.* (ALMEIDA, 2018, p. 38-39, grifo do autor)

É possível inferir que toda prática de racismo é estrutural, pois se encontra construído e reforçado no imaginário brasileiro como normal, naturalizado ao longo do processo histórico. A negação do racismo, dentro desse contexto, tenciona a perpetuação dessa forma de opressão ao passo que sua existência é percebida de modo expressivo. Ou seja, as práticas racistas persistem, ao passo que observamos um crescente movimento questionador que atribuí caráter criminalizador a essa forma de opressão. O entendimento da questão racial, assim como demais formas de violência, confirma uma interpretação das inúmeras questões que nos perpassam e que definem nossos lugares em sociedade.

Podemos considerar que a classe, raça e o gênero caracterizam a formação social brasileira e que tencionam uma civilidade baseada em um projeto de modernidade que se manifesta nas relações cotidianas através das suas formas diversas de reconfiguração, podendo ser definidas como insistentes desigualdades raciais e que abraçam a questão social e suas expressões, ao passo que sua diversidade é negada ou incorporada como instrumento de subordinação.

A diversidade étnica cultural, no Brasil, é um fator marcante na formação da sociedade brasileira a qual se deve ao processo de migração de várias etnias no período colonial. Os africanos, índios, portugueses e europeus resultaram na miscigenação do povo brasileiro. No entanto, ressaltamos que junto a esse fato foram fortalecidas marcas de desigualdades, racismo e preconceito com um grupo de pessoas (negros), negando como parte importante da nossa história. (DAXENBERGER; SOBRINHO; 2019, pág. 560)

Clóvis Moura (2019) resgata essa relação e se posiciona ao colocar a população negra como fruto de uma construção ideológica.

O aparelho ideológico de dominação da sociedade escravista gerou um pensamento racista que perdura até hoje. Como a estrutura da sociedade brasileira, na passagem do trabalho escravo para o livre, permaneceu basicamente a mesma, os mecanismos de dominação, inclusive ideológicos, foram mantidos e aperfeiçoados. (pág. 46)

As opressões fazem parte também das relações sociais e apontam quem é considerado/a cidadão/ã, palavra essa interpretada através de muitas interrogações (o que é ser cidadão em um contexto que é antagônico e produz antagonismos cotidianamente?) e anuncia o alcance concreto do racismo voltado aos negros/as. Afinal, seriam eles e elas alinhados/as a ideia criada de cidadania ou foram apresentados/as a um contexto social que os nega devido sua cor? Que os explorou durante anos ceifando muitas vidas e tornando-os

instrumentos vivos voltados para a produção de seus senhores? Finalmente, quem faz parte desse grupo seletivo o qual a cidadania teria papel de definir ao se relacionar com a categoria trabalho?

Assim, o exercício de problematização da sociedade brasileira não deve estar dissociado de sua constituição, bem como da análise que coloca os agrupamentos sociais em posições pré-estabelecidas, no qual para alguns/algumas é garantido/a uma realidade de privilégios e outros estão distantes dessa condição. Essa garantia é herança de um violento processo de exploração, a condição de senhor/a, dono/a, burguês/a e hoje empresários/ as, elite dominante; enquanto que para a grande parcela que não se encaixa nesse primeiro grupo mencionado é ofertada, com particularidades que estão inscritas em vidas precarizadas e desiguais, a condição de servo/a, escravo/a, proletários/as, classe trabalhadora que não detém os meios de produção e utilizam de sua força de trabalho como instrumento de subsistência.

[...] a população negra do país tem sido subjugada, violentada e criminalizada desde a escravidão para saciar os interesses sociais e econômicos das classes ricas – fenômeno acolhido por leis cujos efeitos camuflam revalidam e perpetuam a opressão. A propagação do discurso preconceituoso e discriminatório alicerça a narrativa para desqualificar a cidadania afrodescendente. (MADEIRA; GOMES, 2018, pág. 463)

Desse modo, questiona-se como se dá o processo de integração das pessoas em uma sociedade de classes, marcada nitidamente por sistemas antagônicos, entendendo as mesmas como expressão de uma divergência que origina sua existência e se arrasta até os dias atuais. O que está por trás de um desse discurso dominante que apresenta como perspectiva a desumanização das pessoas negras? Questões como essas percorrem o cenário atual como releitura de um passado que se encontra enraizado em um processo heterogêneo ao se pensar essas populações e suas imagens construídas socialmente, entendendo que ser negro/a branco/a remete a uma concepção não harmônica.

A escravidão, entendida como um instrumento de dominação e estrutural entre pessoas com tonalidades de peles diferenciadas e origens sociais destoantes uma das outras que expressa as múltiplas violências presentes, coloca a população negra numa condição de objetificação atribuída pelos brancos, ditos colonizadores, como ferramenta de trabalho em prol de seus interesses particulares diante de terras tomadas e oportunas, que os europeus consideraram como “descoberta”. Escravizar, portanto, remete ao ideário de controle e imposição de condições de trabalho que beneficiariam os que estavam no comando.

Para Schwarcz (2019, pág. 27) o racismo ancorado nos desdobramentos da escravidão se manifesta com linguagens no cotidiano, estreitando laços entre esses sujeitos e fortalecendo opressões raciais:

No Brasil, o sistema escravocrata transformou-se num modelo tão enraizado que acabou se convertendo numa linguagem com graves consequências. Grassou por aqui, do século XVI ao XIX, uma escandalosa injustiça amparada pela artimanha da legalidade. Como não havia nada em nossa legislação que vetasse ou regulasse tal sistema, ele se espalhou por todo o país, entrando firme nos “costumes da terra”. Imperou no nosso território uma grande bastardia jurídica, a total falta de direitos de alguns ante a imensa concentração de poderes nas mãos dos outros.

As linguagens mencionadas por Schwarcz colaboram para compreender os desdobramentos do racismo, enquanto estrutura, e perceber seu alcance na colaboração de uma sociedade antagônica que precisa ser analisada nos aspectos de classe e raça, de forma entrelaçada, reforçando que o pós-abolição não representou uma libertação na sua totalidade para os/ as ex-escravos/as e sim uma nova configuração de subalternização desse público, o que diríamos nova escravidão.

A emergência do racismo é, portanto, uma espécie de “troféu para a modernidade”. Se a presença de negros em espaços de prestígio

social já era basicamente vedada, ou muito dificultada pela escravidão, permaneceu bastante incomum no começo de nossa história republicana. (Schwarcz, 2010, pág. 31)

A população negra diante das linguagens abordadas e das manifestações modernas de exclusão e negação de suas existências ocupam lugares subalternizados, ou seja, estão direcionados a aceitar espaços de trabalho precarizados, a informalidade os alcança e os caracteriza *daí porque as desigualdades sociais e raciais devem ser buscadas na lógica capitalista, nas relações de produção, na estrutura de classes* (Martins, 2012, p. 458). Em grande medida, a população de vendedores/as nos transportes é demarcada por pessoas negras que não tiveram acesso a uma educação ou lhes foi negado esse acesso, ao passo que suas condições objetivas reforçavam a obrigação do trabalho desde sua infância.

Assim, torna-se fundamental a contribuição sociológica de Florestan Fernandes, mediante sua abordagem teórica, fundamentada na teoria marxista e no método histórico dialético. O sociólogo se posiciona como intérprete da relação estabelecida entre brancos e negros no contexto pós-abolição, entendendo que as mesmas linguagens manifestadas pelo racismo dizem respeito a esse contexto abordado em seu livro *A integração do negro na sociedade de classes* (2008). Para o sociólogo, os senhores, até então “donos” da mão de obra escrava foram isentos da responsabilidade e manutenção diante do contingente de negros/as libertos/as, os quais já não visualizavam outra atividade para além das que já eram desenvolvidas, bem como não dispunham de materiais intelectuais que garantissem sua integração de modo efetivo em uma sociedade em processo de urbanização. Seria possível pensar a produção do branco e do negro dentro de uma lógica ideológica racista, um projeto que condiciona e torna desigual racialmente a sociedade.

A desintegração do regime escravocrata e senhorial se operou no Brasil, sem que se cercasse a destituição dos antigos agentes de trabalho escravo de assistência e garantias que os protegessem-na transição para o trabalho livre. Os senhores foram eximidos da

responsabilidade pela manutenção e segurança dos libertos, sem que o Estado, a Igreja ou outra qualquer instituição assumissem encargos especiais, que tivessem por objeto prepará-los para o novo regime de organização da vida e do trabalho. O liberto se viu convertido, sumária e abruptamente, em senhor de si mesmo, tornando-se responsável pela sua pessoa e por seus dependentes, embora não dispusesse de meios e morais para realizar essa proeza nos quadros de uma economia competitiva. Em suma, a sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. (FERNANDES, 2008, pág. 35-36)

A trajetória da população negra ainda é vista de modo a corresponder uma corrida desigual simbolizada pelo racismo estrutural que tendem a expor feridas dessa desigualdade sociorracial. Assim, pergunto-me qual a cor da precarização? Qual a cor das populações encarceradas na sua grande maioria? Como foi retratada a história da população negra a não ser pelo aspecto da passividade e acomodação? Quais os espaços de resistência possíveis desse público frente o enraizamento de uma colonialidade que ainda se manifesta? Qual a cor que está presente nos locais de poder no Brasil? Qual a cor da informalidade?

[...] a crise capitalista e a reação burguesa só intensificaram um processo já presente no regime de trabalho brasileiro – evidentemente resguardando-se as devidas especificidades. Contudo, é preciso sinalizar eu embora esse processo tenha desencadeado efeitos sobre a classe trabalhadora ao capital não atingem igualmente trabalhadores brancos e negros. Ao contrário, a histórica condição de precarização e informalidade do trabalho são reforçadas como o processo de crise e reestruturação produtiva. Nesse sentido, as “novas” formas de enfrentamento da crise, pelo capital, só fortaleceram e aprofundaram o desemprego da população negra, bem como a sua inserção no trabalho precário informal. (MARTINS, 2012, p. 461)

Quijano<sup>8</sup> (2000) identifica a raça como ideia construída e instrumento de tecnologia no tocante às desigualdades raciais. Essa defesa feita pelo autor é vista como uma construção mental que possibilita uma perspectiva de soberania entre raças consideradas diferentes, o qual é entendido como propósito de dominação e consolidação do eurocentrismo, bem como uma estratégia de classificação social da população dentro desse padrão de poder. O eurocentrismo, nesse aspecto, se manifestaria como uma das mais sólidas formas de dominação hegemônica da colonialidade.

Observa-se que a classificação, baseada na característica fenótipa, apresenta traços ideológicos de sustentação e imposição de uma camada social em situação de hegemonia/ dominação. As palavras dominação e inferiorização serão centrais para Quijano desenvolver essa abordagem e amadurecer o conceito de colonialidade do poder que possibilita uma leitura crítica do lugar da população negra ao longo da história. Assim, raça e identidade racial se configurarão em características de segregação societária, sobretudo ao indicar o local desses diversos sujeitos.

Aos negros então cabia à condição de raça inferior que seria colonizada e animalizada, traços que repercutem ainda no cotidiano contemporâneo ao analisar como se dá essa inclusão diante de uma sociedade que se pretende a ser plural. A história, por meio do olhar sociológico de Quijano, produz essa sistematização do saber ao promover esse reconhecimento das camadas sociais que estiveram presentes, sobretudo, na constituição da América.

É possível, portanto, perceber que ser negro/a em uma sociedade de classes indica uma brutal violência de ocupações lidas como oportunidades

---

<sup>8</sup> Para o autor é possível, dentro desse debate, identificar a construção de uma colonialidade do poder que colabora com o debate sobre raça como conceito central em sua análise, pois provocará o acirramento entre brancos e negros, desdobrando-se ainda na constituição de novas identidades e grupos numa condição de submissão. Desse modo, a contribuição efetiva de Quijano se dá por meio da tentativa de aprimorar um olhar analítico sobre a América Latina e seu processo de apropriação e exploração, por sua vez atrelada a uma condição de dominação capitalista. O autor convoca a uma revisão histórica da América, pelo qual está atrelada a condição de escravidão organizada como mercadoria com fim de produção de novas mercadorias e servidão que não se limitou aos negros e atinge também as populações indígenas. Desse modo, a colonialidade do poder se fundamenta no controle das formas de trabalho articuladas no eixo capital e mercado mundial e é diante dessa relação que o capital consolida sua predominância mundial, colaborando para a constituição do modo de produção dominante.

para as pessoas que se encontram em condições de pauperismo. Essa leitura se dá na tentativa constante de culpabilização de quem não alcançou esse estágio de desenvolvimento, portanto o termo oportunidade precisa ser visto também com bastante cuidado em uma sociedade engessada na dominação capitalista.

O número elevado de pessoas que utilizam da informalidade como meio de subsistência hoje em Fortaleza é reflexo desse quadro histórico. Desse modo é nítida a configuração social formada em condições conflituosas entre esses grupos, ao passo que o que se visualiza como democracia racial estaria superada, pois a igualdade de condições era e ainda é diferenciada, no qual o negro e a negra no pós-abolição se visualizavam em condições de trabalhos precarizados ou não inserção, tendo em vista a aceitação de imigrantes nesse papel, daí o isolamento e a marginalização desse povo foram evidentes colocando-os/as em um patamar no qual foi direcionado desde a sua brutal vinda do continente africano a terras que seriam seu espaço de trabalho forçado.

Para Fernandes (2008), é evidente a necessidade de não excluir a categoria raça do debate societário e, portanto, a luta de classes é atravessada pela desigualdade racial. Desse modo, o padrão de estabelecimento do poder não permite, e nunca permitiu que outros povos ocupassem alguns espaços.

Tornar o racismo palco de debates na sociedade contemporânea significa perceber o papel fundamental e sagaz que este apresenta nas relações trabalhistas hoje e no reforço do sistema capitalista. Seu uso é fundamental como estratégia de denúncia e politização do lugar da população negra nos dias atuais, tendo em vista que a resistência negra surge desde a constituição das famílias e a formação dos quilombos, a força presente e viva das religiões de matriz africana e os processos educacionais que convocam o debate étnico-racial nas instituições de ensino regular.

A luta antirracismo pressupõe o combate das estruturas que sustentam o legado colonial-escravista, incrustado em um modelo de modernidade que além de racista é sexista, cis/heteronormativo e

capitalista. Enquanto vigorar o modelo de produção e apropriação de corpos construídos sob à lógica da desumanização e do descarte de seres humanos, formas de hierarquização de pessoas continuarão a ser (re)produzidas e naturalizadas. (PIRES, 2018, p.74)

Gomes (2017, pág. 21) contribui ao afirmar que:

No caso do Brasil, o Movimento Negro ressignifica e politiza afirmativamente a ideia de raça, entendendo-a como potência de emancipação, e não como uma regulação conservadora; explícita como ela opera na construção de identidades étnico-raciais. Ao ressignificar a raça, esse movimento social indaga a própria história do Brasil e da população negra em nosso país, constrói novos enunciados e instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar como racismo brasileiro opera não somente na estrutura do Estado, mas também na vida cotidiana das suas próprias vítimas (GOMES, 2017, pág. 21).

### **3.2.2 Gênero e informalidade**

O debate de gênero é fundamental para se compreender o papel das mulheres e os desdobramentos do lugar destinado a elas, o qual apresenta intencionalidade previamente definida no arranjo societário. Pensar a ocupação feminina em determinados espaços e o crescimento de sua visibilidade de forma não subordinada à imagem masculina é um marco no contexto histórico atual, o qual a relação homem e mulher são permeadas por diretrizes que condicionaram uma sujeição baseada numa condição hierárquica que tende a colocar a figura masculina no centro do poder.

O homem, por sua vez, perpassa uma condição de privilégios o qual o coloca numa posição de vantagem em alusão a realidade feminina, assim como forma de manutenção nesse patamar torna-se necessário negar qualquer traço que indique uma aproximação com aspectos ditos femininos. Como resposta a essa imposição comportamental, o homem deve ser o detentor da

força, estar à frente das decisões e lideranças, ocupar lugares de prestígio e domínio da fala, ser o sexo forte, provedor, trabalhador. Podemos situar, no campo sociológico, que tais repercussões não estão desvinculadas de um contexto maior que seria a condição estrutural.

Por conseguinte, o sexo é estrutural na dinâmica das relações sociais como estratégia de manutenção da sociabilidade capitalista que impõe a figura feminina como submissa ao homem e pertencente a uma família nuclear burguesa, atendendo os requisitos naturalizados de família formada por homem e por mulher.

Ser feminino, portanto, no campo do senso comum e reforçado pela estrutura social que materializa práticas machistas cotidianamente, significa obediência, inferiorização, controle, fragilidade, docilidade, ingenuidade, prática do cuidado, dentre outras características que determinam esse lugar e seu papel social ora constituído inclusive dentro do campo religioso. As mulheres são fruto de uma corrida interminável que é pregada cotidianamente no campo das disputas sociais refletidas pelo capital que as colocam numa condição de desfavorecimento diante do homem. [...] *gênero é uma categoria usada para se pensar as relações sociais que envolvem homens e mulheres, relações historicamente determinadas e expressas pelos diferentes discursos sociais sobre a diferença sexual* (GROSSI, 1998).

Discutir os conceitos de masculinidade e feminilidade é importante para se pensar a realidade das mulheres vendedoras ambulantes nos coletivos urbanos e analisar como se configura esse contexto diante de suas ações enquanto trabalhadoras informais.

O conceito de gênero surge na década de 70, basicamente no campo das ciências sociais, mas sua história muito deve a crítica feminista. Gênero, hoje, tornou-se uma categoria bastante difundida, ainda que se deva assinalar que há diferentes apropriações teóricas em cima do mesmo termo. O conceito de gênero refere-se à construção social do sexo e foi produzido com a ideia de discriminar o nível anátomo-fisiológico da esfera social/cultural. Em outras palavras, essa categoria analítica visa, sobretudo, distinguir a dimensão biológica da

social. É a organização social da diferença sexual. (HEILBORN, 2002, pág.4)

A construção social das pessoas está atrelada a uma concepção de mundo que visualiza formas enraizadas de se pensar seus papéis e ocupações, desse modo, é possível perceber que as imagens construídas sobre o ser homem e ser mulher é fruto dessas interpretações acatadas ao longo dos tempos. Como Heilborn menciona, gênero representa uma construção social que condiciona olhares a partir do sexo e determina a organização social que se estende aos dias de hoje e se manifestam como tabus.

O avanço da leitura crítica das mulheres propicia suas formas de organização em sociedade tornando importante salientar que é a partir da percepção do ideário construído autoritariamente sobre o que seria ser mulher que elas partem para uma investidura no tocante às diferenças sociais baseadas no sexo.

As sociedades apresentam o gênero como estrutural e marcante diante das relações sociais. De acordo com tal perspectiva os homens e as mulheres são projeções socialmente determinadas e intensificadas pela sociabilidade em andamento. Como consequência, é possível perceber a mulher como um marcador social que diferencia as pessoas e intensifica as formas de produtividade mediante a sua apropriação pelo capital.

Os estudos de gênero são uma das consequências das lutas libertárias dos anos 60, mas particularmente dos movimentos sociais de 1968: as revoltas estudantis de maio em Paris, a primavera de Praga na Tchecoslováquia, os *black panthers*, o movimento hippie e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA, a luta contra a ditadura militar no Brasil. Todos esses movimentos lutavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária, e é justamente no bojo destes movimentos “libertários” que vamos identificar um momento chave para o surgimento da problemática de gênero, quando as mulheres que deles participavam perceberam que, apesar de militarem em pé

de igualdade com os homens, tinham nestes movimentos um papel secundário. (GROSSI, 1998, págs. 1-2)

Os movimentos sociais apresentam importância significativa, sobretudo o movimento que sustenta sua existência como bandeira central no Feminismo<sup>9</sup> e entende o debate de gênero necessário para a consolidação do olhar atento para as mulheres, mediante sua busca histórica por garantia de direitos negados em prol de um discurso forjado em um poder priorizado na figura masculina. Desse modo, o gênero é uma categoria fundante nessa estrutura social e permeia condições de questionamento do *status quo* alimentado pelo sistema capitalista.

A relação contraditória entre os sexos apresenta caráter histórico o qual é manifesto de modo latente no processo de escravidão, assim a relação não era pensada apenas no aspecto de gênero, mas também com traços raciais nos quais conduziam uma abertura ainda maior para a subordinação das mulheres negras.

Para Angela Davis (2016) a história das mulheres negras foi marcada por duras realidades que conduziam elas a uma intensa jornada de trabalho, afinal a autora ressalta que elas sempre trabalharam fora de casa e tinham seu gênero desprovido pelo fato de serem vistas como propriedades. Suas formas de exploração eram intensificadas e não estavam presente exclusivamente nas lavouras e sim nos abusos sexuais, açoites, estupros e maus-tratos outros que confirmavam a ideia de posse referente aos seus senhores. Mesmo diante dessa realidade convém salientar que as mulheres resistiam das formas diversas e usavam maneiras para desviar os rebatimentos de todo esse contexto, tais como a busca pelo aprendizado da leitura, o qual era visto como uma ofensa.

---

<sup>9</sup> O feminismo pode ser entendido como visualização de um mundo que não esteja sustentado pela desigualdade de gênero. O mesmo colabora para que as mulheres sejam visíveis em suas dimensões totais e ocupem espaços que possibilitem uma igualdade entre os homens e fomentem debates que as promovam a um patamar de independência e não inferioridade. A luta feminista é uma luta mundial e busca também colaborar com as diversas representações do que seja mulher e, conseqüentemente, as demandas que lhes são peculiares.

[...] as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das trabalhadoras negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras. O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas, não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero. (DAVIS, 2016, p. 17)

O gênero, nesse contexto e dentro de uma análise histórica, no qual as disputas são eminentes e cada vez mais presentes, pode ser identificado como um dispositivo que provoca, necessariamente, o debate sobre a organização em sociedade e as consequências dessa organização pensando o local da mulher e a imagem do feminino. Discutir gênero ou as relações entre os sexos é um ato de escrita política no tempo presente.

Na gramática, gênero é compreendido como um meio de classificar fenômenos, um sistema de distinções socialmente acordado mais do que uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre as categorias que permite distinções ou agrupamentos separados. (SCOTT, 1995, pág. 3)

Assim, os fenômenos que giram em torno do debate de gênero possibilitam uma análise crítica sobre a mulher diante das imposições do que deveria ser seu papel social tendo como base uma estrutura patriarcal. O mundo das mulheres e todos seus anseios, perspectivas, motivações e possibilidades são incluídos numa lógica que as inferioriza e determina as demandas que emanam do público masculino como as mais necessárias, as mais coerentes e que devem ser acordadas como corretas. Conforme Scott (1995), os homens criaram um mundo limitado para as mulheres e

direcionaram para elas o seu ingresso sem provocar um debate sobre as linguagens e violências que emergem de tal fato.

Ademais, o gênero é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. (SCOTT, 1995, pág. 7)

Como pode ser lida, portanto, a vida concreta de mulheres, entendendo esse jogo de disputas estruturado pelo capital e patriarcado? Perceber a realidade das mulheres hoje também requer a compreensão da não existência de uma mulher universal que desfrute das mesmas condições objetivas e privilégios em uma sociedade classista. Pelo contrário, elas são oriundas de um contexto desigual, o qual pode favorecer uma identificação diante de suas pautas identitárias que marcaram suas vidas e atrelando-se com outras normativas sociais, tais como classe e a raça. Assim, questiona-se como as mulheres vendedoras ambulantes enfrentam seu cotidiano dentro dessa lógica.

O atual contexto entrelaçado pela precarização do trabalho e aumento da informalidade está ligado com a crise ou crises que o sistema provoca. As mulheres não se encontram isentas dessas expressões e são alvo também, assim como a totalidade de pessoas em situação de desfavorecimento econômico, a vender sua força de trabalho frente as suas necessidades emergenciais por se tratar de uma família, geralmente, pobre, negra e periférica onde a informalidade prevalece e ganha destaque.

Hirata (2010) chama a atenção para a leitura dessas crises, sobretudo pensando a crise social como alvo e a necessidade de sua interpretação diante de um debate de gênero.

Essa crise social foi decorrência de um acoplamento da crise e do desemprego, do subemprego, do aumento da pobreza com a questão da precariedade ou da precarização do trabalho. Essa precarização tem, evidentemente, consequências diferentes para os homens e mulheres. (HIRATA, 2010, pág. 21)

Nessa lógica é possível perceber que as mulheres sofrem de modo diferente a precarização mencionada, pois foram condicionadas a demandas ditas como suas. Ou seja, além da necessidade de trabalhar, elas cuidam das atividades domésticas, símbolo de uma hierarquia ideológica entre os sexos, e assumem, portanto, uma série de atividades além de um trabalho externo, o qual também deve ser analisado frente a sua materialização. Em decorrência, observa-se um processo de fragilização da família.

As mulheres são majoritárias no desemprego oculto que ocorre pelo desencorajamento. Essa precarização do trabalho das mulheres soma-se com a precarização da família. Os dados mostram que, quando há uma situação de trabalho precário das mulheres, a família e o contexto familiar tendem também a se tornar precários. Portanto, as duas questões, a precarização do trabalho e a precarização familiar, devem ser analisadas em conjunto. (Hirata, 2010, pág. 22)

A relevância do debate está presente na categoria família de modo a refletir sociologicamente sua construção e os rebatimentos que fortalecem o ideário de uma mulher-trabalhadora-dona-de-casa, voltada para os ditames do marido enquanto cabeça do lar, administrador e tantas outras nomenclaturas que surgem para legitimar tal violência.

A mundialização do capital apresenta um cenário visto como promissor onde os empregos se ampliam e a necessidade de um maior gerenciamento é dada em face de uma precarização e intensificação do trabalho que alcançam essas mulheres e definem de modo marcante as desigualdades de gênero no cenário contemporâneo.

A participação feminina no mercado de trabalho, em praticamente todas as atividades econômicas e profissões, é uma conquista recente, do século XX, ao qual alguém deu a alcunha de “o século das mulheres”. Uma análise mais detalhada do fenômeno da dita “feminização” do mercado de trabalho, contudo, traz à tona uma realidade complexa e diversificada, com avanços ao mesmo tempo em que se amplia e diversifica a participação feminina no mundo de trabalho, reproduzem-se algumas segregações conhecidas como a maior precariedade ou fragilidade da ocupação feminina comparativamente à masculina, as segregações setorial, ocupacional e hierárquica sofrida pelas trabalhadoras, as remunerações sistematicamente inferiores às dos homens. (Lombardi, 2010, pág. 34)

Ainda sobre a mundialização do capital, Antunes e Alves (2004) colaboram da seguinte forma:

Esse processo de mundialização que mescla sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Assim, como o capital se transnacionalizou, há um complexo processo de ampliação das fronteiras no interior do mundo do trabalho. (p.341)

Lombardi pontua ainda a existência de uma polarização entre as mulheres, colocando em pauta novamente o debate sobre a não existência de uma mulher universal atravessada por diversos marcadores sociais:

[...] em tempos de globalização da economia e de flexibilização do trabalho, seja no que diz respeito ao aumento da sua participação econômica e de seu nível de escolaridade, ao aumento do desemprego feminino, à polarização das trabalhadoras em dois grupos distintos e antagônicos, mas sistematicamente

complementares: um pequeno e crescente contingente de profissionais escolarizadas inseridas numa variada gama de profissões e uma massa de mulheres mais pobres e menos escolarizadas, migrantes e imigrantes, ocupadas em funções menos prestigiosas do comércio e dos serviços, submetidas a condições menos favoráveis de trabalho e a menores rendimentos. (2010, pág. 41)

É visível o carácter classista que persegue e fortalece uma constatação polarizada entre as mulheres, escolarizadas e as que não tiveram acesso à educação, formando um grupo mais empobrecido. As mulheres vendedoras ambulantes estão quase que totalmente nessa segunda classificação, de tal modo que os impactos das crises, precarização e intensificação do mundo do trabalho em conjunto com o ideário hierárquico entre homem e mulher são preponderantes.

A informalidade está presente na realidade social das mulheres que vendem nos transportes coletivos. De acordo com o diário de campo, a grande maioria é negra, com pouca escolaridade, moram em bairros periféricos, levam seus filhos e filhas para trabalhar, utilizam um discurso voltado para a prioridade de manutenção da família no que concerne a necessidade de alimentação. Esse discurso é bem presente e destoante do público masculino que mesmo utilizando-o não constitui o principal em suas oratórias. A família, na figura dos filhos, é algo marcante quando se observa as mulheres vendedoras ambulantes e isso caracteriza a mencionada desigualdade de gênero.

No dia 07 de novembro de 2019 uma jovem negra embarca no ônibus 355 – Siqueira José Bastos e distribuí chocolates. A mesma utiliza um discurso que visivelmente é tido como decorado, algo mecanizado diante de sua prática rotineira. Era de tarde e ela reforça sua divulgação dizendo: “*ele é gostoso, delicioso e saboroso*”. Sua fala inicial é uma saudação e, em seguida, relata ter uma filha de 3 meses e necessita pagar aluguel, bem como levar alimentação pra sua casa. “*como todos passam por obstáculos eu creio que eu também vou passar*”. Fonte: Diário de campo.

Nesse sentido, a mulher dentro dos coletivos urbanos enquanto trabalhadora apresentará um diferencial que é o olhar direcionado para a manutenção de seu lar. Para muitas são obstáculos vivenciados e naturais na dinâmica da vida em sociedade, assim o seu esforço seria uma forma ancorada na tentativa de avançar frente suas dificuldades econômicas.

A presença infantil, seja no discurso ou de forma presencial, é uma técnica de alcance as pessoas que estão no transporte e também uma forma de sensibilização atrelada a esse ideário materno socializado. Afinal de contas, a ela foi imposto tal demanda como necessária para sua oficialização enquanto mulher e mãe. Fugir disso a colocaria em um patamar de ruptura com o que foi desenhado como norma social a ser seguida. Tal realidade só tende a ser alterada quando a mulher começa a ocupar espaços antes vistos como não pertencentes a ela, o dito mercado de trabalho seria um deles. Conforme Sarti (1994), a mulher se torna uma ameaça à figura de autoridade masculina quando possibilita práticas que ameaçam esse ser e sua condução de dominação, isso se dá sobretudo via o ingresso em trabalhos remunerados, que não isentam as mesmas do trabalho doméstico, mas representa um avanço dentro do cenário que se encontram.

Ser mulher, portanto, é acrescido de diversos condicionantes históricos e materializa a ideia de um personagem criado para atender os requisitos de uma vida social harmonizado numa desigualdade de gênero. Desse modo, o debate sobre as mulheres e o que as cercam hoje é um ato imprescindível e revela nossa organização enquanto sujeitos políticos.

As desigualdades e diferenças de gênero repousam sobre uma norma social que associa o feminino à domesticidade e que se expressa na divisão sexual do trabalho, atribuindo prioritariamente às mulheres a responsabilidade com os cuidados da família. (SORJ, 2010, pág. 57)

Teixeira (2010) colabora ainda ao afirmar que diante dessas normas acatadas como naturais a desigualdade de gênero vai sendo incorporada:

[...] a desigualdade de gênero repercute também em relação à situação de pobreza de mulheres e homens, fazendo com que as mulheres, em especial as mulheres negras e as mulheres que são responsáveis por seus núcleos familiares, estejam na situação mais precária. (pág. 71)

O caráter étnico-racial é marcante na identificação das mulheres que usam o ônibus como forma de subsistência. Afinal, é considerável lembrar que no processo de pós-abolição da escravatura as mulheres negras ocuparam lugares de inferiorização em relação às mulheres brancas e são vistas, através de ações racistas, como as que ocupariam ou deveriam ocupar um lugar de servidão.

Mas é justamente aquela negra anônima, habitante da periferia, nas baixadas da vida, quem sofre mais tragicamente os efeitos da terrível culpabilidade branca. Exatamente porque é ela que sobrevive na base de prestação de serviços, segurando a barra familiar praticamente sozinha. Isto porque seu homem, seus irmãos ou seus filhos são objeto de perseguição policial sistemática (esquadrões da morte, “mãos brancas estão aí matando negros à vontade; observe-se que são negros jovens, com menos de trinta anos. Por outro lado, que se veja é a maioria da população carcerária deste país”). (GONZALES, 1984, pág. 231)

### **3.3 – “Esse é meu trabalho, é dessa forma que eu sobrevivo”: compreensão e características do trabalho informal**

“[...] eu preciso de dinheiro pra comprar minha roupa de natal”... Nesse dia, 22 de novembro de 2019, por volta de 17:44, ingresso na linha 097 em direção ao Terminal de ônibus Antônio Bezerra. Na ocasião, uma, aparentemente, família, também embarca no ônibus

que estava razoavelmente cheio. Esse grupo era composto por um homem, mulher e uma criança do sexo masculino com idade próxima de 4 ou 5 anos. Durante a saída e traslado para o outro terminal, a criança começa a se revirar, sentindo-se incomodada com algo e a sua mãe (a mesma se apresentava como tal) sentada em outro banco começa a brigar com o menino, pedindo que o mesmo ficasse quieto. O homem que os acompanhava começa a insultar o menino e isso gera um incômodo na mãe, era brincadeira, relatava o homem. Logo depois esse mesmo homem começa seu processo de distribuição e divulgação de sua mercadoria "*Ninguém é obrigado a nada, tudo é opcional*". Ele trazia pipocas para a venda e ofereceu por um valor de 1 real. O ônibus aos poucos ia ficando cada vez mais lotado, outra criança chorava, homens e mulheres conversavam e o tal homem distribuía suas pipocas e ao terminar volta pra perto da mulher e seu filho. Contudo, o menino que estava com ele e ela levanta após o término da divulgação e começa a distribuir o seu próprio produto. O menino trazia nas mãos poucos chicletes em uma caixa que já estava aberta, isso demonstrava que ela já vinha fazendo esse trabalho horas ou dias atrás. O menino, de baixa estatura, não sabia falar direito, apresentava dificuldades inclusive no ato de caminhar dentro do transporte em movimento, mas insistentemente repetia, ou tentava repetir: "Ninguém é obrigado a nada, tudo é opcional". Nesse momento o que chamava atenção de muitas pessoas presentes era o motivo dele estar ali fazendo aquela ação, segundo ele: "eu preciso de dinheiro pra comprar minha roupa de natal". E começou seu discurso oficial gritando: "Boa noite?"... Sem poucas respostas ele repete: "Boa noite? Isso aqui é muito melhor do que a pipoca e tem um melzinho". Aos poucos a criança oferece o chiclete, mesmo com suas dificuldades, e recebe algumas doações em dinheiro. Uma senhora oferece 2 reais a ele que logo volta a sua mãe dizendo: Ganhei 5 reais, ganhei 5 reais!. Enquanto a situação acontecia, eram perceptíveis os olhares dos usuários do transporte coletivo com um semblante de afirmação, aceitação e conformação daquela situação.

Fonte: **Diário de campo em 22 de novembro de 2019.**

É possível perceber que as características que envolvem a informalidade estão concentradas no ato imediato que seu ofício diário pede, seja a compra, troca ou indicações de serviços. No caso da venda ambulante, o foco central

está localizado no consumo dos seus produtos, entendendo eles dentro de uma diversidade que é vista de modo visível ao embarcar em cada coletivo. Os dois casos mencionados acima no diário de campo, ocupam um mesmo local em momentos diferentes, porém suas diferenças não distanciam do papel central de cada um, a subsistência.

As narrativas são singulares e múltiplas, conseqüentemente, cada pessoa utiliza-as como melhor deseja, possibilitando um maior alcance de seu público-alvo. Na ocasião citada pelo diário de campo, tanto a criança quanto o homem, membros aparentemente da mesma família, buscam realizar a venda, porém um deles está desempregado e o outro almeja consumir algo que soa estar distante de sua realidade infantil, uma roupa nova de Natal. É possível perceber que a criança reproduz os passos do homem e se coloca numa posição de igualdade, tentando conquistar os possíveis consumidores através da competição entre os produtos em destaque.

Seria o trabalho nos coletivos uma prática naturalizada ao ponto de ser transmitido pelas gerações? Tanto no que envolve o contato direto com as pessoas, quanto os métodos de se alcançar a venda? A realidade objetiva se manifesta de modo tão violento que convoca, sem escolhas de negação dessa proposta, pessoas de variadas idades para essa atuação precarizada e informal? Tais questionamentos provocados pela análise do diário de campo configuram a percepção desse processo que atribui características do trabalho informal dentro dessas condições.

A venda ambulante ou venda informal no transporte coletivo se dá mediante o ingresso de pessoas, geralmente, homens e mulheres na grande maioria, desempregados/as e que criam maneiras de *conquistar a vida* diante da ausência de emprego. Desse modo, o ônibus se torna o lócus desse processo e incide positivamente na renda dessa família representada por esse profissional.

Os vendedores ambulantes que trabalham nos transportes coletivos de Fortaleza fazem parte de uma realidade cearense atual, na qual 6, em cada 10 trabalhadores, estão em empregos informalizados<sup>5</sup> por

não conseguirem vagas no mercado de trabalho. Esses profissionais entram e saem dos coletivos por horas a fio, desculpando-se pelo incômodo que causam com sua presença, ao mesmo tempo em que oferecem seus produtos – balas, canetas, carteiras, CDs, dentre outros –, com a promessa de que estão oferecendo bons produtos e justificando essa atividade com relatos de desemprego, reabilitação e a necessidade de ajudar suas famílias. [...] O relato comum entre todos é que esse emprego é sua única fonte de renda e que, assim, sustentam suas casas e famílias. Dessa forma, eles seguem, passando a maior parte dos seus dias dentro dos coletivos, fazendo da voz e da coragem as suas ferramentas de trabalho, interagindo e integrando o cotidiano das viagens de milhares de pessoas todos os dias. (BATISTA, REINALDO, 2018, p. 3-4)

Trabalhar informalmente dentro de um ônibus significa criar maneiras de se alcançar os/as passageiros/as diante dos produtos ofertados e assim, obter algum valor. Geralmente observa-se que o embarque se dá de modo aleatório, não se escolhe um coletivo específico na grande maioria e os que escolhem são fiéis a essa linha. Ao ingressar é possível perceber reações múltiplas manifestadas pelos passageiros: acomodação, ao ver mais uma pessoa vendendo como se fosse algo extremamente natural, raiva por *incomodar* (frase utilizada pelos vendedores/as como forma de amenizar as possíveis tensões que venham a surgir), colaboração (demonstrada por sorrisos e falas que justificam essa prática trabalhista), bem como apoio ao consumir o produto.

O processo de abordagem assemelha-se a um ritual devido ser reproduzido por inúmeros trabalhadores/as com o mesmo formato, muitas vezes visto de modo mecanizado e consagrado na venda ambulante como meio de divulgação do seu trabalho. Cumprimenta e distribuí (podendo ser o primeiro passo para alguns vendedores/as), anuncia e recolhe na expectativa de um consumo maior do que no ônibus anterior. Esse procedimento completo deve durar poucos minutos devido à necessidade de embarcar em outros coletivos e inúmeras dificuldades são presenciadas, a lotação é uma delas e reflete ainda o caráter social de qual bairro estamos falando. É comum visualizar em bairros periféricos um número considerável de pessoas que

necessitam do transporte coletivo como meio de transporte até seus trabalhos, sejam formais ou não, e isso acarreta um aglomerado de pessoas significativo que ora é positivo para quem efetua vendas nos ônibus e ora negativo pela dificuldade de locomoção interna.

O ato de distribuição acontece de modo automático e o uso da oralidade é presente em todas as etapas<sup>10</sup>, a pessoa passa em todos os bancos e entrega o produto, *sem compromisso*, fala recorrente utilizada para não gerar expectativas de venda garantida na pessoa que está dentro do coletivo. A estratégia se fortalece na tentativa de causar uma maior aproximação e contato direto com o que se deseja vender, bem como sensibilizar todo processo vivido ao chegar até as mãos à mercadoria, seja ela qual for.

Eu, eu falo, eu digo que, eu chego no ônibus e digo pessoal boa tarde, bom dia, boa noite, meu nome é Carlos tenho meus três filhos aí. Aí eu divulgo meu trabalho digo que tô vendendo minhas pipocas, meus amendoins, digo o preço e digo que se não puder ajudar comprando uma moeda de cinco centavos, dez centavos a gente agradece. Existe muitos que compra e existe muitos que ajuda. Tem ônibus que muitos mais ajudam do que compram. Não tenho linha fixa, José Bastos, Osório, João Pessoa, Praia de Iracema, Conjunto Ceará Lagoa, Centro. (Interlocutor entrevistado 01)

Um segundo momento, por vezes o primeiro dependendo da condução, é o ato de cumprimentar as pessoas que estão sentadas ou em pé: *Tipo não, meu trabalho é bem simples eu só cumprimento o povo, divulgo minha mercadoria, a qualidade dou os agradecimentos e pronto. Só isso.* (Interlocutor entrevistado 02). Tal processo é carregado de narrativas que emergem com sentimentos outros que não necessariamente o desejo da venda. É possível compreender que a energia empreendida nesse momento está relacionada

---

<sup>10</sup> Segundo Batista e Reinaldo (2018, p. 6) A comunicação oral, tal qual é feita pelos vendedores ambulantes, somente é compreendida pelo passageiro porque ambos partilham dos mesmos códigos comunicacionais, já que pertencem a classes sociais próximas ou semelhantes e convivem diariamente dentro dos transportes coletivos de Fortaleza. Ademais, é essa linguagem que afirma ao vendedor o seu pertencimento em um grupo, uma vez que “a voz é uma forma arquetipal, ligada para nós ao sentimento de sociabilidade.

intrinsecamente com as realidades empobrecidas, portanto é rotineiro encontrar falas com tons religiosos onde a figura de um ser divino seria um motor para o alcance de seus objetivos, falas que convocam a necessidade de solidariedade frente às inúmeras dificuldades encontradas no seio familiar, bem como casos de doenças que marcam as dificuldades do ingresso no mercado de trabalho formal.

O recolhimento do material acontece de forma aligeirada e com atenção nas pessoas que receberem o produto durante a distribuição. Atenta-se ainda para a negociação, seja por trocas de sabores quando for algo alimentício ou valores, bem como por possíveis reclamações. Cabe ao vendedor/a ficar atento/a as pessoas que receberam com fim de não perder unidades que venham a prejudicar posteriormente.

Desse modo, as características do trabalho dentro dos coletivos urbanos se dão mediante o acesso a um espaço, inicialmente visto como impróprio, que foi sendo ressignificado e tomando proporções que caminham firmemente com o avanço do desemprego nas grandes cidades. O trabalho informal nos coletivos é atravessado por inúmeros marcadores sociais que obrigam a pensar estratégias de mobilização frente às dificuldades vividas cotidianamente. É importante destacar que a venda nos ônibus se dá, sobretudo, em espaços periféricos onde o número de trabalhadores/as é bem expressivo ao ponto de distanciar da realidade de outras localidades da mesma cidade.

O ônibus Grande Circular perpassa um trajeto que faz menção ao nome estabelecido para a linha. Seu percurso se dá durante um período de aproximadamente 3h e 20min e está presente em grande parte de Fortaleza, bem como é integrado em outros terminais de ônibus, possibilitando ainda o maior número de pessoas que embarcam e desembarcam acumulando um montante elevado durante o dia.

A escolha desse ônibus como instrumento de análise se dá pela possibilidade de interpretações múltiplas do acesso que sua linha apresenta. É possível identificar como resultado dessa observação que a cidade é marcada por desigualdades sociais e raciais preponderantes e que cada parada de

ônibus destaca diferenças nesse sentido. Ou seja, o público que reside nos bairros Jangurussu, Antônio Bezerra, Barra do Ceará e Pirambu configura uma realidade social que se distancia das pessoas que residem em uma área litorânea, contudo esses públicos se encontram no transporte coletivo. A análise territorial se faz necessária como instrumento de debate das realidades sociais e contribuí para perceber as desigualdades *vistas pela janela do ônibus*.

No dia 11 de fevereiro de 2019, o ônibus Grande Circular saiu do Terminal Antônio Bezerra no turno da tarde. Estava acompanhado de mais dois amigos. Eram 13:48 quando subimos no ônibus e o motorista acelerava com frequência causando alguns burburinhos entre algumas mulheres que estavam presentes, “motorista, quero viver ainda. Você está namorando no final da linha é?, só pode”. As mulheres reclamavam e conversavam entre si. Era notório que cada pessoa ali presente trazia consigo suas demandas particulares, seus destinos se cruzavam mesmo sem um contato mais próximo, sem constituir vínculo algum. “Vai, vai que o motorista está doido!”, disse uma senhora quando um jovem decidiu desembarcar na parada seguinte. A movimentação de embarque e desembarque é constante e adjetiva o ônibus e sua função social na cidade. Pessoas atentas aos seus celulares, outras fixavam o olhar na janela talvez pra não perder a hora de descer. O ônibus não tinha ar-condicionado, era um modelo antigo, e o calor aumentava a cada momento. Antes de chegar ao Terminal Siqueira uma jovem percebe que pegou a linha errada e pede insistentemente para descer pois tinha um horário marcado. “Esse motorista tá é nervoso!” Gritavam alguns passageiros/as quando não tinha êxito em solicitar a descida então frases eram gritadas constantemente: “Vai descer, vai descer!” Quando chegam ao Terminal Siqueira, algumas pessoas descem e poucas pessoas sobem. A viagem continua e uma parcela das pessoas que entraram reclamava da possível lentidão do motorista, contrariando as falas iniciais emitidas pelas pessoas que subiram no ponto anterior. O cenário revela um contexto ainda mais periférico que se via antes, o ônibus percorria o território do Jangurussu. Em um semáforo um vendedor ambulante oferece água pela janela, um encontro de trabalhos informais é possível. Por volta de 14:46 o ônibus chega no terminal Messejana e fica com um número reduzido de pessoas. Ao sair de lá um vendedor ambulante aparece, ele tinha

subido junto com os demais passageiros/as, e oferece bombons para cada pessoa presente e dizia ser deles e não aceitaria devolução. O que ele pedia em troca era qualquer valor que eles sentissem a vontade para ofertar. “Quem está vivo dá boa tarde.” Fala o vendedor. Uma senhora questiona se ele daria o bombom pra todos e ele responde: “Sim, as pessoas são boas e me pagam qualquer valor”. Ele fala ainda estar sentindo dor e precisar pagar o aluguel que estava atrasado naquele momento. “Tô pra desistir, tô passando mal.” Ele relatava ainda que já foi bastante feliz e que naquele momento da vida dele estava vivendo um momento de bastante dificuldades, segundo ele poderia chamar ele de Bombom devido seu trabalho atual nos coletivos. Enquanto percorria uma área nobre cercada de shoppings centers outro vendedor ambulante ingressa e pergunta se alguém pode ajudar contribuindo com o valor de uma passagem. O cenário era outro, observa agora com frequência lojas com tamanhos e estruturas diferenciadas, fóruns, shoppings centers que demarcavam um aspecto classista de quem morava naquela redondeza. O vendedor que havia pedido ajuda consegue atravessar a roleta e pede doação para comprar seu produto, pois estava sem nada naquele momento. Logo ele desce após fazer seu apelo. 15:34 o ônibus chega no Terminal do Papicu e todos deveriam trocar de veículo. Por volta de 16:10 estávamos passando pela praia. As pessoas demonstram nitidamente uma sensação de incômodo com o ingresso de um jovem negro que embarca. O ônibus chega ao Terminal Antônio Bezerra, ponto de origem da observação.

**Fonte: Diário de campo, 11 de fevereiro de 2019.**

Com base na observação realizada é possível perceber que o trabalho dentro dos coletivos urbanos entra em conformidade com o momento atual de cada vendedor/a. É nítida a conclusão que esse público pertence a uma classe social empobrecida e marginalizada. O transporte revela inúmeros desafios os quais são enfrentados diariamente e sem possibilidade de ruptura, tendo em vista o aumento do desemprego tendo em vista o crescente movimento de aumento de desemprego fruto da precarização e morfologias atuais do mundo do trabalho.

A adaptação a *esse novo jeito de trabalhar* é obrigatória para muitos/as que não conseguem acessar a formalidade do trabalho. O contato com os/as passageiros/as se dá de diversas formas e com uso de inúmeras abordagens, seja no campo do apelo, comédia com uso de brincadeiras ou diretamente voltada para a venda. É importante destacar ainda, e conforme mostra o relato do diário de campo, que esse espaço de trabalho é permeado de conflitos por interesses pessoais, afinal são pessoas que vão para destinos diferentes e que se encontram ocasionalmente naquele momento e particular, desse modo, a aceitação do dito produto poderá ser recebida tranquilamente como também não.

Destaca-se ainda que o trabalho nos coletivos urbanos se encontra numa seara de desproteção social trabalhista ao passo que sua tendência é o crescimento. Observa-se ainda que o caráter racial no que diz respeito aos vendedores homens, sobretudo, é preponderante. São homens e mulheres negros e negras, que dizem estar associados/as territorialmente a contextos esquecidos pelo Poder Público e que criam maneiras de sobreviver todos os dias. As relações presentes entre as pessoas que vendem são fortalecidas por vínculos de coleguismos construídos e que se manifesta como forma de respeito entre eles e elas diante de sua atuação.

*“Para muitos, isso aqui não é trabalho, mas todo trabalho é digno e todo trabalhador é digno do seu salário”.* Um vendedor ambulante reforça em seu discurso a seguinte frase citada como forma de tentar mostrar para os/as passageiros/as que o que ele desenvolvia era uma forma de trabalho. Na ocasião, em 28 de março de 2018, esse vendedor no ônibus Canindezinho (nº 338) divulgava seu produto, amendoim e pipocas. Reforça ainda sentir dificuldade dentro dos ônibus, devido ao preconceito gerado diante da negação, por muitos/as, de sua presença enquanto vendedor. O amendoim e a pipoca custavam um real ambos.

**Fonte: Diário de campo, 28 de março de 2018.**

A disputa entre ser ou não trabalho, reconhecer ou não tal prática como uma atividade produtiva, mesmo que dentro do campo da informalidade, é comum nas relações entre a classe trabalhadora e demonstra a divergência no que se concerne à concepção sobre informalidade. Desse modo, a defesa intransigente de sua ação é vista dentro dos discursos que emergem do público trabalhador informal atualmente, entendendo ainda as inúmeras compreensões percebidas por eles/as, o qual está atribuído e que culminam, quase que exclusivamente, na aceitação dessa forma de trabalho.

A formalidade e a informalidade caminham lado a lado, ora negando a existência da outra e ora reforçando sua visibilidade, um campo onde os choques entre ambas as modalidades são presentes, mas suas consolidações dependem automaticamente de um acordo silencioso estabelecido entre elas. A aceitação da informalidade, no que lhe concerne, situa-se dentro de um campo moralizante que impulsiona a necessidade da realização de alguma forma de trabalho, seja qual for desde que desvie o caminho do que se considera por marginalidade.

O preconceito citado acima direcionado aos/ às vendedores/as ambulantes é prova dessa negação velada que culpabiliza esse homem, mulher, pessoa idosa e, até mesmo, criança por não ter encontrado algo mais produtivo no sentido de formalização, afinal todos seriam ou estariam capazes de vencer na vida, fala recorrente que nega a existência de uma estrutura desigual, instituindo uma arena onde a pessoa “mais forte” levaria o troféu, no caso, as melhores condições de vida em detrimento do que haveria saído como “perdedor”.

No dia 26 de junho de 2018 um vendedor ambulante embarca no ônibus Canindezinho, 338, e começa sua divulgação. Na ocasião ele trazia balas de gengibre de diversos sabores e mencionava a aplicabilidade delas no cuidado com a saúde. “Esse é meu trabalho. É dessa forma que sobrevivo. Sou bastante comunicativo, acho que por isso Deus me deu esse trabalho. Eu sou importante pra Deus”.

**Fonte: Diário de campo, 26 de junho de 2018.**

*Esse é o meu trabalho. É dessa forma que eu sobrevivo.* Sobreviver é uma busca central e uma fala bastante presente nas narrativas identificadas nos transportes coletivos, bem como em outros espaços onde a informalidade é recorrente. A busca por essa sobrevivência é ou se tornou o horizonte de muitos/as vendedores/as ambulantes no atual cenário de precarização do trabalho. É preciso reinventar de modo constante seu fazer em prol de sua manutenção bem como a de seus familiares. É comum ainda identificar uma relação que interliga a informalidade com aspectos que são oriundos de uma prática religiosa ou de uma simbologia vinculada a uma fé, na sua grande maioria, cristã.

Entender essa junção presente na narrativa acima entre fé e trabalho, pode ser lida como uma estratégia de superação dessa dificuldade encontrada no seu fazer diário, o qual é impreciso e incerto. Assim, a capacidade de conseguir uma forma de garantia de sua manutenção seria uma consequência divina, uma dádiva a qual vai sendo transferida entre as gerações.

“Todo trabalho é digno. Trabalhei como baleiro em Recife e Salvador e hoje voltei para Fortaleza. Eu vivo disso, dependendo disso então tenho sempre que negociar com a galera aqui dentro desse busão”. No dia 05 de outubro de 2019 foi possível captar a narrativa em destaque de um homem que via a prática informal, baleiro como ele denomina, como algo comum em sua vida no qual já havia praticado em outras capitais. O mesmo trazia balas de diversos sabores, anunciava e passava de mão em mão, seu objetivo era receber o valor que o/a passageiro/a desejasse pagar. Segundo ele, a prática da negociação é natural dentro do campo da informalidade e ele a usava como estratégia no seu dia-a-dia.

**Fonte: Diário de campo, 05 de outubro de 2019.**

É comum ainda perceber a prática da informalidade atrelada a várias normativas que conduzem sua realização, uma delas é a negociação. O ato de negociar é presente na dinâmica dessas pessoas, tendo em vista a não vinculação direta a uma empresa ou organização que configura sua prática

como formal e também diante da necessidade de chamar a atenção utilizando todos os instrumentos possíveis para isso.

O trabalho informal ganha conotações diversas dentro da percepção construída e reproduzida no discurso público de forma corriqueira entre as pessoas, ou seja, tal modalidade de trabalho vai sendo sentida de diferentes formas e de acordo com as múltiplas necessidades envolvidas. Desse modo, atribuir uma compreensão que busque ancorar a totalidade de trabalhadores e trabalhadoras que atuam nessas condições pode ser considerada como uma tarefa árdua e ousada dentro de uma gama de ramificações quando se pensa a informalidade hoje.

Desse modo, qual a compreensão que o/a trabalhador/a têm acerca da informalidade? É preciso relacionar a eminência do trabalho informal com a existência de uma vida fundada numa condição antagônica que coloca a necessidade brutal de exercício laboral de modo precário e subalternizado, o qual podemos perceber de modo visível nas cidades e entender seu processo de naturalização. Torna-se natural visualizar tais práticas em nome de uma perspectiva moral que conduz a uma dita dignidade humana a qual é fundamental para manter o sistema e sua agressiva velocidade de exploração e manifestação das expressões de um mundo desigual, um mundo que não contempla a sua totalidade populacional. *“Nada, não entendo nada. Como eu não conheço, eu considero trabalho informal. É um trabalho digno né? Pra mim graças a Deus está sendo bom. (Interlocutor 01)”*

*Nada.* Ao ser questionado acerca do que era entendido quando se mencionava o termo trabalho informal a resposta que é dirigida manifesta uma vaga compreensão de sua atuação profissional ou uma postura que o coloca numa condição de não percepção do que seria a informalidade. Contudo, a defesa que se coloca como central é a garantia de uma imagem que fuja do do status de não cidadão. Ser cidadão, atuando ou não na formalidade trabalhista, é o norte de muitas pessoas que reproduzem tal fala dentro de um contexto que obriga a buscar essa cidadania, alimentada pela sociabilidade capitalista de produção revestida de exploração.

Trabalho informal como assim? (Pensa) É o trabalho avulso, aquele autônomo. O trabalho formal é o de carteira assinada, né que se fala? Não, pra mim seria melhor o emprego que a gente escolheu seria melhor trabalhar de carteira assinada, né? Com o tempo se torna mais difícil sem estudo né guerreiro e aí vem à idade. (Interlocutor 02)

Ressaltar as dificuldades que acompanham a informalidade pode ser visto como um caminho para se pensar essa compreensão. Conforme ressaltado pelo Interlocutor 02, a busca pela formalidade é sempre algo necessário, ao passo que não é dominante entre a população, agregando dificuldades outras, tais como a escolaridade que, muitas vezes, é defasada ou não foi possível por questões familiares e concretas de suas vidas. Assim, ingressar na formalidade vai se tornando algo distante, seletivo e marca as vidas das pessoas bem como é fundamental para o *status quo* capitalista.

Foi uma coisa que aconteceu aí em família, nós morava nunca casa aí no Jatobá<sup>11</sup> ai teve uma intriga com o irmão da minha esposa e botaram a gente pra sair de lá. Ser vendedor foi uma saída, coisa de Deus. Quando uma coisa não dá pra gente e vem um negócio desse é Deus mesmo... (Interlocutor 01)

Veio na mente pra fazer aquilo aí e não conseguia emprego (respira). Também vendo de porta em porta às vezes trabalho com gel, bala de gengibre aí de porta em porta. Sempre tô dentro dos ônibus. (Interlocutor 02)

*Ser vendedor foi uma saída, coisa de Deus.* A informalidade como saída, como uma fuga ou estratégia reverbera as implicações necessárias no que diz respeito o alcance desse público e sua avaliação de modo permanente, sobretudo na caracterização do perfil trabalhador do país. Para muitos e muitas o ato de abraçar a informalidade como meio de suprir suas necessidades é uma escolha involuntária diante de seus contextos.

---

<sup>11</sup> O bairro Jardim Jatobá é situado no município de Fortaleza, fica na região referenciada pela Secretaria Regional V, ao seu redor existem os bairros Bom Jardim, Siqueira, Canindezinho dentre outros.

#### 4. TRABALHO INFORMAL NA CONTEMPORANEIDADE

30 de maio de 2018, uma tarde. Nesse momento, pessoas de vários bairros esperavam o ônibus Grande Circular II no terminal Siqueira, localizado na cidade de Fortaleza. Quando o mesmo chega, apressadamente as pessoas vão ingressando em busca de uma cadeira vazia, mas nem todos conseguem sentar e uma parcela desse público fica em pé. O ônibus faz uma rota bem extensa e contempla diversos bairros, daí o número elevado de passageiros/as. Contudo, Isso não impede que um homem, aparentemente com idade de 35 a 45 anos, negro e baixo, ingresse no ônibus e, assumindo a atividade de vendedor ambulante, comece a desenvolver seu ofício. Porém, diferentemente dos demais vendedores/as ambulantes antes de iniciar seu discurso, relata um conflito vivido poucos minutos antes, dizendo: *além de não ter trabalho, não deixam a gente trabalhar*. Na ocasião, o vendedor estava enfurecido com obstáculos criados pela fiscal e indigna-se com o fato de não poder exercer sua atividade informal. *Isso é um trabalho, hoje o desemprego é grande, por isso tem muitos vendedores fazendo isso aqui*. Os passageiros demonstram certo receio diante do tom enfurecido e a venda do produto é comprometida naquela ocasião. O vendedor trazia em mãos biscoitos sequinhos dentro de uma mochila que seriam vendidos por um valor de 2 reais cada.

**Fonte: Diário de campo, 30 de maio de 2018.**

A reflexão que circunda as relações estabelecidas entre trabalho e capital é o foco central deste capítulo, assim como as possíveis ramificações encontradas na análise sobre precarização trabalhista na contemporaneidade, cujo ponto de partida se estrutura no debate sobre trabalho e o avanço capitalista neoliberal<sup>12</sup>.

As sociedades constituídas por pluralidades de culturas e contextos heterogêneos demandam uma abordagem científica que leve em conta o cotidiano concreto em construção. Tal necessidade decorre do interesse de

---

<sup>12</sup> O termo neoliberalismo, associação direta de um novo estágio do liberalismo econômico, tendo em vista seu processo conjuntural que se associa com o sistema capitalista contemporâneo. Para tanto, o neoliberalismo se configura como uma estratégia de mercantilização da vida, em sua totalidade, partindo do pressuposto que a intervenção estatal deve ser mínima, garantindo assim um maior espaço para o mercado.

fomentar reflexões que colaborem para as ciências humanas em um campo de interdisciplinaridade.

Ao longo da história os indivíduos produzem e constroem as sociedades e, automaticamente, contribuem para o emergir desses aspectos heterogêneos que provocam realidades destoantes umas das outras, os quais pobres e patrões, diante de seus interesses divergentes não são pensados num âmbito coletivo o qual não contempla a todos/as.

Nota-se uma condição permanente de conflitos em torno dos interesses particulares, sobretudo ao presenciar uma relação tênue que afeta o que se poderia perceber por dimensão coletiva das populações, tornando rivais os sujeitos que compõem a sociedade.

A sociedade contemporânea reflete essas construções sociais e está permeada por correlações de forças que a determinam de acordo com o tempo histórico e as refrações de uma sociedade antagônica. O projeto societário, marcado por antagonismos que provocam a ruptura social entre os seus membros e definem condições hierárquicas de manutenção dessa vida em coletividade, pressupõe um ambiente de disputa com objetivos e interesses que não se aproximam e definem homens e mulheres com papéis diferenciados em uma perspectiva de classes, conforme alertam Marx e Engels (2010).

Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e servo, mestres e companheiros, numa palavra, opressores e oprimidos, sempre estiveram em constante oposição uns aos outros, envolvidos numa luta ininterrupta, ora disfarçada, ora aberta, que terminou sempre ou com uma transformação revolucionária de toda a sociedade, ou com o declínio comum das classes em luta. (MARX, ENGELS, 2010, p.45-46)

As mediações entre as pessoas que compõem as relações sociais no cotidiano são diversas e acontecem conforme a realidade de cada sujeito. Dessa forma, é possível perceber que as tensões entre pobres e ricos são mediadas por esse contexto e são resultantes das lutas de classistas e expõem direcionamentos definidos historicamente acerca da visibilidade desse público, principalmente como ferramenta de alimentação desse cenário. Portanto, as

sociedades são decorrentes do processo de amadurecimento e construção de seus habitantes, e se consolidam com a tentativa de aglutinar o maior número de populações numa condição de trocas, seja a venda da força de trabalho ou a sua compra em troca de salário.

As formas de sociabilidades presentes em nosso meio refletem a relação trabalho-capital e estão enraizadas no sistema capitalista que prega a dominação do homem pelo homem em prol de interesses de classe.

#### **4.1 Trabalho e sociabilidade capitalista: uma relação necessária?**

*“Daqui eu tiro o sustento da minha família”.* Era 26 de junho de 2018 quando um vendedor ambulante ingressa no ônibus de numeração 361 – Siqueira Parangaba Osório de Paiva. Essa linha faz o trajeto entre dois terminais de ônibus, Siqueira e Parangaba tendo como fluxo central uma avenida chamada Osório de Paiva. É permanente o número de vendedores nessa linha pelo fato da não disponibilidade financeira, em muitas situações, de pagamento da passagem acarretando assim o movimento pendular entre os dois terminais. Na ocasião, o mesmo inicia sua fala afirmando não ser obrigatório a compra de seu produto, *novo trident*, mas reforça que o ato de segurar o produto estará garantindo uma oportunidade para desenvolvimento de seu trabalho. O vendedor diz ainda ser necessário apostar em coisas novas, novidades, que alcancem o público, os passageiros.

**Fonte: Diário de campo, 26 de junho de 2018.**

*Daqui eu tiro o sustento da minha família...* A anunciação dessa frase com conteúdo simples e oriunda de uma repetição que revela uma entonação pertinente ao se entender sua origem e sua ligação com a pessoa que proferiu. A busca pelo sustento remete à procura cotidiana de meios que atendam os desejos do público-alvo, usando técnicas que garantam a sensação de novidade diante do produto ofertado. Ou seja, torna-se imprescindível desenvolver alguma atividade que traga um retorno financeiro, sobretudo dentro de relações baseadas nas demandas de classes sociais em disputa.

Pensar as relações de classe atualmente requer reflexões sobre o trabalho no sistema capitalista, no intuito de um amadurecimento que responda a afirmativa que diz que a propriedade privada está baseada nos meios de produção, o qual acarreta aberturas significativas para consequências na vida cotidiana da classe trabalhadora.

Estabelecer uma vinculação pressupõe uma condição de interdependência que se configura num jogo velado ou não, sobretudo ao perceber como se efetiva e a quem pretende atender essa ligação. Assim, questiona-se a associação instituída historicamente entre trabalho e capital ao perceber a desigualdade social e a exploração da classe trabalhadora como suas consequências primeiras. Tal acontecimento se efetiva diante da exploração de uma categoria pela outra, o qual o capitalismo adequa seus objetivos de dominação e exploração com o uso da mão-de-obra barata e pondera sua identidade enquanto sistema econômico e ideológico, bem como deixa aparente os seus desdobramentos, principalmente no que diz respeito a desigualdade social, que se alteram conforme a estrutura social e conjuntural vigente. O capitalismo, portanto, não permite formas de trabalho emancipadas e sim fomenta a sua dominação conforme seus interesses particulares.

O trabalho representa o processo interminável de transformação da natureza e se converte em diferentes faces ao longo de sua promoção no âmbito societário. Sua visibilidade também se apresenta de forma diferenciada para as pessoas.

Na linguagem cotidiana a palavra trabalho tem muitos significados. Embora pareça compreensível, como uma das formas elementares de ação dos homens, o seu conteúdo oscila. Às vezes, carregada de emoção, lembra dor, tortura, suor do rosto, fadiga. Noutras, mas que aflição e fardo, designa a operação humana de transformação da matéria natural em objeto de cultura. É o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos, e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas. (ALBORNOZ, 1994, p. 8)

A palavra trabalho remete a uma gama de compreensões que alimentam o modo pelo qual tende a se materializar. Trabalhar seria o ato de

promover a produção de algum objeto com teor de troca mercantil e acumulação decorrente da exploração, o qual gera, para alguns, a obtenção do lucro e para outros, a sua subsistência enquanto ser humano através do retorno em salário da venda de força de trabalho. Exercer atividade remunerada revela uma posição social e caracteriza sua condição dentro dessa realidade permeada por disputas, assim como a não execução dessa atividade também emana adjetivos e uma classificação social definida a esse sujeito: desempregado.

A dignificação da pessoa estaria atrelada à sua condição laboral na sociedade. Portanto, trabalhar não seria uma escolha e sim uma imposição diante dos demais membros que constituem essa mesma realidade, com fim de atender suas necessidades pessoais. Ou seja, o homem é permeado por necessidades agregadas ao longo de sua existência. A natureza, por sua vez, atenderá a essas demandas, tais como a necessidade de alimentação. Conforme Antunes (2018):

“[...] o ser humano é um ser natural premido, constringido por necessidades naturais e que possui capacidades físicas, igualmente naturais, que lhe permitem satisfazer por si as necessidades postas por sua condição.” (p.34)

O trabalho constitui essa ferramenta de transformação da natureza e mediação da mesma com o homem diante de suas necessidades.

Enquanto categoria de análise, o trabalho é visto como instrumento direto de alteração do espaço natural, e se evidencia pelo conflito existente entre os detentores dos meios de produção e os que necessitam vender sua força de trabalho para sua subsistência, produzindo a mais valia, valor não pago ao trabalhador e gerador de lucro ao capitalista.

Contudo, o atendimento dessas necessidades iniciais se tornará complexo com o processo de amadurecimento societário e a transformação desse cenário com fim de obter poder via domínio dos meios de produção.

Cabe aqui salientar que tal processo de transformação da natureza pode, inclusive, transformar as próprias necessidades humanas iniciais em necessidades cada vez mais elaboradas e isso remete a

um aspecto de fundamental importância para o processo social de formação dos seres humanos. (ANTUNES, 2018, pág. 37)

Albornoz (1994), em sua obra *O que é trabalho*, chama a atenção para o processo histórico do trabalho e sua manifestação atual. Salienta novos rumos com a percepção do excedente e o rompimento com a característica nômade, promovida principalmente pelo advento da agricultura. A prática agrícola possibilita novas compreensões aos trabalhadores, tais como a noção de propriedade privada, atrelada ao sentimento de posse diante do que foi produzido.

Junto com o trabalho do plantio devem ter surgido ao mesmo tempo a noção de propriedade e o produto excedente, ou seja, o produto não imediatamente consumido. Criam-se as condições para a existência de uma classe social ociosa. Se eu trabalho esta terra com as minhas mãos, minha aplicação e a força de meus músculos, tenho a sensação de que me pertence o grão colhido, resultado daquele meu empenho e dispêndio de força. Reivindicarei a posse ou o direito de domínio e determinação sobre o produto deste pedaço de terra que cultivei. (ALBORNOS, 1994, pág. 18)

Essa relação permeada pela posse da terra e seus produtos se intensifica, sobretudo com a constituição da burguesia, que tinha como pressuposto fundamental o domínio dos meios de produção e o atributo de desigualdade social resultado dessa dominação.

Quem domina uma sociedade de “modo de produção” está dizendo implicitamente que as sociedades todas, isto é, as formações sociais, se estruturam (nascem, crescem e se desenvolvem) a partir da maneira como se conseguem as coisas para viver: o como se conseguem a comida, a bebida, a vestimenta, a sobrevivência, dá a característica fundamental a uma sociedade qualquer. (GUARESCHI, 2011, pág. 33-34)

As sociedades, entendidas na sua pluralidade, encontram-se diante de disputas pelo domínio dos meios de produção, caracterizadas por sua divergência presente em suas classes sociais, inerente ao sistema capitalista. Os capitalistas/ donos dos meios de produção, segundo Marx e Engels, provocam uma revolução ao desenvolver essa relação de subordinação e controle, criando personagens fundamentais nesse cenário, tais como a burguesia e o proletariado. Seu traço revolucionário, historicamente, localiza-se na transformação não apenas dos modos de produção, mas também das relações sociais.

Na mesma proporção em que se desenvolve a burguesia, ou seja, o capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos operários modernos, que vivem apenas na medida em que encontra trabalho e que só encontram trabalho na medida em que o seu trabalho aumente o capital. Tais operários, obrigados, a se vender peça por peça, são uma mercadoria como qualquer outro artigo de comércio e estão, portanto, expostos, a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado. (MARX; ENGELS, 2010, pág. 51-52)

Observa-se um processo de mercantilização do homem, que se torna uma mercadoria utilizada em prol do crescimento industrial; como afirma Albornoz: “o trabalho hoje é um esforço planejado e coletivo, no contexto do mundo industrial” (1994, pág. 26), Dessa forma, os diversos sujeitos são inclinados/as a submissão diante desse processo de socialização capitalista.

A sociabilidade capitalista representa uma estratégia de manutenção de uma realidade pautada no controle e domínio dos meios de produção e, conseqüentemente, a acumulação de riquezas por meio da compra da mão-de-obra da classe trabalhadora.

[...] nos marcos da sociabilidade capitalista ambas, divisão social do trabalho e divisão do trabalho capitalista, pressupõem a apropriação privada e concentração dos instrumentos de produção por parte da classe burguesa, sendo por tanto imprescindível a venda da força de trabalho por parte da classe trabalhadora, atuando na divisão do

trabalho, de forma cada vez mais combinada e parcial. (MAURICIO, 2014, p.20)

Essas relações contraditórias e arquitetadas no âmago do sistema dialogam permanentemente com os problemas sociais diversos. Tais situações nos conduzem à visualização materializada de um contexto marcado por um conjunto de contradições e antagonismos. Cabe destacar que essa condição, por sua vez, permeia o cotidiano de cada indivíduo e dialoga diretamente com as desigualdades, sejam elas econômicas, políticas, culturais e sociais.

A origem das contradições desse modelo societário oriundo do sistema capitalista responde ao conflito permanente entre as classes sociais, conforme Marx: burguesia e proletariado. Ambas estão em divergência e seus objetivos são intrínsecos à sua existência de modo a permear seus desejos particulares. Sua relação central se dá na condição de dominação e subordinação, pelo qual essa estrutura pressupõe a ascensão de uma em detrimento da outra. Para tanto, a classe trabalhadora é a base de sustentação da riqueza por meio do controle pelos capitalistas de sua força de trabalho em troca do salário.

O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalistas e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista. O capitalista pode viver mais tempo sem o trabalhador do que este sem aquele. [A] aliança entre os capitalistas é habitual e produz efeito; [a] dos trabalhadores é proibida e de péssimas consequências para eles. Além disso, o proprietário fundiário e o capitalista podem acrescentar vantagens industriais aos seus rendimentos, [ao passo que] o trabalhador [não pode acrescentar] nem renda fundiária, nem juro do capital [...] ao seu ordenado industrial. (MARX, 2010, p.23)

O termo hegemonia, o qual apresenta como fomentador central o teórico Antônio Gramsci, direciona uma interpretação das relações entre homens e mulheres inseridos/as numa dinâmica capitalista. Sem esgotar as possibilidades de interpretação, o termo pretende impulsionar o caráter hegemônico como forma de dominação que também se configura como dirigência de modo consensual de um sujeito sobre outro, conseqüentemente, de uma classe sobre outra com fins de manutenção da realidade e sua

estrutura. Ou seja, refere-se ao predomínio de um grupo social por outro mediante as lutas políticas que diante de uma determinada força determina a função decisiva enquanto dirigente. Tecido na tradição marxista é possível ponderar ainda as configurações sociais que determinam esse caráter controlador e dominador em prol da garantia do poder atrelada a burguesia. Segundo ALVES (2010, p. 71) *Gramsci apresenta uma noção de hegemonia mais elaborada e adequada para pensar as relações sociais, sem cair no materialismo vulgar e no idealismo encontrado na tradição. A noção de hegemonia propõe uma nova relação entre estrutura e superestrutura e tenta se distanciar da determinação da primeira sobre a segunda, mostrando a centralidade das superestruturas na análise das sociedades avançadas. A desigualdade social dialoga com o domínio dos meios de produção e, conseqüentemente, o poder econômico decorrente desse processo, sendo conseqüência direta desse projeto societário.*

Os trabalhadores, enquanto sujeitos que contribuem diretamente para o desenvolvimento e a acumulação de capital com sua força de trabalho, sofrem esses reflexos e criam estratégias de sobrevivência ao processo de exploração. Enquanto capacidade de transformação da natureza é possível identificar ainda que o trabalho é projetado conforme sua finalidade pelo trabalhador/a, que se pretende ser alcançada, como um projeto com traços teleológicos.

O processo de trabalho é a utilização da força de trabalho. Compreendendo a gênese do processo, o sujeito possuidor de força de trabalho, por meio de sua ação, atua sobre a natureza externa havendo uma mútua modificação – homem e natureza. Assim sendo, efetivas materialmente as potencialidades inerentes à sua natureza, uma vez que, possui a capacidade de projetar, de delimitar idealmente aquilo que pretende construir – capacidade teleológica. (MAURICIO, 2014, p.21)

A exploração do trabalho, fator primordial na efetivação da luta de classes, acarreta conseqüências nas relações sociais. Lessa e Tonet (2011, p. 17-18) contribuem dizendo que:

Por meio do trabalho, os homens não apenas constroem materialmente a sociedade, mas também lançam as bases para que se construam como indivíduos. A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico completamente distintas das leis que regem os processos naturais.

A sociabilidade humana tende a ser perpassada pelas relações sociais que se estabelecem a cada momento histórico e contribuí para o emergir desses sujeitos sociais que estão inseridos nessa dinâmica. O conjunto de trabalhadores, portanto, é produto da história possibilitado pelo sistema capitalista em processo de constante crescimento, o qual produz indivíduos subordinados/as.

O homem desenvolve seu caráter criativo e se reconhece numa condição de utilidade, à medida que a venda da sua hora de trabalho apresenta produtos, mesmo que eles estejam no domínio de outra parcela populacional, e que também condiciona sua existência enquanto mercadoria que modifica a natureza por meio do seu trabalho.

*Sendo o trabalho a atividade vital específica do homem, ele mediatiza a satisfação de suas necessidades pela transformação prévia da realidade material, modificando a sua forma natural, produzindo valores de uso. O homem é um agente ativo, capaz de dar respostas prático-conscientes aos seus carecimentos, através da atividade laborativa. (IAMAMOTO, 2012, p. 40, grifos da autora)*

Nesse sentido, ao homem cabe transformar a natureza por meio do trabalho, contudo esse processo se dá de modo a determinar os limites de uma camada social; os mesmos homens que atuam nessa construção têm seu acesso limitado diante do que eles produziram. O conceito de sociedade vai sendo elaborado frente a esse cenário de contradições e hierarquias, sendo ainda permeado por diversos agravantes e permite perceber uma constante movimentação dos sujeitos que estão interligados por uma rede de socialização com características que os aproximam ou afastam, formando um conjunto plural. Esse conjunto possibilita a existência de diversas realidades

sociais, políticas e culturais, as quais são compartilhadas e direcionadas para um determinado fim, o qual seria inerente ao capitalismo, sua acumulação e a desigualdade social.

O termo sociedade se manifesta, portanto, por meio de um conjunto de articulações que estão presentes em seu espaço e conduzem os sujeitos envolvidos para um momento de interação e socialização mútua. Assim, cada indivíduo pode assumir seu papel social e promover um diálogo massivo determinando a manifestação de relações sociais que estejam alinhadas a um determinado propósito.

Cada sociedade apresenta seus aspectos particulares, se diferenciando e materializando suas diferenças, o qual possibilita concepções plurais sobre seu entendimento. Ou seja, cada território apresenta características singulares e condicionantes, sendo possível identificar sua relação com o sistema capitalista, ao passo que este define, conforme seus interesses, a permanência e reprodução nesse espaço.

O modo como o controle da produção ocorre, potencializa a as sociedades em suas diversas dimensões, para tanto, esse domínio está direcionado ao sistema capitalista. Dessa forma, a percepção expressiva de uma sociedade acontece diante das mudanças ocasionadas por essa tensão capital-trabalho.

Se os meios de produção resultam do trabalho “temporalmente pretérito”, já “objetivado”, o que se opõe a eles é o trabalho “temporalmente presente”, “não objetivado” e, neste sentido, “subjeto”. É “trabalho vivo” diante do morto, força de trabalho definida enquanto “capacidade”, que é o que o assalariado vende ao capitalista, proprietário exclusivo dos meios com os quais o primeiro pode produzir. (GRESPLAN, 2012, pág. 91)

O controle dos meios de produção e seus desdobramentos é fundante na discussão referente à abordagem crítica desses diferentes meios sociais, assim, a categoria trabalho apresenta papel primordial nessa análise, ao passo que contribui para a compreensão acerca da relação de dominação entre os homens. Para Marx e Engels (2007).

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios de produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideais a classe dominante, são ideias de sua dominação. Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que eles o fazem em toda a sua extensão, portanto, entre outras coisas, que eles dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas ideias são as ideias dominantes da época. (p.47)

O salário potencializa a intensificação da exploração da mão de obra dos trabalhadores, tendo em vista sua condição de submissão na hegemonia capitalista. Nesse cenário, a luta de classes decorrente dessa estrutura desigual e fortalecedora de realidades em acirramento constante onde o burguês visa a alcançar seu enriquecimento, característica intrínseca de sua existência, em detrimento da condição empobrecida da classe proletária. O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com sua própria existência (Marx e Engels, 2010, pág. 53).

O antagonismo social é uma característica predominante do sistema capitalista e da exploração do trabalho, assim como será uma forma fundante e permanente de uma realidade baseada na submissão, de modo a conduzir a manifestação da mais valia e a acumulação de capital.

No capitalismo, as relações sociais são, antes de mais nada, instrumentos para o enriquecimento pessoal. Se para um burguês enriquecer, ou se tornar ainda mais rico, for necessário jogar milhões na miséria – ou mesmo matar milhões – ele assim o fará, e a

sociedade burguesa aceitará esse fato como “natural”. Insano o burguês que deixar de ganhar dinheiro para defender os interesses coletivos. Para o indivíduo típico dessa sociedade, a coletividade nada mais é do que o instrumento para o seu enriquecimento pessoal. Esta é a essência do individualismo burguês tão característico da vida social dos nossos dias. (LESSA; TONET; 2011, p. 66)

É diante dessa realidade social refletida no cotidiano que as diversas sociedades pautam o trabalho como degrau para uma relação hierárquica de poder, o qual possibilita um olhar de inquietação diante da pergunta concebida como ponto de partida: trabalho e capitalismo, uma relação necessária? Tal reflexão tende a conceber o sistema como motor de apropriação da força de trabalho em benefício próprio e desenvolvimento de uma maturação histórica.

Nesse sentido, o trabalho, na sua ampla concepção, pode ser identificado nessa relação com o capitalismo, o qual se mostra renovador a cada ciclo conjuntural e manifesta novas faces ao longo da história. Trabalhar, portanto, é a ligação primordial entre produção e reprodução, ao passo que constitui a objetificação do homem como mercadoria.

#### **4.2 - Precarização e neoliberalismo: duas faces da mesma moeda**

Por volta de 09 e 20 da manhã do dia 14 de setembro de 2018 um vendedor ambulante embarca no ônibus 361 – Siqueira Parangaba e começa a distribuir seus produtos. O mesmo informa que têm experiência e cursos na área de recepção, porém não consegue empregos de forma alguma e decidiu atuar, naquele momento de sua vida, como vendedor ambulante nos coletivos. *“Hoje estou com uma semana e três dias vendendo o meu produto. Comprando o meu produto vocês vão estar ajudando a me alimentar e pagar meu aluguel. Vocês comprando vão me ajudar a almoçar daqui a pouco”*. As pessoas ouvem o discurso ao passo que ele vai distribuindo as pastilhas, produto à venda.

**Fonte: Diário de campo, 14 de setembro de 2018.**

*Vocês comprando vão me ajudar a almoçar daqui a pouco*, a frase em destaque coletada do diário de campo oportuniza perceber as contradições latentes nas vidas dos/as vendedores/as ambulante, os quais encontram nessa atividade uma ferramenta de desvio, mesmo que estando incluídos/as, cada vez mais, nessa realidade desigual manifestada através da informalidade.

A precarização do trabalho na contemporaneidade conquista espaço com o emergir do contexto neoliberal ancorado na globalização, movimento propício para o alavancar desse momento histórico que se caracteriza por relações sociais voltadas para o mercado, sendo a privatização assumida pelo capital como central no contexto de seu fortalecimento.

O contexto neoliberal é considerado um estágio, no qual releituras do liberalismo econômico são realizadas à luz do seu tempo atual. Assim, é dentro desse espaço de reafirmação de um novo liberalismo que o capital ganha mais fôlego atrelando sua abordagem estratégica com a negação da intervenção do Estado e a elaboração de ações que busquem suprimir ou amenizar as demandas por políticas públicas.

É comum a naturalização da sociedade mediante a presença de um Estado neoliberal que não avalia as repercussões de uma sociedade antagônica. Desse modo, a atuação do mercado se daria de modo livre e com apoio estatal. O processo de “endeusamento” do mercado é articulado com a realidade do tempo presente, diante da sociabilidade em andamento, e seu caráter é fundamentalmente econômico, bem como ideológico.

[...] o neoliberalismo apareceu logo após o fim da 2ª Guerra Mundial, tendo como centro irradiador de suas ideias os países de capitalismo mais avançado. Tido como uma reação teórica e prática ao modelo de desenvolvimento calcado na intervenção do Estado, que passou a se configurar como a principal força de estruturação do processo de acumulação de capital e de desenvolvimento social. O mercado, para os neoliberais, tem sua lógica própria e qualquer intervenção que não seja apenas para garantir que estas regras sejam cumpridas deve ser combinada e, mesmo a intervenção do Estado nas atividades econômicas, deve ser vista com cuidado, pois sua intervenção pode favorecer alguns em detrimento de outros. Em outras palavras, é possível afirmar que para os neoliberais o mercado é tudo e os governos só atrapalham. Para tanto, os países devem subordinar

suas políticas públicas aos imperativos da eficiência e da eficácia, ditadas pela racionalidade nova de um mercado globalizado. (LIMA, 2007, p. 37-38)

Diante de uma lógica capitalista neoliberal, observa-se que a globalização pode ser traduzida como uma estratégia de mercado, que não se isenta de ser ideológica, que tende a desenvolver ferramentas de aproximação entre os países no tocante a seus aspectos sociais, culturais e econômicos. Contudo, se materializa conforme sua objetivação principal, a qual está pautada na relação com o sistema capitalista. Para Lima (2004, pág. 33), o trabalho seria extremamente atingido nesse novo cenário:

A globalização econômica evidenciou com mais intensidade os novos mecanismos ideológico-políticos e econômicos utilizados pelo capital para intensificar a produção e, ao mesmo tempo, sufocar a organização dos trabalhadores. Através de estratégias de retroalimentação do capital, tais como: a terceirização, a flexibilização, a informalidade, a busca por mão-de-obra barata, o controle de qualidade, entre outras, ela colaborou para o aumento da precarização, da exploração do trabalho e do trabalhador brasileiro. Isso nos leva a pensar que a globalização atinge inúmeras questões sociais, sobretudo aquelas que se referem ao trabalhador e ao trabalho, e mais, que a raiz dos principais problemas sociais vivenciados pelos mesmos tem sua origem no modo de produção capitalista que, apesar das crises e das retroalimentações sofridas, mantém inalterada a sua base exploratória. Porém, é possível pensar que há formas de intervenção político-social, cultural e econômica neste processo.

Observa-se uma tendência ideológica de valorização do mercado de forma a aliar-se com o neoliberalismo e desenvolvimento do capital. Valorização que tende a consolidar a hegemonia e permanência do capitalismo, demarcando visivelmente uma fotografia de sociedades antagônicas/ desiguais.

O cotidiano é transpassado por mudanças a todo o momento e isso requer uma percepção crítica que se proponha a acompanhar esse movimento. O neoliberalismo, diante de sua abordagem ideológica e prática no que diz

respeito à realidade mercantil e sua intensificação do capital, surge com esse traço dito inovador, porém é percebido como reflexo de um conjunto de acontecimentos históricos que têm como defesa a liberdade do mercado. Um questionamento, talvez central, é o seguinte: esse contexto trouxe avanços para a classe trabalhadora?

Dessa forma, é necessário compreender as reconfigurações dos processos de trabalho hoje e suas transformações, a partir do modo de produção capitalista, tendo em vista que o trabalho informal, assim como outros desdobramentos, tem sido apontado como um dos principais mecanismos de sobrevivência dos trabalhadores.

A crescente globalização dos mercados contribuiu para elevar exponencialmente a precarização do trabalho e ampliar consideravelmente as diversas formas de alienar a mão-de-obra nos mundos da “informalidade”. A grande facilidade da mobilidade e flexibilidade da produção intercambiável entre os países cuja grande disposição do emprego do capital é o binômio “produtividade” e “lucros”. Para muitos setores industriais, por exemplo, a massiva produtividade estaria ligada diretamente com as formas de contratação de sua mão-de-obra. As mudanças de fábricas de regiões onde os trabalhadores estão mais organizados (sob os diversos modos de organização e esclarecimento frente ao capital) para regiões de baixa ou inexistente organização. O capital permite maior multiplicação de sua produtividade e ampliação de lucros onde é possível a exploração com maior intensidade das fragilidades de um sistema socioeconômico. (MENEZES, 2008, pág. 03)

A globalização atrelada aos ideais capitalistas de dominação impulsiona o desejo permanente de desenvolvimento, sobretudo econômico. Pensar esse desenvolvimento num contexto capitalista requer novos olhares que contribuem para a intensificação da estrutura de classes. Nesse quesito, é possível perceber que as realidades sociais em situação de subalternidade não alcançam êxito significativo nesse contexto e o processo de diversificação social continua sendo alimentado de modo a alicerçar, ainda mais, as desigualdades sociais.

Diferentemente do que acreditavam os pós-modernos, que o “Estado-mínimo” neoliberal ampliaria as formas de democracia na sociedade civil, isso não ocorreu; ao contrário, se acelerou ainda mais o processo de centralização e controle do poder, elevando com isso a qualidade das consequências, demonstrando mais profundamente a necessidade da classe trabalhadora de romper com a ordem estabelecida e buscar a formação da ordem oposta, pois, sem a organização desta para o enfrentamento da luta dos contrários, eleva-se ainda mais o grau de exploração e as consequências da dominação da classe exploradora. (BOGO, 2010, p. 11)

Dito isto, é possível questionar qual o alcance efetivo que o neoliberalismo trouxe nas diversas realidades sociais além de provocar o incentivo do mercado mundial.

Nos circuitos da História, no final do século XX, e limiar do século XXI, o sistema do capital está a vivenciar um processo de aceleradas mutações, vinculadas a um desenvolvimento da ciência e da tecnologia sem limites e sem controles, apartado das necessidades humanas e desconectado da ética da sustentabilidade e do cuidado. A revolução da informática e da comunicação, combinada com a tendência do capitalismo para ampliar a lei do valor a mais e mais dimensões da vida social, transformam o modo de produção e o modo de vida. É a civilização contemporânea do capital, a encarnar a sua nova temporalidade histórica, no âmbito de uma dupla demarcação: novo momento no desenvolvimento do capitalismo, nos marcos da mundialização com dominância financeira; momento histórico de explicitação da crise estrutural do capital. São tempos de mudanças e redefinições que interpelam o pensamento crítico, circunscrevendo um desafio do presente. (CARVALHO, 2014, pág. 226)

As relações sociais são alteradas diante dessa nova dinâmica e acumulam processos diferenciados ao longo dos tempos. Ou seja, o cotidiano passa a ser afetado e sofre alterações, conforme pontua Carvalho. Essas diversas mutações se materializam na realidade concreta dos indivíduos,

sobretudo os que estão em condição de pauperização e precarização oriundas do sistema vigente.

Por sua vez, a sociedade é marcada por um contexto de correlações de forças que estão atreladas a um condicionamento estrutural provocado pelos atritos estabelecidos pelo capital. O capitalismo estabelece, como consequência, um campo de disputas onde a precarização, na sua amplitude, encontra espaço frutífero de materialização. Desse modo, o trabalho sofre diretamente os impactos dessa conjuntura.

A experiência da precarização do trabalho no Brasil decorre da síndrome objetiva da insegurança de classe (insegurança de emprego, de representação, de contrato etc) que emerge numa textura histórica específica – a temporalidade neoliberal. Ela é elemento compositivo do novo metabolismo social que emerge a partir da constituição do Estado neoliberal. (ALVES, 2009, p.189)

A nova morfologia do trabalho ganha centralidade nesse debate diante das configurações ou reconfigurações estão inseridas na lógica capitalista e permeiam condições de intensificação da exploração da classe trabalhadora.

Nova morfologia que, no Brasil, compreende desde o operariado industrial e rural clássicos até os assalariados de serviços, os novos contingentes de homens e mulheres terceirizados, subcontratados, temporários. Nova morfologia que presencia a ampliação do número de proletários do mundo industrial, de serviços e do agronegócio, de que são exemplos também as trabalhadoras de telemarketing e call-center, além dos digitadores que laboram (e se lesionam) nos bancos e que se desenvolveram na era digital, da informática e da telemática, dos assalariados, dos motoboys que morrem nas ruas e avenidas, usando suas motocicletas para transportar mercadorias. (ANTUNES, 2018, p. 135)

Antunes (2018), em sua obra *O privilégio da Servidão*, assinala que o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras sofrem alterações no seu processo de trabalho atrelando a dimensão de mutações permanentes que tendem a atender interesses da burguesia.

As transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, marcadamente na década de 1990, impulsionadas pela nova divisão internacional do trabalho, foram de grande intensidade sobretudo no mundo do trabalho. (ANTUNES, 2018, p. 117)

A divisão internacional do trabalho equivale à necessidade de consolidar uma articulação global referente à defesa de uma economia produtiva; a conexão entre as diversas especializações decorre desse processo mundial a fim de garantir a permanência de acumulação capitalista. Pensar o mundo do trabalho hoje, portanto, significa pensar condições de permanência do sistema, entendendo que o projeto de sociedade desenhado pela burguesia contribuí com seus aspectos nesse cenário. Dessa forma, as novas morfologias do trabalho, já pontuadas, afetam seu aspecto atual e direcionam demarcações sociais culminando em consequências visíveis, tais como: reestruturação produtiva, crescimento da informalidade, precarização do trabalho, enfraquecimento das forças reivindicatórias, flexibilização<sup>13</sup>, dentre outras.

A classe trabalhadora sofreu metamorfoses e sua opção foi a adequação a esse contexto, conforme Antunes (2018, p. 120)

Mas a combinação entre neoliberalismo, financeirização da economia e reestruturação produtiva acarretou também profundas metamorfoses na classe trabalhadora e em sua morfologia. A flexibilização produtiva, as desregulamentações, as novas formas de gestão do capital, o aumento das terceirizações e da informalidade acabaram por desenhar uma nova fase do capitalismo no Brasil.

---

<sup>13</sup> Para Harvey (1992, p. 140-141) A flexibilização se manifesta através da acumulação flexível, o qual seria marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas de altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego “estrutural” (em oposição “friccional”), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso sindical.

Mas afinal, o que é precarizar? Quais as consequências da precarização na vida cotidiana da classe trabalhadora? O que é a precarização do trabalho? A precarização, em linhas gerais, está vinculada a manifestação de um ambiente ou momento que estabelece vínculos rompidos ou direcionados para outros fins diante de um contexto maior, sobretudo, ideológico. Nesse sentido, precarizar seria estabelecer consequências não vistas em outras ocasiões ou contextos históricos que podem modificar substancialmente a realidade dos sujeitos envolvidos.

São tempos de desemprego estrutural, de trabalhadores e trabalhadoras empregáveis no curto prazo, por meio das (novas e) precárias formas de contrato, em que terceirização e informalidade, **precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais**, tanto para a preservação quanto a ampliação de sua lógica. (ANTUNES, 2018, p. 153-154, grifos do autor)

A precarização do trabalho se torna regra e horizonte de continuidade da classe dominante com postura de imposição de poder nesse contexto contemporâneo não rompendo, por sua vez, com os ditames econômicos ao responder a questões sociais dos indivíduos. A vida em sociedade, portanto, não foi e não será isenta dessas correlações.

A precarização estabelece perceptíveis resultados, pois, dependendo da situação em que estivermos inseridos, reforça as condições precárias da classe trabalhadora. Assim, se alinha à realidade conjuntural estabelecida pelo sistema hegemônico, o capitalismo, e apresenta como resultado a desigualdade manifestada no decurso da história.

O proletariado assume uma nova configuração fruto desse contexto: o precariado.

A rigor o precariado é um enigma que permeia o sistema do capital em crise a interpelar a imaginação dialética. A rigor, quem é este precariado como se circunscreve no cenário contemporâneo, na condição de uma camada social de classe? É esta uma questão preliminar a remeter a uma descrição de atributos de vida, a uma configuração de traços históricos no plano da existência social. [...]

São milhões de trabalhadores jovens-adultos com alta escolaridade, desempregados ou inseridos em contratos de trabalho precários que transitam de uma ocupação a outra, quase sempre com baixos salários, sem projetos de vida e perspectivas de futuro. É uma multidão de jovens proletários assalariados, vinculados a camadas médias, com níveis elevados de qualificação profissional, entrando e saindo de empregos precários, a viver em situação de insegurança econômica e social, sem identidade ocupacional, sem garantia de direitos e tomados pelo sentimento de ansiedade perante o futuro. É uma camada da classe trabalhadora em construção, a vivenciar a precarização do trabalho e da própria vida [...] (CARVALHO, 2014, pág. 230)

A vida torna-se precária diante dos reflexos sofridos e tende a consolidar um ideário de condição subalternizada dessas pessoas. O/a homem/ mulher, em condições de desfavorecimento econômico, enfrenta esse processo de modo mais efetivo com a consolidação da globalização.

Já se tornou lugar-comum dizer que a classe trabalhadora vem sofrendo profundas mutações, tanto nos países centrais como no Brasil. Sabemos que um amplo contingente da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, e dentre eles centenas de milhões têm seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. (ANTUNES, 2011, pág. 103)

No tocante ao trabalho, Marx e Engels (2007) problematizam a respeito da relação com o conceito de poder e determinação entre campo e cidade:

O trabalho é, aqui, novamente o fundamental, o poder *sobre* os indivíduos, e enquanto existir esse poder tem de existir a propriedade privada. A superação da oposição entre cidade e campo é uma das primeiras condições da comunidade, uma condição que, por seu turno, depende de uma massa de pressupostos materiais e que não

pode ser satisfeita pela mera vontade como qualquer um pode constatar à primeira vista. (pág. 52)

O sistema capitalista, a partir da década de 1970, passa por uma crise estrutural que vai exigir novas estratégias de desenvolvimento e consolidação em âmbito mundial. Essas alterações são decorrentes de uma série de fatores, dentre eles “[...] a automação, a robótica e a microeletrônica invadiram universo fabril, inserindo-se e desenvolvendo-se nas relações de trabalho e de produção do capital” (Antunes 2011, pág. 23). Segundo o autor, os modelos fordistas ou taylorista já não contemplavam mais a ideia almejada inicialmente pelos capitalistas, a crise passaria a remodelar a perspectiva de manifestação desse domínio.

Como resposta diante as transformações conjunturais percebidas, observa-se que as modificações sofridas pelo trabalho impulsionaram, enquanto categoria a compreensão das alternativas e adaptações pelas quais passou. Assim Antunes (2011) colabora da seguinte forma:

[...] verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços; verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho [...] (pág. 47)

Para Lima (pág. 40), a precarização do trabalho revela uma maior percepção sobre as diversas alterações no processo de trabalho e afeta diretamente a realidade da classe trabalhadora.

Mesmo que a flexibilização e a precarização do trabalho sintetizem os diversos processos de transformações e de inovações no âmbito da organização do trabalho, das políticas de gestão e no campo de mercado de trabalho, como fenômenos que se mundializaram, tais fenômenos apresentam especificidades nacionais e, mesmo, regionais. As mutações no mundo do trabalho, de forma mais abrangente, afetam as localidades, as organizações menores, a vida real dos trabalhadores envolvidos diferentemente, interferindo no processo real de trabalho, na nova sociabilidade, na identidade de classe, na nova solidariedade e na maior intensificação-exploração do trabalhador(a).

Antunes (2011, pág. 47) menciona que as referidas transformações provocam o “desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global.” O desemprego é uma resposta à crise hegemônica do sistema, que provoca a necessidade de se propor estratégias diante dos reflexos estruturais vivenciados no tocante à realidade da classe trabalhadora.

O trabalho informal, em face desse desemprego estrutural, portanto, também deve ser considerado como uma resposta a essa sociedade que sofre vários reflexos do sistema, ora em crise, ora em desenvolvimento. Assim, os trabalhadores pautam a necessidade de se estabilizarem por intermédio de suas estratégias, uma das quais é a aceitação da condição de trabalho precarizado por meio da informalidade.

O desemprego é um dos grandes responsáveis pelos processos excludentes disseminados na sociedade, pois torna vulneráveis aqueles que se encontram fora do mercado de trabalho, por estarem desprovidos do mais significativo recurso de obtenção dos meios necessários para a sobrevivência – o trabalho. (OLIVEIRA, 2009, pág. 29)

Em sua grande maioria, os trabalhadores envolvidos nesse processo passam por realidades sociais fragilizadas e apresentam situações de pauperização sociais focalizadas e intensificadas.

O trabalho informal se configura como uma não inclusão direta na formalidade trabalhista, desse modo é muito comum que o conjunto de trabalhadores, em situação de desemprego, procure ocupações que fogem dessa formalidade tradicional, a qual apresenta perspectiva de contratação e subordinação a uma chefia direta. Assim, visualiza-se uma condição de elaboração de sua atuação autonomamente, tendo como ponto de partida a criatividade, um fator primordial na condição de sobrevivência no mundo da informalidade, diante desse cenário de desigualdade.

Os meios encontrados pelas camadas empobrecidas da sociedade são aqueles criados a partir do trabalho diário. O que fazem “fora” do trabalho é parte constituinte do próprio reino da necessidade; seu

tempo livre é o tempo para renovar-se como homem e ter forças para criar novas formas de sobreviver. (TIRIBA, 2001, p. 79)

O setor informal é marcado por esse distanciamento do que se considera legal e permite que o trabalhador possa reinventar seu ofício, vinculando-se a uma condição de subsistência pessoal e familiar.

Os trabalhadores informais comumente ocupam espaços como feiras, espaços públicos e centros das cidades como forma de atingir um número de sujeitos que passam com maior frequência e revela a necessidade de oferecer aquilo que esse público tende a desejar. Contudo, esses trabalhadores não se limitam aos espaços físicos mencionados e passam a ocupar outros lugares como os coletivos urbanos nas cidades, popularmente ônibus.

As relações entre as pessoas tornam-se comercializadas e a cidade não foge dessa lógica, tudo se torna um produto e sendo assim, vendável e comprável, o que reforça um cotidiano pautado na contradição social e o alimenta, tendo em vista seu alinhamento a uma realidade de produção capitalista.

[...] a cidade é condição geral da produção, e este fato impõe uma determinada configuração ao urbano, aparecendo enquanto fenômeno concentrado, fundamentado numa complexa divisão espacial do trabalho, formando uma aglomeração que, no capitalismo, tem em vista o processo de acumulação. O espaço urbano, analisado a partir do processo de produção e da realização da mais-valia, do ponto de vista do capitalista entre no processo de reprodução do capital como meio de produção sob a forma de capital fixo. Nessa perspectiva a cidade é entendida como condição material para a produção e circulação. (CARLOS, 2018, p. 73 e 74)

A precarização do trabalho está vinculada, portanto, a uma conjuntura estrutural que necessita da exploração da classe trabalhadora e tem como perspectiva o fortalecimento do capitalismo. O contexto contemporâneo preza

por um direcionamento neoliberal ao tecer estratégias que intensifiquem o mercado e negligenciem a classe trabalhadora em relação aos seus direitos.

A estratégia neoliberal pauta a privatização da vida com foco no desenvolvimento econômico, na atuação mínima do Estado e no enrijecimento de sociedades diversificadas e antagônicas. O trabalho, por sua vez, sofre essas consequências e manifesta suas alterações no bojo de transformações cotidianas desse movimento societário.

Dentro dessa contextualidade, pode-se constatar uma nítida ampliação de modalidades de trabalho mais desregulamentadas, distantes e mesmo burladoras da legislação trabalhista, gerando uma massa de trabalhadores que passam da condição de assalariados com carteira para trabalhadores sem carteira assinada. (ANTUNES, 2011, pág. 107)

A Revolução Industrial, ao passo que concebe novas vertentes societárias, contribuiu para esse olhar que propicia a precarização do trabalho e das relações sociais. É sabido que a I Revolução Industrial foi um grande estopim para o fortalecimento do capital mundial e acarretou diversas mudanças estruturais no meio social. Hoje, de modo alinhado com a conjuntura, observa-se que essas ditas revoluções se ordenam com o modelo econômico. No tocante a mais recente delas, explica Contreiras (2015, p. 87):

A Quarta Revolução Industrial é também conhecida como a era das máquinas livres assim tomando parte do movimento “Faça você mesmo”, saltando de tarefas domésticas para os laboratórios de pesquisa e indústrias. E o salto foi impulsionado pelos motivos de economia de dinheiro e obtenção dos resultados necessários

Pensar a ideia de revolução, nesse caso, está atrelado a uma condição meramente econômica. O avanço dos interesses individualistas burgueses emerge a cada contexto e nos traz o ideário da necessidade de

acompanhamento desse avanço imposto à totalidade social, daí o andamento frenético das revoluções industriais hoje na sua quarta edição. Nesse caso, é perceptível a condição classista estabelecida ao conduzir e fortalecer as práticas trabalhistas de modo precarizado, tendo como horizonte a economia e invisibilizando os interesses sociais da parcela da população em condição de inferiorização.

Sobre essa discussão, Antunes (2011, pág. 108) levanta algumas considerações:

O trabalho estável torna-se, então, informalizado e por vezes, dada a contingencialidade, quase virtual. Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e assistindo a sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico”.

Assim, a precarização do mundo do trabalho está atrelada a um montante de condicionantes estruturais e societários com fim de traduzir novas vertentes econômicas em prol da permanência do sistema capitalista em situação de predominância e domínio da classe trabalhadora, o precariado, que por sua vez tende a continuar vendendo sua força de trabalho e caracterizando o antagonismo de classes sociais.

Para Antunes (2018) o trabalho está sofrendo transições que trazem consequências marcantes ao mundo do trabalho:

Assim, impulsionados no topo pela lógica destrutiva do capital financeiro, que acelera o tempo e modifica o espaço segundo o vilipêndio do trabalho e a sua corrosão constituem-se em instrumental imprescindível. Capital financeiro no cume e trabalho desregulado nas cadeias produtivas de valor. As formas contemporâneas de trabalho escravo, semiescravo, precarizado, informalizado, terceirizado, flexibilizado, dando contemporaneidade às formas pretéritas de outsourcing, do putting out etc (p. 172)

Desse modo, a precarização e a informalidade são marcas desse contexto e fomentam o atual projeto de sociedade pautado na acumulação intensificada da força de trabalho.

## 5. QUESTÃO SOCIAL E AS CARACTERÍSTICAS DE UMA SOCIEDADE ANTAGÔNICA

Neste capítulo se aborda a relação entre questão social e trabalho informal, através de suas expressões concretas e atreladas a uma sociedade subalterna, o qual parte do pressuposto de que essa informalidade é decorrente da conjuntura atual capitalista. Reforça-se ainda o caráter conflitivo resultante dessas relações sociais ao se identificar os diferentes papéis sociais impostos ao longo do tempo.

A questão social está presente no cotidiano das pessoas e se manifesta como elemento histórico e produto dessa mesma história ao contribuir no contraste entre as pessoas que compõe a sociedade contemporânea através de suas expressões. Tal fato acontece devido seu vínculo central com a realidade estrutural inerente ao sistema capitalista. No que refere à estruturação societária, as relações sociais são direcionadas conforme diretrizes, deliberadas por uma parcela populacional específica e que concentra o domínio diante das demais pessoas: a burguesia.

Na atualidade, a consolidação da questão social ocorre como proposta de precarização da vida das populações, bem como forma de demonstração nítida de uma sociedade desigual, a qual tende a manifestar seu teor diferenciador entre seus públicos cotidianamente.

Com a consolidação do sistema capitalista historicamente falando, a questão social, popularmente chamada de problema social, vai se intensificando e criando maneiras de se expressar que culminam na ruptura estrutural entre os sujeitos. O fenômeno de dominação, controle e exploração são características essenciais desse modelo de sociedade que vislumbra tais aspectos como instrumentos de poder.

Desse modo, a questão social se apresenta através de suas expressões, as quais atingem e demarcam de forma classista uma parcela da população que não detém o controle dos meios de produção, ou seja, a não propriedade destes ocasiona sua subordinação. Seu caráter classista se dá mediante o reforço a uma sociedade de classes que impulsiona uma condição

de hierarquias e disputas entre os sujeitos que a compõem. Essas expressões estão presentes de modo a atender aos interesses de uma sociedade que vive em conflitos pautados no seu aspecto contraditório.

Pastorini (2010) ressalta que as alterações cotidianas nos diversos espaços acarretam consequências, sobretudo para a classe trabalhadora, as quais estão ligadas com as transformações no mundo do trabalho. Compreender, portanto, essas mudanças contribuíram na análise do significado da questão social, entendendo que os/as trabalhadores/as foram e são os mais atingidos por essas expressões.

A questão social que surgiu na Europa Ocidental do século XIX, designando o fenômeno de pobreza material crescente entre os membros da classe operária, se põe, historicamente, num primeiro momento, como dizendo respeito à condição da exploração e desigualdade social originária de amplos contingentes da classe operária industrial excluída da participação na riqueza social. Ela surge nos primórdios do capitalismo industrial no século XIX com a classe trabalhadora alienada dos produtos de consumo da civilização capitalista emergente. Naquela época, os trabalhadores assalariados não eram sujeitos de direitos. A precariedade salarial originária assumiu formas extremas, desreguladas e articuladas, no núcleo mais dinâmico da acumulação, com modos de espoliação de homens, mulheres e crianças. A indústria era o polo da brutalidade salarial, onde vigorava o trabalho degradante, trabalho infantil por extensas jornadas de trabalho com remuneração abaixo da linha de subsistência. A pobreza expressava, naquelas condições históricas, o modo de exploração intensiva e extensiva da força de trabalho, constituindo aquilo que denominamos de primeira geração da precarização do trabalho. (ALVES, 2013, p.245)

Por sua vez, a subalternidade está atrelada a esse contexto e também pode ser vista como instrumento classificador e demarcador do sujeito subalterno, um sujeito à margem da sociedade e que vivencia a realidade concreta através de sua sujeição aos condicionantes de exploração e precarização da vida.

A questão social, portanto, está ligada diretamente ao avanço da sociedade industrial, o qual torna visíveis seus desdobramentos na vida das pessoas empobrecidas por meio da desigualdade social.

A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p.27)

A sociedade industrial é fruto do capitalismo e revela suas estratégias de preservação do poder e do controle econômico, através de suas formas de manifestação cotidiana em condição de ruptura e antagonismo. Assim, os indivíduos passaram a sofrer consequências no convívio social, especialmente cada sujeito e família em condições de não favorecimento econômico, ou seja, que não detém o capital.

[...] ou seja, as principais manifestações da “questão social” – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrências das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e/ ou região. (PASTORINI, 2010, pág. 101)

O processo de industrialização marca o apogeu do capitalismo enquanto sistema que buscava seu amadurecimento referente a uma sociedade que alimenta suas expectativas em horizontes pautados no olhar industrial, o qual sinalizava a intensificação da exploração da mão-de-obra dos/as trabalhadores/as. É possível identificar uma relação direta com os interesses da burguesia ao visualizar as classes sociais e o emergir do pauperismo de modo latente.

[...] a expressão “questão social” surge para dar conta do pauperismo decorrente dos impactos da primeira onda industrializante, a designação desse pauperismo relacionava-se diretamente aos seus desdobramentos sociopolíticos, pois desde a primeira década até a metade do século XIX seu protesto tomou as mais diversas formas numa perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa. (TOMAZ, 2013, p.3)

Dentro desse cenário, observam-se contradições e imposições sociais fruto do sistema capitalista, as quais determinam um ambiente em que o antagonismo se torna comum, ou seja, presente nas relações sociais cotidianas. Assim, a questão social é vista de modo natural diante das relações sociais, pautadas pela lógica de exploração da classe trabalhadora. Sua naturalização ocorre nesse jogo pontuado, inicialmente, com a tentativa de estabelecer sujeitos que estariam numa condição de “vencedores” e outros na condição de “perdedores”, entendendo e relacionando ao fato de não pertencer à elite dominante e não dispor do controle dos meios de produção.

Podemos salientar o caráter de articulação entre o sistema capitalista e as expressões da questão social vislumbrando ainda essa relação como projeto.

Além do mais, o projeto ideopolítico neoliberal aprofundou a questão social e suas múltiplas refrações são visíveis, como: a crescente violência urbana e rural, a pauperização e miserabilidade da população, o desemprego estrutural, a informalidade, a flexibilização e a precariedade das relações de trabalho, a degradação ambiental, o racismo, o sexismo, a homofobia, a intolerância étnica e religiosa, a xenofobia, a segregação territorial, a representação e criminalização dos movimentos sociais, os cortes e a privatização dos serviços sociais públicos (como a saúde, a educação, a cultura, a previdência social e a assistência social), alargando e agudizando as desigualdades sociais inerentes ao capitalismo. (GUIRALDELLI, 2014, pág. 110)

Uma característica central dessa parcela populacional distante da posição de poder pautada no sistema capitalista tende a internalizar o fato de estar nessa condição pauperizada como sua culpa, sendo a autoculpabilização fruto dessas relações de poder.

A questão social, entendida como uma problemática oriunda desse atrito estabelecido historicamente ganha corpo e se materializa de modo diversificado ao longo do tempo. Desse modo:

A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É, portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. [...] A questão social é indissociável da sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais, presidida pelo desenvolvimento desigual e combinado, onde convivem coexistindo temporalidades históricas diversas. (IAMAMOTO, 2013, p. 330)

(IAMAMOTO, 2013, p. 330)

O debate em torno da compreensão da questão social está relacionado com a diversificação dos olhares diante do tema e do modo como a mesma se manifesta, considerando ainda suas consequências, para Netto (2001, p.41) reforça o caráter não unívoco da questão social, “ao contrário, registram-se em torno dela compreensões diferenciadas e atribuições de sentido muito diversas.”

. A análise sobre a questão social, portanto, se dá no âmbito de investigação crítica com ênfase numa postura social e política diante da realidade, bem como dialogando com possibilidades de leituras interpretativas sobre a conjuntura. Compreender a questão social, por sua vez, se revela um ato necessário frente a uma sociedade estruturada em condições de exploração e dominação.

O modo como se estabelecem as leituras das sociedades parte dos locais de fala impostos socialmente, locais esses assumidos mediante as correlações de forças existentes diante do binarismo conhecido popularmente e decorrente da questão econômica: ser pobre e ser rico em uma sociedade de classes. Assim, a questão social passa a ser vista de divergentes formas, fortalecendo nossas relações como campos de disputas, sobretudo, ao perceber as diversas narrativas, que compreendem a questão social ora como reflexo de uma sociedade de classes que determina um papel social, pobre ou rico, ou como problemas, casos de polícia e marginalização dentre outros adjetivos que caracterizam, pensamento defendido e disseminado pela classe dominante para manutenção das relações sociais diante dos ditames do sistema capitalista.

Para Telles (1996), as expressões da questão social podem ser compreendidas à luz das problemáticas enfrentadas no dia-a-dia pelas populações que sofrem seus rebatimentos. Desse modo, o cotidiano corresponde uma percepção empírica dessas expressões como forma de problematizar as mesmas mediante as alterações na história e conjuntura:

[...] a questão social é o ângulo pelo qual as sociedades podem ser descritas, lidas, problematizadas em sua história, seus dilemas e suas perspectivas de futuro. Discutir questão social significa um modo de se problematizar alguns dilemas cruciais do cenário contemporâneo. (1996, p. 85)

A investigação crítica da realidade através da ciência possibilita uma leitura conjuntural que favorece sua análise, embora a construção dessa análise seja limitada e garanta outras reflexões futuras sobre o mesmo fenômeno social. Assim, é possível identificar os condicionantes que marcam a história, definindo-a com traços peculiares e diferenças entre as populações que ocupam seus territórios. Ao olhar para a realidade brasileira é possível perceber o quanto a mesma não está isenta e reflete esse cenário de desigualdades onde a escravidão fomenta seu ícone de exploração e

desumanização. A história apresenta a vida dessas populações ao perceber o tempo presente.

O fenômeno da desigualdade é tão enraizado entre nós que se apresenta a partir de várias faces: a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a desigualdade de geração e a desigualdade social, presente nos diferentes acessos à saúde, à moradia, ao transporte e ao lazer. A desigualdade social é especialmente aguda, e tende a sempre aumentar em países que oferecem poucas oportunidades de emprego, apresentam investimento discreto nas áreas sociais e não estimulam o consumo de bens culturais. Não por coincidência, a desigualdade afeta, vigorosamente os países periféricos e de passado colonial, onde se percebe a preservação de um robusto gap social no padrão de vida dos habitantes. (SCHWARCZ, 2019, p. 126-127)

Mediante o exposto, percebe-se a importância levantada nesta discussão na qual florescem percepções analíticas, tais como: de qual cenário estamos falando? Como essa contemporaneidade se inclina negativamente diante das realidades diferenciadas das pessoas de modo geral? Assim, perceber as contradições existentes e interligadas a perspectiva capitalista significa observar que a questão social se manifesta de forma radical por meio de linguagens, rituais, comportamentos e faces diversificadas conhecidas como expressões da questão social.

Pobreza, exclusão e subalternidade configuram-se, pois como indicadores de uma forma de inserção na vida social, de uma condição de classe e de outras condições reiteradoras da desigualdade (como gênero, etnia e procedência), expressando as relações vigentes na sociedade. São produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para os pobres um lugar na sociedade. Um lugar onde são desqualificados por suas crenças, seu modo de expressar-se e seu comportamento social, sinais de

“qualidades negativas” e indesejáveis que lhe são conferidas por sua procedência de classe, por sua condição social. (YAZBEK, 2001, p. 34)

As expressões da questão social, portanto, são atributos de uma sociedade contemporânea marcada por dimensões e marcadores sociais que apresentam a subalternidade e exclusão, bem como a pobreza, nas quais, alcançam e intervêm em diversificadas realidades e agrupamentos sociais definidos por suas classes.

O fenômeno da pobreza é mundial e surgiu com as primeiras sociedades. Entretanto, no período pré-capitalista, a pobreza deu-se num contexto de escassez e de precário desenvolvimento das forças produtivas. A exploração do homem pelo homem não escondia ideologias, pois era realizada de maneira direta, óbvia e legitimada: os senhores de escravos e os senhores feudais, respectivamente, tinham direitos sobre seus escravos e servos, podendo exigir trabalho e servidão em troca de condições de sobrevivência. (PEREIRA, 2009, p. 238)

O conceito de questão social vai sofrendo alterações e seu ápice acontece pós Revolução Industrial, no qual a atenção era voltada à realização de medidas pontuais, as quais não contribuía para uma leitura aprofundada das contradições inerentes ao capitalismo e das tensões protagonizadas pelas classes sociais.

O reconhecimento de problemáticas que estavam entrelaçadas a esse contexto emerge de modo mais latente e fomenta a necessidade de se pensar a questão social, conceituação pensada ao longo da história. Para Castel (1988), o processo de identificação e, como resultado, o reconhecimento das necessidades das populações garante revigoramento da compreensão sobre o termo em uso, bem como a identificação de novos atores sociais, os quais não se contentavam unicamente com a realidade posta.

Assim, no contexto da industrialização, a questão social apresenta-se não só com desafios colocados pela nova ordem, como também com a emergência de novos atores e conflitos. Essa difere, portanto, da questão social da fase precedente por constituir um novo tipo de regulação social com base no “direito do cidadão e dever do Estado”. Essas transformações foram marcada por intensas lutas entre as forças liberais, cujos princípios centravam-se na noção do mercado autorregulado, e as forças protecionistas, com base nos primórdios de amparo social materializados em uma legislação protetora. Portanto, foi de fundamental importância o papel que os interesses de classe jogaram nesse movimento, principalmente as pressões da classe operária, organizada em sindicatos e em partidos políticos, não só articulando denúncias relativas à situação dos pobres, como também formulando propostas para o enfrentamento da questão. (STEIM, 2009, p. 135)

Torna-se importante estabelecer a relação presente entre a classe trabalhadora e as expressões da questão social mencionadas, tendo em vista que os/as mais afetados/afetadas são esse público. Assim, as sociabilidades também estão intimamente vinculadas a essa questão, pois a relação entre os indivíduos percorre um processo de internalização da naturalização do capitalismo como necessário e comum e seu questionamento estaria deslocado de uma realidade que foi imposta.

A questão social seria o campo de intensificação de uma sociedade desigual a qual manifesta suas lutas e torna explícita as suas expressões no cotidiano social das pessoas: aumento das pessoas em situação de pobreza; maior número dos casos de fome; pessoas em situação de rua; trabalhadores e trabalhadoras informais, dentre outras tantas características que marcam visivelmente o conceito de questão social e o pauperismo.

Segundo Schons (2007) a questão social envolve posicionamentos políticos e necessita estar articulada à conjuntura vigente:

A questão social é basicamente composta pelos elementos econômico e político que se manifestam no pauperismo e naqueles

que o percebem e denunciam, exigindo outro atendimento. A questão social se apresenta, portanto, principalmente na manifestação do trabalhador pauperizado que toma consciência do problema e o denuncia, exigindo atendimento. O elemento político está na tomada de consciência da situação de pauperismo, que procura denunciar de forma organizada, coletiva, cria resistência, formula projetos que lhe sejam favoráveis. Já se afirmou que, enquanto o pobre permanece quieto em seu lugar, não há questão social. Ou seja, questão social é o embate político que o pauperismo desencadeia. (2007, p.35)

Enquanto projeto societário, o sistema capitalista intensifica sua apropriação com o intuito de garantir sua permanência enquanto poder. Desse modo, as alterações, sobretudo no mundo do trabalho, vão atender a essa permanência de desigualdade social.

Sabemos que o capital é uma relação social por excelência que, na sua busca incessante de lucro, tende a expandir-se indefinidamente por meio da apropriação de trabalho não pago dos trabalhadores. Seu ciclo expansionista realiza-se por meio da ampliação da parcela do capital investida em meios de produção – capital constante – aumentando a produtividade do trabalho e reduzindo relativamente aquela investida em força de trabalho – capital variável. Outra condição e resultado contraditório desse mesmo processo é a ampliação da superpopulação relativa – ou população “sobrante” para as necessidades médias de valorização do capital –, fazendo crescer o desemprego e a precarização das relações de trabalho. [...] A “questão social” condensa múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. Dispondo de uma dimensão estrutural – enraizada na produção social contraposta à apropriação privada dos frutos do trabalho, a “questão social” atinge visceralmente a vida dos sujeitos numa luta aberta e surda pela cidadania, no embate pelo respeito aos direitos civis, políticos e sociais. Esse processo é denso de conformismos e rebeldias, expressando a consciência e luta que acumule forças para o reconhecimento das necessidades de cada um

e de todos os indivíduos sociais. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública. (IAMAMOTO, 2013, p. 330-331)

A relação capital-trabalho vai fomentar uma sociedade com essas características, tendo em vista que a divisão em classes potencializa essas expressões e suas modificações. Essa dimensão de controladores e controlados, riqueza e pobreza, dominação e subordinação configura passos centrais do entendimento da questão social e de suas expressões. Sua percepção e o seu ingresso no cenário político ajusta a importância da mesma e, com sua identificação, passa-se a pensar intervenções que tentem minimizar essas situações, mesmo sem alterar a estrutura.

Contudo, o aspecto multifacetado da questão social foi visto durante muito tempo com caráter moralizador que tinha como intenção culpabilizar dos sujeitos por sua condição de pauperismo; os desdobramentos da questão social não eram compreendidos como produto da sociedade capitalista e sim como consequência do não esforço por não ter conseguido alcançar determinado patamar.

*Começa-se a se pensar então a "questão social", a miséria, a pobreza, e todas as manifestações delas, não como resultado da exploração econômica, mas como fenômenos autônomos e de responsabilidade individual ou coletiva dos setores por elas atingidos. A "questão social", portanto, passa a ser concebida como "questões" isoladas, e ainda como fenômenos naturais ou produzidos pelo comportamento dos sujeitos que os padecem. (MONTAÑO, 2012, p. 272, grifo do autor)*

Como a questão social afeta a vida da das pessoas? Como suas expressões se tornam tão latentes? Como ela afeta o mundo todo? Quais suas particularidades? As expressões da questão social estão presentes e se manifestam de modo mais feroz no processo de desumanização de uma

parcela significativa da população que não encontra perspectivas que não seja a de submissão ao capital. O sistema impõe essa condição. Tal submissão se manifesta hoje através de várias maneiras, dentre elas o processo romantizado de percepção da desigualdade estabelecida historicamente como algo natural ou fruto da ausência de um esforço maior por parte do indivíduo.

A romantização da questão social e suas expressões ao serem lidas, diante de suas exteriorizações, propiciam compreensões acerca de sua necessidade de superação, a julgar por seus marcadores de desigualdade entre as populações. Uma resposta dessa abordagem seria uma necessidade de politização dos diversos agrupamentos sociais e uma contínua análise conjuntural que parta de suas realidades concretas, permitindo assim uma percepção que se vincule às suas trajetórias de vida, as quais são particulares e assumem ramificações específicas dependendo de qual contexto estamos partindo. Desse modo, a questão social requer um exercício de compreensão cotidiana que tenha como premissa o questionamento da realidade social<sup>14</sup>.

[...] no Brasil, nossa velha e persistente pobreza ganha contemporaneidade e ares de modernidade por conta dos novos excluídos pela reestruturação produtiva. Portanto, se a questão social é a aporia das sociedades modernas, é ela que nos dá a chave para compreender essa espécie de esquizofrenia de que padece a sociedade brasileira, nas imagens fraturadas de si própria, entre uma “sociedade organizada” que promete modernidade e seu retrato em negativo feito de anomia, violência e atraso. (TOMAZ, 2013, p.7)

Questionar a sociedade capitalista significa perceber que o processo naturalizador que se torna romântico nos dias atuais não é normal e muito menos agradável para um dos lados dessa balança. Nesse sentido, a

---

<sup>14</sup> Segundo Schons (2007, p.24) A questão social consiste, portanto, na manifestação desse trabalhador pauperizado que toma consciência do problema e o denuncia, exigindo atendimento. Situa-la, hoje, é ainda detectar as contradições que se manifestam na reestruturação produtiva, desde o final do último século e início deste, afirmadas na versão da “mundialização financeira”, resultando sempre em mais acumulação de capital, com a participação de cada vez menos nações ou pessoas, privilegiando sempre quem está mais ao centro, onde, enfim, se determina o movimento do próprio capital.

problematização do *status quo*, mediante o poder estabelecido pelo capital e suas ferramentas contemporâneas, torna-se necessária e urgente.

A vigência do sistema de produção capitalista historicamente patenteou o trabalho como categoria central e estabeleceu uma dualidade contraditória e complexa entre capital e trabalho. De um lado, o trabalho afirma-se como elemento insubstituível no processo de produção e reprodução do capital, como impulsionador do desenvolvimento social, tecnológico, econômico. E, por outro lado, os trabalhadores ficam alijados do produto deste desenvolvimento, ao mesmo tempo em que ocorre a redução crescente da absorção da força de trabalho, numa reorganização dos processos de trabalho com ampliação da sua produtividade, fortalecendo o sistema de acumulação do capital. (MENDES; WÜNSCH, 2009, p.242)

Desse modo, as expressões da questão social ocupam todos os espaços sociais e conjunturas mediante a visibilidade de seus frutos e sua mediação com o capitalismo, tais como fome, desemprego, precarização, informalidade, trabalho infantil, pessoas em situação de rua, aumento de pessoas que se dedicam a mendicância, dentre outros inúmeros casos que são recorrentes no dia-a-dia e definem-se pelos marcadores sociais estabelecidos historicamente. Conforme Guimarães (2017, p.4):

A concentração da riqueza, da terra e dos bens socialmente produzidos tem estado, portanto, nas mãos de poucos – os que detêm os meios de produção – enquanto a maioria da população – que vende a sua força de trabalho - vive em condições injustas e desumanas, que se expressam entre outros aspectos: na miséria, na pobreza, no desemprego ou em situações de precarização de trabalho, no analfabetismo ou em baixos índices educacionais, em condições precárias de habitabilidade e saúde etc. Associa-se a essa realidade uma série de outras desigualdades permeadas não só pelas relações econômicas, mas também de gênero, raça, etnia, condição de saúde, orientação sexual e, ainda, desigualdades regionais (em um país de dimensões continentais) e aquelas

provenientes das relações entre o homem, a natureza e o meio ambiente. Enfim, as desigualdades no país são de várias ordens e natureza, mas sempre estão na relação imediata ou mediata com os rumos capitalistas dominantes do país em suas diferentes conjunturas sociais e políticas.

As contradições, por sua vez, e a intensificação da questão social seriam marcas do sistema capitalista que apresenta como resposta a formulação e implementação de Políticas Públicas, as quais são entendidas como atendimento às demandas imanentes da desigualdade social em evidência.

Desigualdade, como questão social, é constituinte e constitutiva do modo de produção capitalista. Sendo questão social é parte das lutas imediatas ou mediatas dos indivíduos, grupos e classes sociais subalternizadas por um modo de produção que explora, domina e aliena em nome do lucro e das classes que detêm os meios de produção e necessitam ampliar e perpetuar tal modo de produção. As políticas públicas, como se disse, são respostas do Estado capitalista à questão social. Mas o Estado e suas políticas, sobretudo as de corte social, ainda que contraditórios e permeados por diferentes forças sociais, atendem, em última instância, aos interesses dos setores dominantes, face a dadas conjunturas e estruturas sociais. (GUIMARÃES, 2018, p. 13)

A sociabilidade capitalista promove uma relação direta entre questão social e projeto societário. Seria necessária a manutenção das expressões da questão social como projeto político e estratégia de manutenção do status quo? Quais estratégias pensadas hoje como alternativas de questionamento da questão social e suas expressões?

O termo questão social é carregado de desafios interpretativos pelo seu caráter dinâmico e relacional com o campo de interesse das pessoas em sociedade, as quais apresentam tendências a pensar a realidade social e seus desdobramentos de modo dado, acabado e natural. Seu caráter “inovador”,

cientificamente falando, está interligado a realidade concreta e a preocupação de pesquisadores nesse campo de estudos.

[...] infere-se que a (nova) questão social manifesta-se como fenômeno histórico cujos elementos fundamentais permanecem intocados e inalterados: a acumulação de riqueza por uns em detrimento da expropriação e destituição de muitos outros, os pobres, os pauperizados, os excluídos, que parecem sem lugar na cena histórica. No entanto, são estes mesmos excluídos, expropriados e destituídos que conseguem ultrapassar, através de suas lutas, estigmas como vagabundo, vadio, mendigo, *colocando-se como* trabalhadores desempregados, bradando para todos o horror de uma tragédia onde os sofisticados meios de produção impõem a eles a condição de “inempregáveis”. (STEIM, 2009, p. 164-165)

A questão social, portanto, se estabelece como campo de disputas epistemológicas que correlacionam olhares distintos sobre o tema, tendo como consequência o debate sobre a “nova” questão social. Pensar a existência de uma nova questão social seria atribuir um caráter equivocado ao potencializar uma negação das correlações de forças estabelecidas historicamente e negar o potencial político de identificação científica do que seria questão social. Portanto, não existe uma nova ou velha questão social, tendo em vista que não se excluem as desigualdades sociais vivenciadas no passado, não se apaga. Pelo contrário, existem novas expressões que estão intimamente relacionadas à gênese de fomento dessas correlações de forças.

Netto (2001) apresenta cinco pontos ou notas fundamentais para a compreensão da questão social e nos inclina a possibilidades analíticas sobre a temática na contemporaneidade em meio às disputas mencionadas:

1 A questão social apresenta histórico recente e está vinculada a industrialização europeia a qual visualizava o aumento da riqueza, ao passo que a pobreza, contraditoriamente, também aumentava, atrelando uma postura sócio-política social.

2 Questão social é indissociável de qualquer ordem social que tende a preservar o domínio da propriedade privada.

3 A consciência política não seria a mesma consciência teórica, nesse sentido, algumas contribuições, sobretudo de Marx, foram primordiais para a fundamentação da classe trabalhadora.

4 A globalização e o contexto neoliberal intensificam a questão social, mesmo com a presença de intervenções feitas pelo Estado com foco na manutenção da sociabilidade capitalista.

5 Inexiste qualquer “nova questão social”.

Assim, a problematização em torno da questão social está intimamente relacionada com a contínua análise de conjuntura que possibilita olhares diversos com tom de denúncia mediante as manifestações que alcançam, sobretudo, a classe trabalhadora. Ou seja, ela preserva traços pautados na exploração, dominação e no poder, tendo em vista as correlações de forças e o estabelecimento de hierarquias socialmente estabelecidas.

A informalidade do trabalho, mediante as transformações que vem enfrentando em seu interior, se configura como expressão direta da questão social no sentido de perpetuar essa relação antagônica. Atuar na informalidade demonstra o caráter estabelecido entre as classes sociais e manifesta suas divergências cotidianas. Assim, o trabalho continua sendo o elo fundamental de fortalecimento dessas realidades desiguais, que apresentam novas conotações e espaços diferenciados para a população subalterna.

Nesta conjuntura de precarização e subalternização do trabalho à ordem do mercado e de alterações na base social do Estado que as manifestações da questão social assumem novas roupagens, configurações e manifestações. (MARTINS, 2015, p. 220)

Sua existência é caracterizada pela condição de inferioridade econômica e distância do domínio do poder. Assim, esse público que atua na informalidade representa a realidade brasileira que é consolidada no processo

de exploração e objetificação do homem/ mulher que culminam no acúmulo de riquezas e que são mediadas conforme os ditames conjunturais de cada período.

[...] a insegurança e a vulnerabilidade no trabalho e a penalização dos trabalhadores; o desemprego; o achatamento dos salários; o aumento da exploração do trabalho feminino, a desregulamentação geral dos mercados; as questões de saúde pública; de violência; de droga; do trabalho da criança e do adolescente; da moradia na rua ou da casa precária e insalubre; da alimentação insuficiente; da ignorância; da fadiga; do envelhecimento sem recursos; entre outras, constituem-se nas novas configurações da questão social que influenciam o cotidiano da vida social. (MARTINS, 2015, p.221)

É nesse cenário que a informalidade tende a se manifestar como resposta à realidade estrutural, decorrente das diversas expressões da questão social.

Nesse cenário, contraditoriamente, se propaga a ideia de uma era do capital marcada pelo avanço no campo técnico-científico, com crescimento e desenvolvimento econômico ao mesmo tempo em que se aprofunda a miséria, a violência, a exploração, a opressão, a xenofobia e a degradação do trabalho. Ou seja, a questão social, entendida como o conjunto dos antagonismos expressos na relação capital versus trabalho se manifesta com novos contornos, acirrando as desigualdades sociais. (GUIRALDELLI, 2014, p.104)

O trabalho informal, por sua vez, denuncia o antagonismo e apresenta os/as sujeitos/ sujeitas que estão na condição de subalternidade, ou seja, sofrem pauperismo oriundo dessa relação estrutural permeada pelo sistema capitalista de produção, bem como condiciona contextos desfavoráveis de vida, marca central do capitalismo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por um trabalho formal foi e continua sendo um objetivo pessoal de muitas pessoas. Ter um emprego de carteira assinada hoje é algo louvável para muitos e muitas que visualizam o trabalho como forma de engrandecimento pessoal, uma corrida pela garantia de seu “certificado” de cidadão/ã.

[...] cidadania implica sentimento comunitário, processos de inclusão de uma população, um conjunto de direitos civis, políticos e econômicos e significa também, inevitavelmente, a exclusão do outro. Todo cidadão é membro de uma comunidade, como quer que esta se organize, e esse pertencimento, que é fonte de obrigações, permite também reivindicar direitos buscar alterar as relações no interior da comunidade, tentar redefinir seus princípios, sua identidade simbólica, redistribuir os bens comunitários. (GUARINELLO, 2013, p.46)

Possuir o status de trabalhador/a formal na contemporaneidade representa uma relação de não negação, ou seja, não exclusão, tendo em vista que essa pessoa passa “a ser vista como útil” e sua utilidade acontece nesse interim de venda da sua força de trabalho e fortalecimento de uma realidade social capitalista o qual se estrutura na exploração da classe trabalhadora.

Assim, torna-se possível identificar os laços que conduzem as relações sociais historicamente e perceber que elas permeiam interesses peculiares de cada classe social e que permitem a visualização de imagens construídas da história diante dessas correlações protagonizadas pela burguesia e proletariado.

A questão social e suas expressões acontecem de modo interligado ao projeto estrutural capitalista, como um “casamento” no qual os seus frutos se manifestam no cotidiano e possuem espaço e formas de vivências definidas e definem, por sua vez, os papéis de cada sujeito, no qual a classe trabalhadora

abraça de modo autoritário as fragilidades de uma instabilidade diária que se dá mediante a situação antagônica emergida de todos os desdobramentos que surgem desse processo. Torna-se banal presenciar cenas que correspondem a essa relação que incide em negar o processo originário dessa ruptura provocada pela apropriação dos meios de produção e da objetificação do homem/mulher.

O cotidiano, portanto, responde a características inerentes a essa realidade e confirma a existência de uma sociabilidade direcionada para a defesa da manutenção do status quo, ou seja, é compreendido como natural a existência dessas problemáticas sociais e a consequente exclusão de determinados públicos que precisam reinventar seu cotidiano, refazer suas práticas como forma de permanência de suas vidas.

A relação entre capital e trabalho é fomentadora de reflexões no campo de entendimento das sociedades ao longo do processo histórico e pode ser vista como fundamental para conservação da dominação burguesa ao lidar a situação histórica de exploração do homem pelo homem, bem como suas ramificações através das diversas formas de opressão que são visivelmente identificadas, tais como o patriarcado e racismo.

Esse cenário incide perceber que cabe a classe trabalhadora a criação de alternativas que possam subsidiar sua existência, ao passo que não altera as determinações projetadas historicamente diante da presença das classes sociais, o qual apresenta como parâmetro a exploração de seus corpos de todas as formas.

O trabalho informal surge dentro desse contexto de negações, explorações e busca por poder onde o campo que emerge essa realidade é entrelaçado pela questão social, no qual define a imagem de um/a trabalhador/a que está ingresso/a na formalidade trabalhista e outra parcela que não conseguiu acessar esse patamar. Para tanto, deve-se pensar rotineiramente formas de acessar uma possibilidade de garantia de sua subsistência. Desse modo, a informalidade ganha corpo diariamente e atrela-se a concepções contemporâneas sobre o mundo do trabalho e suas morfologias em constante transformação.

A informalidade seria uma saída pensada diante das realidades concretas das diversas pessoas que buscam sobreviver. Ela acontece em todos os lugares conforme a percepção da pessoa desempregada e a demanda que ela identifica enquanto venda de mercadoria ou prestação de serviços.

Dessa maneira, os ônibus coletivos principalmente nas cidades urbanas, tornaram-se alvo dessa prática trabalhista e o processo de reinvenção do seu uso possibilitou o emergir de inúmeros/as vendedores/as ambulantes que dia-a-dia ingressam em incontáveis transportes com fim de garantir suas vendas. As vendas acontecem de modo dinâmico e com uma variedade de produtos que são pensados para agradar no sentido de favorecer o desejo de consumo dos/as passageiros/as e conquistar suas compras.

Trabalhar dentro de um coletivo significa, inicialmente, adentrar um espaço o qual não foi designado para realização de vendas e sim a garantia da locomoção de uma parte populacional de um determinado território. Contudo, suas interpretações são múltiplas e permeiam uma conjuntura social que está atrelada a exploração do trabalho.

O ato da venda nos transportes coletivos manifesta a realidade contraditória do espaço urbano, ao passo que a cidade vai direcionando e alimentando uma imagem de manifestação das contradições entre seus habitantes. Essa prática trabalhista representa ainda uma condição subalternizada do/a vendedor/a diante das demais pessoas, pois a venda naquele momento garante a resposta de suas demandas objetivas, como alimentação e moradia, principalmente. Ressalta-se, portanto, que dentro desse cenário a prática da criatividade é primordial para materialização dessa prática trabalhista, pois é através desse incremento que muitos/muitas alcançam a venda desejada.

É possível inferir que a informalidade ganha contornos diferenciados a cada dia e que a venda nos transportes coletivos representa essas mudanças. Assim, as práticas identificadas durante o processo de divulgação do produto também estão intimamente vinculadas com as realidades sociais coletadas ao longo da pesquisa, tais como: narrativas que revelam sobre os seus modos de

vida, seus territórios e principais ausências que identificam; na grande maioria a falta de alimentação familiar; falas que desdobrem aspectos religiosos que culminam numa aceitação natural desse momento vivido, como algo a ser celebrado diante de uma condição divina que foi estabelecida entre os homens; o desejo preeminente do reconhecimento daquela prática como digna diante da população presente; a necessidade de estabelecer alguma forma de retorno monetário que desvie um possível caminho que resulte em criminalidade; a corrida interminável por acumulação de produtos que sejam novidades e que agradem as pessoas.

É possível compreender que os perfis identificados na pesquisa e na observação direta apresentam pessoas com classe social definida, são pessoas empobrecidas e que não encontram alternativas a não ser a informalidade; são negros e negras que correspondem ao projeto de sociedade racista estruturado diariamente como negação e dominação desses corpos através dos desdobramentos da colonização; seus discursos são mecanizados ao longo dos anos; o local do ônibus não apresenta condições saudáveis, pelo contrário reforça a precarização do trabalho; a fuga da dita marginalidade é central durante o processo de divulgação; as juventudes que vendem sofrem estigmatizações que tendem a coloca-las numa perspectiva perigosa.

O trabalho informal caracteriza a sociedade contemporânea e apresenta classe, cor, território e cultura definida. A análise acerca desse fenômeno social é fundamental para a compreensão das relações humanas em uma sociabilidade capitalista e denunciam aspectos estruturais do capitalismo hegemônico.

Posso identificar, portanto, que a informalidade representa uma estratégia de manutenção das expressões da questão social historicamente e conduzem a uma violenta e desigual guerra dentro de seus territórios. Poderia ser pensado limite ao capitalismo ao compreender que ele confere uma camuflada disputa no qual sabemos quem sairá triunfante?

Desta forma, algumas considerações são importantes e precisam ser tecidas como instrumentos de reflexão científica diante da problematização levantada pela dissertação.

A primeira seria pensar que as correlações de força entre as pessoas são intrínsecas aos seus lugares de fala e correspondem as suas condições objetivas de vida, além de apresentar como fundamento a sociabilidade capitalista. Desse modo as lutas de classes encontram-se cada vez mais vivas e presentes na vida das pessoas de modo geral.

A segunda contribuição caminha na percepção de que os/as vendedores/as informais, seja no transporte coletivo ou em outro espaço qualquer, são necessários/as para a manutenção dessa realidade contemporânea, entendendo que as modificações cobram a necessidade ininterrupta da exploração da força de trabalho. É preciso, portanto, que se tenham pessoas disponíveis para ocupar esse espaço que denominamos de informalidade, pois nem todos/as serão formalmente convocados/as e isso faz movimentar ainda mais as tensões.

Ponderar o sistema capitalista como insuficiente à totalidade das pessoas, levando em consideração suas vidas e subjetividades, seria a terceira contribuição. O capitalismo, diante de suas determinações, não é competente ao ponto de acompanhar o movimento humano e identificar a sensibilidade entre as pessoas, pelo contrário seu foco acontece no desejo desenfreado de obtenção do lucro e da acumulação de riquezas, ao passo que divide, propositalmente, as populações e cria leituras de mundo diferenciadas.

A quarta e última consideração permite identificar que as opressões são inerentes às exteriorizações das diversas expressões da questão social, entendendo-as como fundamentais para a consolidação de um projeto de sociedade desigual. Desse modo, as relações antagônicas entre os gêneros, o racismo, o direito à cidade e a classe social são marcas centrais desse contexto e definem a história do país, do mesmo modo que também revelam pontos centrais no que diz respeito à cidade de Fortaleza.

Portanto, pensar estratégias de superação diante de uma sociedade que acomoda pessoas em perfis determinados é um horizonte para a classe trabalhadora, isso explica a frase recorrente usada pelos/as vendedores/as *o pouco com Deus é muito e o sem Deus não é nada*<sup>15</sup>, o qual reforça esse

---

<sup>15</sup> Frases rotineiras e coletadas do diário de campo.

ideário de *ir à batalha*, como também é dito, pois *meu trabalho é digno, estou aqui para driblar o desemprego e dá um cara na marginalidade*.

Desse modo, destaca-se que o fenômeno da informalidade abre margens para compreensão da realidade social vigente, bem como potencializa as interpretações sobre os/as vendedores/as que saem diariamente de suas casas com o intuito de existir frente as suas necessidades.

## REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia**: de Gramsci a laclau e mouffe. In: Lua Nova, São Paulo, 2010.
- ALVES, Giovanni. Crise estrutural do capital, maquinofatura e precarização do trabalho: a questão social no século XXI. In: **Textos e contextos**, Porto Alegre, v. 12. n.2, p. 235-248, jul/dez, 2013.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil neoliberal: Precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, jan. 2009. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802009000200008>. Acesso em: 23 set. 2020. doi:<https://doi.org/10.1590/S1414-49802009000200008>.
- ANTUNES, Caio. **A escola do trabalho**: formação humana em Marx. Campinas: Papel Social, 2018
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.
- BATISTA, Rosana Roseo; REINALDO, Gabriela Frota. A oralidade e a performance do vendedor ambulante nos ônibus de Fortaleza. In: **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Juazeiro/ BA, 2018**.
- BOGO, Ademar. **Identidade e luta de classes**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2018.
- CARVALHO, Alba Maria Pinho de. A precarização estrutural do trabalho na civilização do capital em crise: o precariado como enigma contemporâneo. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, número especial, p. 225-239, 2014.
- CASTEL, Robert et al. **Desigualdade e a questão social**. 4. ed. rev. e ampliada. São Paulo: EDUC, 2013.
- CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Editora Ática, 2000.
- CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CONTREIRAS, Pedro Augusto Rodrigues. A quarta revolução industrial: um estudo de caso realizado pela empresa Lix da tecnologia. In: **Revista Gestão, Inovação e negócios**. 2015.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016
- DAXENBERGER, Ana Cristina Silva; SOBRINHO, Rosivaldo Gomes Sá. Identidades afro-brasileira e enfrentamento ao racismo: construindo novas relações sociais. In: **Debates em Educação**. Vol. 11. Nº 23. 2019
- DESLANDES, Suely Ferreira. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes; Maria Cecília de Souza Minayo (organizadora). 28. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009
- ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Volume 1. 5º ed. São Paulo: Globo, 2008.
- FIGUEIREDO, Carlos Vinicius da Silva. Estudos subalternos: uma introdução. **Raído**, Dourados, MS, v.4, n. 7, p. 83-92, 2010
- FILHO, Antonio Luiz Macêdo e Silva. **Fortaleza: imagens da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2001.
- FILHO, Nestor Goulart Reis. **Evolução urbana do Brasil**. 4º ed. São Paulo: Pioneira Editora, 1968.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. (Tradução de Sergio Faraco) – Porto Alegre: L&PM, 2015 (Coleção L&PM POCKET).

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1987.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. In: **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, 1984.

GRESPLAN, Jorge. **O negativo do capital**: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GROSSI, Miriam Pillar. "Identidades de gênero e sexualidade". **Antropologia em Primeira Mão**; n. 24. Florianópolis, PPGAS/ UFSC, 1998.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia crítica**: alternativas de mudança. 61º ed. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2008.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-estado na antiguidade clássica. In: PINSKY, Jaime, Carla Bressanezi Pinsky (orgs). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2013

GUIMARÃES, Simone de Jesus. Desigualdades sociais, questão social e políticas públicas. In: **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, 2018.

GUIRALDELLI, Reginaldo. Trabalho, trabalhadores e questão social na sociabilidade capitalista. In: **Cadernos de Psicologia Social do trabalho**, 2014, vol. 17, n. 1, p. 101 – 105.

HARVEY, David. O direito à cidade. In: **Lutas sociais**, São Paulo, n.29, p. 73-89, jul/dez 2012.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 18º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEILBORN, Maria Luiza. “Fronteiras simbólicas: gênero, corpo, e sexualidade”. **Cadernos Cepia** nº 5. Rio de Janeiro, 2002.

HIRATA, Helena. Crise mundial e o impacto da reestruturação produtiva na divisão sexual do trabalho. In: **Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do capitalismo**. (COSTA et al orgs.). Recife: SOS CORPO – Instituto Feminino para a Democracia, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais. In: **Ser Social**, Brasília, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Trabalho e indivíduo social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

JUNIOR, Caio Prado. **A formação do brasil contemporâneo** (colônia). 6º ed. São Paulo: Companhia das letras, 1961.

LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LIMA, Ângela Maria de Sousa. Os impactos da globalização no mundo do trabalho. **Terra e cultura**, ano XX, n. 39, 2004.

LIMA, Márcio Javan Camelo de. Neoliberalismo e educação. **Studia Diversa**, CCAE-UFPB, vol.1, nº1, 2007.

LOMBARDI, Maria Rosa. A persistência das desigualdades de gênero no mercado de trabalho. In: **Divisão sexual do trabalho, Estado e Crise do capitalismo**. (COSTA et al orgs.). Recife: SOS CORPO – Instituto Feminino para a Democracia, 2010.

LORENA, Elton Rafael. Classes e contradições no urbano capitalista: fundamentos de uma especificidade histórica. In: **Lutas sociais**, São Paulo: 2012.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, 2018.

MADEIRA, Zelma; GOMES, Daiane Daine de Oliveira. Persistentes desigualdades raciais e resistências negras no Brasil contemporâneo. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 463-479, 2018.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, Eliana Boloniro Canteiro. O rebatimento das expressões da questão escolar e a contribuição do serviço social. In: **Desafios contemporâneos da educação**. Organização David, Celia Maria *et al.* São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa da pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.2, p. 289-300, 2004.

MARTINS, Tereza Cristina Santos. O negro no contexto das novas estratégias do capital: desemprego, precarização e informalidade. In: *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo: 2012.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. 4. Reimpressão. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. 5º ed. São Paulo: Martin Claret, 2010.

MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MAURICIO, Juliana Menezes Mendes. **Sociabilidade capitalista, autovalorização do capital e produtividade do trabalho**: subsídios teórico-metodológicos para análise do trabalho do assistente social. Juiz de Fora, 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WÜNSCH, Dolores Sanches. A classe operária frente às transformações do trabalho: atualizando o debate. In: **Textos e contextos**: Perspectivas da produção do conhecimento em serviço social.

MENDES, Jussara Maria Rosa; BELLINI, Maria Isabel Barros (Orgs). Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

MENEZES, Wellington Fontes. O “livre mercado” da “informalidade”: precarização, desertificação do emprego e a diluição dos direitos trabalhistas. In: **VI Seminário do trabalho: trabalho, economia e educação no século XXI**. 2008, São Paulo.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTAÑO, Carlos. Pobreza, “questão social” e seu enfrentamento. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: 2012.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2019 (Palavras negras)

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: **Temporalis**, 2001.

OLIVEIRA, Joilma de Deus. **Trabalhadores por conta própria: o trabalho dos vendedores ambulantes da passarela do Natal shopping e do Via Direta**. 2009. 90 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

OSTERNE, Maria do Socorro; BRASIL, Glauécia Mota; ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. A produção do conhecimento nas ciências sociais e a provisoriedade da realidade material e simbólica. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 113, p. 152-170, 2013.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PEREIRA, C. P. A pobreza, suas causas e interpretações: destaque ao caso brasileiro. **SER Social**, n. 18, p. 229-252, 14 ago. 2009.

PIRES, Thula. Racializando o debate sobre direitos humanos. In: SUR 28, 2018

QUIJANO, A. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. IN LANDER, E. (org.) **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos).

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. 1994. 215 folhas. (Tese de doutorado - Departamento de antropologia). USP, São Paulo, 1994

SCHONS, Selma Maria. Questão social hoje: a resistência um elemento em construção. In: **Emancipação**, São Paulo: 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. SÃO PAULO: COMPANHIA DAS LETRAS, 2019.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

STEIM, R. H. A (nova) questão social e as estratégias para seu enfrentamento. **SER Social**, n. 6, p. 133-168, 14 ago. 2009.

TEIXEIRA, Marlene. As políticas de enfrentamento à pobreza e o cotidiano das mulheres. In: **Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capitalismo**. Albertina Costa, Maria Betania Àvila; Rosane Silva; Vera Soares e Verônica Ferreira (Organizadoras). Recife: SOS CORPO – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

TIRIBA, Lia. **Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2001.

TOMAZ, Marianna Andrade. A questão social no capitalismo: uma análise do seu conceito na contemporaneidade. In: VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Maranhão, UFMA, 2013.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão: expressões da questão social no Brasil. In: **Temporalis** – Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Ano. 2. n.3, 2001